

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA RUPTURA COM A LÓGICA DA  
DIFERENÇA À SUSTENTAÇÃO DA ORDEM**

*Cyro Garcia*

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal Fluminense como  
requisito para a obtenção do grau de Doutor em  
História, sob a orientação do Professor Doutor  
Marcelo Badaró Mattos.*

**Niterói**

**2008**

*Somente as lições da realidade podem nos ensinar a transformar a realidade.*

*Bertolt Brecht*

**Ao Danilo, que a cada dia que passa me proporciona mais alegrias.**

**À Donatilla, minha mãe, por ser cada vez mais uma guerreira e por ter me ensinado a ser um lutador.**

**À Luciene, que tem sido para mim uma fonte inesgotável de energia.**

**Ao Silvio, meu irmão, que mesmo tendo partido cedo desta vida deixou uma obra que nos faz renascer a cada dia.**

## AGRADECIMENTOS

Da mesma forma que no mestrado, o meu primeiro agradecimento vai para o meu mestre e amigo Marcelo Badaró que, apesar do defeito de ser flamenguista, com suas dicas, sua tolerância com meus múltiplos afazeres e, principalmente, seu estímulo foi o principal responsável pela conclusão deste trabalho.

Ao professor Ângelo Segrillo, pelo curso ministrado durante o doutorado, que contribuiu sobremaneira para a minha formação marxista.

À professora Teresa Turíbio, da UERJ, não só pelo curso ministrado, mas, principalmente, pelo apoio e incentivo, com a publicação de artigos meus em livros e convites para a participação de diversos eventos do NUCLEAS - Núcleo de Estudos das Américas.

Às professoras Virgínia Fontes e Sara Granemann, que integraram a minha banca de qualificação fazendo questionamentos e comentários que muito acrescentaram a este trabalho, em particular a Sara, cuja tese de doutorado me deu amplo embasamento sobre o papel dos fundos de pensão.

À Vânia, Ronaldo, Amaral e Alexandre pelo empréstimo de documentos de seus acervos pessoais, sem os quais o resultado do trabalho ficaria bastante prejudicado.

À Alice, da CONTRAF – CUT, pela dedicação e presteza na localização das resoluções dos congressos de funcionários do BB.

Ao Celedon, que faz um trabalho de registro importante para os historiadores no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Ao Edmir, do Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, que me auxiliou com entusiasmo na pesquisa sobre a relação da CUT com a Embraer.

À Nancy, pela força e o carinho, principalmente nos momentos prévios à qualificação.

Às funcionárias da Biblioteca do Centro Cultural do Banco do Brasil, que sempre me atendem com presteza e delicadeza.

À Gláucia, do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, acervo fundamental para o pesquisador da história do PT.

À Clarisse, que me ajudou na consulta à biblioteca do IUPERJ.

Ao Marcelo, meu chefe, que, com a sua compreensão e cumplicidade, foi determinante para que eu cumprisse os prazos do programa.

À PREVI que me forneceu uma série de boletins, com destaque para os que continham os programas das chapas concorrentes às eleições daquela instituição.

À Biblioteca Nacional e ao IUPERJ, cujos acervos me foram de grande valia.

Aos meus companheiros e companheiras de militância do PSTU, que tiveram de segurar algumas “barras” para mim e, principalmente, por lutarem pela construção de uma nova sociedade e pela construção de uma história dos trabalhadores.

À Cyleimar, minha irmã, graduada em Ciências Sociais aqui na UFF, e sua semente, Piê, pela importância da retaguarda familiar, principalmente agora na ausência de meu irmão.

E, por fim, um agradecimento especial à Luciene, que com suas dicas na utilização do computador, pelo companheirismo e pelo carinho permanente, se transformou num combustível vital para que eu tivesse condições de concluir este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores ao longo da década de 90. Estas transformações são conseqüências do processo de burocratização que atinge o partido, e que tem sua origem nos êxitos eleitorais, levando-o a uma integração cada vez maior ao aparelho do estado burguês. Este processo se agrava quando os sindicalistas petistas passam a integrar órgãos de gestão do capital financeiro, notadamente os fundos de pensão, que tiveram um destacado papel na implementação da política de privatizações do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo central deste trabalho é ajudar a explicar como estas transformações advindas do processo de burocratização acarretam uma grande alteração no ideário teórico-programático e na própria *práxis* do partido, passando-o de um partido de confronto com a ordem neoliberal para um partido de sustentação desta mesma ordem. Analisa-se a mudança na relação do PT com os movimentos sociais, focando-se o papel desempenhado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, que em seus primórdios era um importante instrumento de luta dos trabalhadores e hoje se tornou uma correia de transmissão dos interesses do Governo Lula. A hipótese central é que a burocratização afastou o partido de suas bases originais e transformou-o num partido de sustentação da ordem neoliberal.

## **ABSTRACT**

This work shows the results of a research about the transformations inside the Workers Party (PT – Partido dos Trabalhadores) along the decade of the 90's. These transformations are consequences of the process of bureaucratization that reaches the Party, and that has its origins in the electoral successes, taking it to a greater integration to the bourgeois state apparatus. This process has got worse when the Party trade unionists become part of management organs of the financial capital, in particular the pension funds that had a fundamental role on the implementation of the privatization politics of the Fernando Henrique Cardoso Government.

The main purpose of this work is to analyze how these transformations, resulting of the process of bureaucratization, cause a significant change in its theoretical-programmatical ideas, and in the Party praxis itself – changing from a confrontation party with the neoliberal order to a supporting party to this same order. The PT change in its relation with the social movements is analyzed in this thesis, focusing in the role performed by the Unique Workers Central (CUT – Central Única dos Trabalhadores), that in its origins was an important instrument of the workers struggle, and nowadays it became a link with interests of Lula's Government. The main hypothesis is that the bureaucratization moved the Party away from its original bases and changed it into a supporting of the neoliberal order.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>SINDICALISTAS PETISTAS SE TRANSFORMAM EM GESTORES DO CAPITAL FINANCEIRO</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O PT SUCUMBE À LÓGICA DO MERCADO ELEITORAL</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>PT: DO APOIO À COOPTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>97</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>DO PT RADICAL AO PT NEOLIBERAL</b>	<b>153</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>183</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>189</b>
<b>FONTES</b>	<b>194</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT), que têm levado amplos setores da sociedade, incluindo aí os meios acadêmicos, a certa perplexidade. Principalmente, ao se constatar uma série de medidas que vêm sendo implementadas pelo governo Lula, que nada mais são do que uma radicalização da ortodoxia neoliberal.

A pesquisa teve como ponto de partida a minha dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFF em 2000, que analisou o Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação até 1994. Assim, pretendi aqui ampliar o recorte cronológico até o período mais recente, com o objetivo de poder avaliar as duas últimas campanhas eleitorais vitoriosas do PT à presidência da República, nas quais o arco de alianças assumido pelo partido, as bases programáticas e os compromissos com o mercado financeiro deram um salto de qualidade nas transformações já apontadas naquela oportunidade. Entretanto, pelo fato de o objeto de estudo situar-se na história recente de nosso país, é inevitável que, em determinados momentos, a abordagem seja apenas introdutória, pois são investigados processos ainda em curso.

Minha relação com o objeto da pesquisa extrapola o interesse meramente acadêmico, uma vez que me considero parte desta história.

Em 1976 tomei posse no Banco do Brasil e em seguida contatei com a FOSB (Frente de Oposição Sindical Bancária), movimento clandestino de oposição à Junta Interventora que dirigia o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Em 1977 me incorporei à Liga Operária, que mais tarde se tornaria a Convergência Socialista. Como integrante da Convergência Socialista participei da fundação do PT. Fui, também, fundador da CUT e participei por três gestões de sua instância máxima de direção, que era a sua Executiva Nacional.

Tive uma destacada participação no ascenso grevista da década de 80, tendo sido uma das principais lideranças da categoria bancária no âmbito nacional. Na eleição de 1990 fui candidato a deputado federal e fiquei na primeira suplência, assumindo o mandato de outubro de 1992 a agosto de 1993. Neste ínterim a Convergência foi expulsada do PT e juntamente com outras correntes criou o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), partido que integro até os dias atuais e do qual sou presidente



regional. Em 2003 rompi com a CUT, por entender que ela já não representava mais um instrumento de luta para os trabalhadores.

Hoje continuo participando das lutas da categoria bancária na condição de membro do MNOB (Movimento Nacional de Oposição Bancária) e participo da construção da CONLUTAS, uma nova central sindical e popular que procura resgatar a autonomia e a independência dos movimentos sociais em relação aos patrões e aos governos.

Apoiar-me-ei em minha pesquisa anterior para mostrar que foi a partir das vitórias para as prefeituras que o PT começa a dar passos largos para a sua burocratização e integração ao regime. Sei que não posso confundir minhas convicções pessoais com os elementos da realidade objetiva, por isto procurei a todo instante manter o rigor teórico-metodológico que uma tese de doutorado requer, procurando a comprovação de minhas hipóteses com objetividade.

O PT é o principal partido da esquerda em nosso país, e ocupa hoje o governo federal. Cumpriu um papel crucial na mobilização da sociedade ao longo da década de 80, tornando-se uma referência da esquerda em abrangência internacional e, principalmente, na América Latina. O governo Lula é acompanhado com expectativa por amplos setores no mundo inteiro e seus passos têm sérias conseqüências na luta pela implantação de uma democracia em nosso país que não exclua as massas exploradas do campo e da cidade, situação que, certamente, repercutirá em toda a América Latina, que hoje atravessa uma grave crise econômica, com desdobramentos políticos e sociais.

É importante notar que a bibliografia existente sobre o tema, em geral, é mais extensa no que se refere ao período de formação do partido e à sua atuação ao longo da década de 80. Mas existe uma produção sendo realizada sobre o período em que centraremos nossa pesquisa, da campanha eleitoral de 1994 ao período presidencial de Lula, nas diversas áreas das ciências sociais. Acredito que poderei contribuir com as discussões sobre o destino do PT, principalmente pelo enfoque histórico utilizado.

Reproduzirei uma citação de Gramsci, que muito me estimula e demonstra a importância do tema escolhido:

*“Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto*

*social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país.”<sup>1</sup>*

Localizando o PT na história recente do Brasil, percebemos que vários foram os momentos ao longo dos anos 90, nos quais a prática do PT se contrapunha ao seu discurso e às suas formulações programáticas de origem.

É verdade que o PT surgiu sem uma ideologia precisa, pois durante longo tempo foi um projeto em disputa, mas tinha o mérito de conter no seu interior as lideranças da Igreja progressista, intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura, organizações que reivindicavam o marxismo-leninismo e as lideranças do “novo sindicalismo”, que foram os principais responsáveis pela sustentação da proposta ao tê-la respaldado nas lutas populares. Pela preponderância, senão quantitativa ao menos política, do setor sindical, o discurso e as propostas do Partido em seus primeiros anos tinham uma clara identidade classista, ou seja, preocupavam-se com a representação dos interesses e projetos da classe trabalhadora em oposição aos segmentos dominantes. Por seu lado a presença das organizações marxistas fez com que seus documentos e resoluções iniciais se baseassem nos referenciais teóricos legados por Marx.

Em seus documentos fundacionais, o Partido dos Trabalhadores expressava sua ruptura com a ordem e a institucionalidade burguesa. Assim, definia-se que o PT era um partido sem padrões, portanto pautado pela independência de classe. Na Declaração Política de 13/10/79, afirmava-se que “*O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores.*”<sup>2</sup>

A característica de ruptura com a ordem seguiu o PT ao longo da década de 80, ficando célebre o episódio do boicote ao Colégio Eleitoral. A maioria da oposição atribuiu a esta atitude um isolacionismo do PT, mas aqui é importante esclarecer que mais uma vez a classe dominante e seus representantes políticos manipularam um

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.24/25.

<sup>2</sup> PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. Ched editorial, São Paulo, 1980, p.65.

processo de mobilizações que envolveu milhões de pessoas nas ruas, para, bem a seu feitio, “costurar por cima” as soluções e excluir os setores populares, evitando qualquer hipótese de ruptura. Neste sentido, a postura do PT foi exemplar, pois o novo regime que nascia com o Colégio Eleitoral, já nascia comprometendo os setores de oposição. O PT, aos olhos dos trabalhadores e da sociedade em geral, não teve nada a ver com aquilo. A meu ver, esta postura foi determinante para o posterior crescimento eleitoral do partido, notadamente nas eleições de 1988, quando ele foi claramente identificado como o principal partido de oposição ao regime.

Procurarei mostrar que as vitórias eleitorais suscitaram uma mudança na composição social do partido, que por sua vez promoveu mudanças na sua relação com a base originária, nas composições dos congressos e instâncias dirigentes, em suas fontes de financiamento, em sua relação com os movimentos sociais e, por último, em suas formulações teórico-estratégicas ou bases programáticas, compreendendo-se aí a sua política de alianças.

Procurarei dar exemplos em cada um desses aspectos no intuito de objetivar minhas opiniões.

No primeiro capítulo pretendo analisar de que forma a burocratização, mais que a uma adaptação do partido ao regime democrático-burguês, levou-o a uma postura de sustentação do regime.

A década de 90 assiste à ocupação de cargos dos dirigentes petistas não apenas nas instituições políticas do Estado, mas também em órgãos de gestão direta do capital financeiro, principalmente os dirigentes oriundos do movimento sindical, através das administrações de fundos de pensão, dos conselhos de administração das empresas onde estes fundos têm participação acionária, e nos próprios conselhos estatais de gestão de recursos dos trabalhadores como o FAT e o FGTS. Este fenômeno dá um salto com a vitória de Lula, pois vários dirigentes oriundos dos movimentos sociais são alçados à condição de ministros, dirigentes das empresas estatais e outros sem número de cargos no aparelho estatal.

Tomarei como estudo de caso a participação dos sindicalistas petistas na PREVI-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que teve um importante papel no processo de privatizações promovido pelo governo de FHC.

Este fenômeno, segundo alguns autores, dá surgimento a uma nova classe social, e esta é uma análise que pretendo fazer e debater neste capítulo.

No segundo capítulo, pretendo analisar a submissão do PT à lógica do mercado eleitoral, que ocasionou uma mudança radical na forma de financiamento das campanhas eleitorais do partido. Para a burguesia, dinheiro em campanhas eleitorais significa investimento e todo investimento pressupõe retorno ao investidor. Ao abandonar seus métodos tradicionais de alavancagem de recursos, por exemplo, venda de estrelinhas, botons, festas, ações entre amigos, etc. o PT entra no jogo pesado dos grandes investidores de campanhas, que acabam obrigando a descaracterização do partido através do marketing eleitoral e da imposição de compromissos que garantam o retorno de seus investimentos.

Na campanha presidencial de 2002 o PT recebeu o apoio material dos principais setores do empresariado brasileiro, que diversificaram suas doações, variando o valor, entre as candidaturas de Lula e José Serra. Sintomática é a presença do Banco Itaú como um dos grandes financiadores da campanha.

No terceiro capítulo, abordarei as modificações ocorridas na relação entre o partido e os movimentos sociais. Vários são os aspectos em que se dão essas mudanças: começando pela diminuição acentuada em seus quadros de dirigentes e militantes oriundos destes movimentos, passando de uma política de apoio a uma prática de enfrentamento a estes movimentos, quando os interesses do partido se viam questionados, e culminando com a cooptação por parte do governo Lula dos principais movimentos surgidos nas lutas contra a ditadura e ao longo dos anos 80, transformando-os em correias de transmissão do governo.

Surgido dos próprios movimentos sociais, dos quais foi grande sustentáculo e incentivador durante a década de 80, passou a ter uma postura equidistante, quando não de choque, com os mesmos. Nas greves dos profissionais de educação realizadas em vários estados administrados pelo PT, a política foi a mesma das gestões burguesas anteriores: enfrentamento. Um detalhe a ressaltar é que, a despeito da luta interna entre setores mais social-democratas e setores da chamada esquerda petista, o comportamento foi o mesmo. Tanto os professores gaúchos como os professores fluminenses receberam o mesmo tratamento de Olívio Dutra, da ala esquerda do partido, e de Benedita da Silva, da ala social-democrata. Isto demonstra que também a chamada esquerda do partido estava subordinada à institucionalização e às regras do mercado, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tomarei como estudo de caso o papel da CUT em São José dos Campos e nas greves bancárias ocorridas no Governo Lula.

Por fim no quarto capítulo aspiro mostrar as modificações em suas formulações teórico-estratégicas ou bases programáticas. Estas mudanças não se deram sem uma profunda crise no seu interior, bem como, com profundas contradições entre suas resoluções congressuais e na prática de seus militantes. Um ótimo exemplo disso será explorado com mais profundidade no primeiro capítulo da tese, ao confrontarmos as resoluções dos Congressos e Encontros petistas no tocante a política de privatizações do governo FHC, que eram de rechaço a esta política, com a prática de seus militantes que integravam os fundos de pensão de trabalhadores.

Procurarei analisar a evolução de alguns conceitos integrantes do ideário teórico-programático do partido: o socialismo, a luta antiimperialista e a luta pela reforma agrária.

Concluirei, apoiando-me nestes elementos, procurando demonstrar que o PT hoje se transformou em mais um partido de sustentação da ordem neoliberal a serviço do capital financeiro e da grande burguesia internacional e nacional.

Como nossa pesquisa é sobre um partido político, nos apoiaremos em alguns conceitos de Antonio Gramsci, que parte de algumas definições genéricas sobre o que é o partido. Ele afirma que o partido é o primeiro ato da vontade coletiva que se pretende universal e que, como tal, pode ser qualquer aparelho privado de hegemonia. Aqui, já fazemos uma constatação de que a formação do PT contou com vários partidos políticos no sentido gramsciano (setores da Igreja, sindicatos, etc.). Mas é em *O moderno príncipe* que encontraremos a mais importante definição sobre o partido e seu papel na atual sociedade:

*“O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo: um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.”*<sup>3</sup>

Esta teoria dos partidos e, de modo especial, do partido da classe operária, liga-se à reflexão sobre os intelectuais e à estratégia da luta pela hegemonia nas sociedades

---

<sup>3</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*.

ocidentais. É determinante a importância do partido na construção da hegemonia, pois ele forma a “vontade coletiva” de um grupo social e se torna um “intelectual orgânico coletivo”. Na visão de Gramsci, todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais, uma vez que no partido se supera a atividade econômico-corporativa e assume-se uma função diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Daí seu papel de intelectual orgânico coletivo.

Gramsci aponta os três elementos fundamentais que devem confluir obrigatoriamente para a existência de um partido:

*“1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo. (...) 2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isto, inventiva. (...) 3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só “físico”, mas moral e intelectual”<sup>4</sup>*

Ao segundo elemento – que, na verdade, é a direção do partido – é atribuída uma importância decisiva, estando em suas mãos a impossibilidade da destruição do partido por meios normais.

Gramsci dá outra contribuição fundamental ao analisar o papel de polícia dos partidos e avaliar se eles cumprem um papel progressista ou reacionário: *“progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando tende a comprimir as forças vivas da História e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca.”<sup>5</sup>*

Para os objetivos deste projeto, vale ressaltar alguns aspectos da análise de Gramsci sobre os intelectuais. Em sua teoria dos intelectuais, ele parte de duas premissas básicas: 1) Cada grupo social, que cumpre uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, de modo orgânico, uma ou mais camadas de

<sup>4</sup> GRAMSCI, *Op. Cit.*, p.26

<sup>5</sup> GRAMSCI, *Op. Cit.*, P.29

intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político; e 2) Cada grupo “essencial”, contudo, surgindo na História a partir da estrutura econômica anterior e como expressão desta estrutura, encontra categorias intelectuais pré-existentes, as quais apareciam como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida. Aos primeiros, Gramsci chama de intelectuais orgânicos aqueles que têm a responsabilidade de serem os elaboradores de novas concepções com o objetivo de disputar a hegemonia, são os persuasores permanentes. Ele faz questão de frisar que todos os homens são intelectuais, porém nem todos exercem a função de intelectual na sociedade. Aos segundos, ele chama de intelectuais tradicionais por serem oriundos de classes outrora dominantes, e, por isso, geralmente se sentem independentes ou autônomos em relação à classe dominante, o que para ele não passa de uma utopia social. Em relação a isso, afirma que *“uma das mais marcantes características” de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.*<sup>6</sup>

O aprofundamento do estudo do papel dos intelectuais também nos dá conta de um melhor entendimento entre dois binômios que se verificam no exercício da hegemonia: domínio e coerção/ direção e coerção.

Como se vê, as reflexões e conceitos de Gramsci terão grande utilidade para o desenvolvimento da pesquisa.

Outra discussão teórica importante a ser desenvolvida diz respeito ao papel da social-democracia como fenômeno histórico. Neste sentido, mencionamos os estudos de Adam Przeworski. Embora discordando de seu posicionamento sobre a possibilidade de o capitalismo poder oferecer melhores condições materiais para a humanidade e, principalmente, tornar-se mais humano, são aqui tomadas como importantes suas reflexões sobre a impossibilidade de o reformismo social-democrata tornar-se uma estratégia viável para o socialismo:

*“Os socialistas, a partir do momento em que decidiram lutar pelo poder político e assim que começaram a competir no âmbito das*

---

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991, p.9.

*instituições representativas existentes, tiveram de defrontar-se com rigorosas restrições. A maior parte dos receios iniciais acerca dos efeitos nocivos da participação realmente se materializou: as massas não puderam lutar pelo socialismo, tendo de delegar esta tarefa a líderes representantes, o movimento tornou-se burocratizado, as táticas foram reduzidas à tentativa de conquista do eleitorado, as discussões políticas foram limitadas a questões que poderiam ser solucionadas em consequência da vitória no próximo pleito, qualquer projeto de sociedade que não contribuisse para ganhar eleições foi tachado de utopia”<sup>7</sup>*

A virada social-democrata na Alemanha, interpretada por Przeworski a partir do dilema entre sucesso eleitoral e descaracterização do classismo/socialismo, incorpora, como se observa no trecho acima, o problema da burocratização, que não é uma temática nova na análise do fenômeno social-democrata, em especial o alemão.

Para analisar o fenômeno da burocratização recorrerei ao estudo clássico de Robert Michels, que o entendia como consequência inevitável do processo de expansão dos partidos operários de sua época.

Recorrerei a Leon Trotsky em sua análise do Estado Soviético, guardando as devidas proporções com a análise da burocracia petista.

E recorrerei, também, a Gramsci em seus comentários sobre o papel do partido nos momentos de crise de hegemonia da classe dirigente.

Em minha pesquisa anterior, levantei como hipótese que o aumento do peso numérico dos funcionários de gabinete dos prefeitos e parlamentares, além dos mesmos, nas instâncias partidárias, levou a um predomínio destes setores na vida orgânica do partido que, pressionado pela responsabilidade da gestão do Estado, através das prefeituras, e mais tarde governos estaduais, abriu espaço para as propostas social-democratizantes, que privilegiavam a institucionalização do partido em detrimento do seu papel de organizador e mobilizador social. A partir daí, aumentará a distância entre o partido e os setores que reivindicava representar em suas origens.

Nesta pesquisa quero ampliar também as investigações sobre a participação dos quadros dirigentes do partido em organismos de gestão do capital financeiro, como os fundos de pensão, os conselhos de empresas privatizadas onde os fundos de pensão têm

---

<sup>7</sup> PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia Das Letras, São Paulo, 1991, p.281



participação acionária, e nos conselhos de gestão de fundos dos trabalhadores, como o FAT e o FGTS. Este processo também lança luz sobre a determinação com que o governo Lula defendeu a reforma da Previdência, de grande interesse para os fundos de pensão e o sistema financeiro.

Este processo deu margem a uma burocratização dos quadros e da estrutura orgânica do partido, transformando-o num instrumento em defesa de seus interesses e de interesses do capital financeiro, e distanciando-o cada vez mais da realidade do trabalhador, inserido diretamente nas contradições diárias entre o capital e o trabalho.

Esta mudança na composição interna do PT relaciona-se a mudanças na linha política do partido. As formulações teórico-estratégicas reformistas, social-democratas, dão lugar a uma defesa entusiasmada dos preceitos neoliberais e, quando muito, acena-se para políticas compensatórias, como o Projeto Fome Zero e o Bolsa Família, dentre outros, como forma de combater as desigualdades sociais.

A luta institucional é priorizada em detrimento da luta direta e as propostas de solução pactuada prevalecem sobre a lógica anterior de ruptura. O partido se viu transformado em um grande aparato eleitoral.

As bandeiras vermelhas petistas têm estado cada vez mais ausentes das lutas, enquanto seus quadros dirigentes circulam com mais desenvoltura no Congresso e demais instituições da sociedade política e financeira, portando-se exatamente como os políticos das classes dominantes a quem criticavam.

Uma outra mudança, inter-relacionada às anteriores, dá-se no campo das relações com o movimento sindical no qual o PT se originou, pois a postura dominante hoje na CUT não é mais apenas de privilegiar a solução negociada dos conflitos, como o foi no decorrer dos anos 90, quando aceitou, em muitos casos (como nos acordos para redução de impostos no setor automotivo), a lógica do capital. Hoje a central perdeu totalmente sua autonomia e independência perante o governo, tornando-se uma central chapa branca. Trabalhamos com a hipótese de que as transformações nas opções das direções cutistas influenciam e são influenciadas pelas mudanças de rumo do PT.

Na pesquisa anterior, afirmei que no Congresso de 1991 o projeto reformista, de tipo social-democrata, havia se consolidado no interior do partido. Neste momento quero ir além, pois entendo que o PT se conformou num partido de retórica social-democrata, mas de uma prática neoliberal ortodoxa, seguindo, portanto, o caminho da chamada “terceira-via” européia.

Para atingir os objetivos aqui expressos, trabalhei com fontes primárias e secundárias. Quanto às fontes documentais, por ter sido parte da vida orgânica do partido por onze anos, tenho acesso a um vasto material, em especial de acervos pessoais.

Um conjunto de fontes de fundamental importância são as publicações oficiais do partido: *Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos*, editadas pela Fundação Perseu Abramo, 1998; *Revista Teoria e Debate*; *Boletim Linha Direta* do PT de São Paulo.

Consultei os acervos de centros de documentação como o Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, a Biblioteca Nacional, o IUPERJ, o AMORJ-UFRJ e AEL-UNICAMP. Complementando o *corpus* de fontes que foram trabalhadas, fiz consultas no TST (Tribunal Superior Eleitoral) em Brasília. Utilizei resoluções internas dos encontros e congressos; cadernos de teses; imprensa partidária; imprensa das correntes internas e a grande imprensa.

Pesquisei os boletins, revistas e anuários estatísticos da PREVI, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é o maior fundo de pensão da América Latina. Pesquisei também o arquivo do jornal do Sindicato de Bancários do Rio de Janeiro, os arquivos da CONTRAF-CUT e os arquivos do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos.

Por último, me foram de grande valia uma série endereços eletrônicos disponíveis na internet, que mencionarei ao final, na bibliografia.

## CAPÍTULO 1

### SINDICALISTAS PETISTAS SE TRANSFORMAM EM GESTORES DO CAPITAL FINANCEIRO

Os efeitos da burocratização do partido, provenientes de seus êxitos eleitorais, refletem-se na brutal alteração do perfil dos militantes. Tomando por base as três pesquisas<sup>8</sup> em que se apoiou nosso projeto anterior, vamos encontrar dados alarmantes, principalmente, no tocante à renda individual.

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário mínimo era de 2,9% ; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários mínimos caiu de 8,6%, em 91, para 4% e 3%, respectivamente, em 97 e 99. Também apresentou uma queda acentuada o índice dos que ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, de 24,2%, em 91, para 14%, em 97, e apenas 9%, em 99. A próxima faixa, a dos que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, também apresentou queda, de 26,2%, em 91, para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, dos que ganhavam de 10 a 20 salários mínimos, os percentuais deram um salto, de 14,9%, em 91, passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários mínimos, outro salto, de 6,2%, em 91, passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99.

Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês e, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existe uma questão mais ampla. As finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos e as correntes se reforçam com as assessorias e contribuições de cada membro em cargo público, ampliando, com isso, seu peso interno no partido.

Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a

---

<sup>8</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político(1980/1991)/ Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi/ Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo – Pesquisa de Delegados PT, 1999.*

tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições.

No tocante à composição dos congressos e encontros partidários, segundo as mesmas pesquisas, em 1991 o número de militantes politicamente profissionalizados pelo partido através da detenção de mandatos executivos ou legislativos, cargos de confiança no legislativo, executivo ou instâncias partidárias, e dirigentes sindicais liberados era de 28,8% do Congresso. Já em 1997 este número, acrescido de gestores de fundos de pensão e integrantes de empresas privatizadas, nas quais os fundos têm participação acionária, chegou a 60% dos delegados. Especula-se que esta cifra atingiu a 75% no Encontro de 2001. Infelizmente esta pesquisa até o momento da redação final deste trabalho encontrava-se em poder do Diretório Nacional do partido e ainda não estava liberada para consultas.

Esta burocratização da camada de quadros dirigentes do partido, que se incrustaram nas instituições do regime, ocasionou uma mudança na composição social da direção do partido.

Gaglietti<sup>9</sup>, em uma pesquisa realizada no Diretório Municipal de Porto Alegre, constatou que 60% dos dirigentes ocupavam cargos na Prefeitura ou na Câmara Municipal, 71,5% tinham uma renda individual entre 10 e 20 salários mínimos, e que 85% não participavam dos movimentos sociais.

A década de 90 assiste à ocupação de cargos dos dirigentes petistas não apenas nas instituições políticas do Estado, mas também em órgãos de gestão direta do capital financeiro, principalmente os dirigentes oriundos do movimento sindical, através das administrações de fundos de pensão, dos conselhos de administração das empresas onde estes fundos têm participação acionária, e nos próprios conselhos estatais de gestão de recursos dos trabalhadores como o FAT e o FGTS.

Esta constatação é feita por Witkoski, ainda que ele veja nisto algo inexorável: *“O projeto político petista parece não hospedar, no interior de sua população dirigente, uma classe operária/trabalhadora no sentido clássico do termo. Parece abrigar, e não poderia ser diferente diante do avanço modernizante do próprio capitalismo, uma diversa e complexa nova pequena burguesia.”*<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Dacasa editora/Unicruz, Porto Alegre, 1999, p.36.

<sup>10</sup> WITKOSKI, Antonio Carlos. *Diversidade intelectual e cultura política: abordagem gramsciana da pedagogia petista*. Annablume editora, São Paulo, 2000, p.73.

Alguns autores começam a aprofundar a discussão sobre este fenômeno. Oliveira em seu artigo *O Ornitórrinco* fala do surgimento de uma nova classe social:

*“A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robbert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o PREVI, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal: faz parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representante dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) – o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operado no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”.*<sup>11</sup>

Esta realidade vivida pelas camadas dirigentes do PT propiciava um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que na retórica o partido se colocava como oposição ao projeto neoliberal, na prática assumia o papel de sócio minoritário deste projeto. Mora exemplifica com contundência esta tendência:

*“Em 1999, por exemplo, para garantir a liberação pelo governo de cerca de R\$ 16 milhões, os representantes da CUT no Codefat concordaram com a liberação de R\$ 300 milhões para as entidades patronais, para os governos estaduais e para os sindicatos pelegos. Dito de outra forma, para cada R\$1 utilizado para construção de um possível projeto contra-hegemônico, foram liberados aproximadamente R\$ 19 para a construção e a consolidação do projeto hegemônico”.*<sup>12</sup>

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitórrinco*. Boitempo editorial, São Paulo, 2003, p. 146.

<sup>12</sup> MORA, Eliane Arenas. *Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos*. In. OUTUBRO Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2002, n 6, p.74.

Pretendo para jogar luz neste debate fazer a partir de agora um estudo de caso tomando como base a participação dos sindicalistas petistas na gestão da PREVI - CAIXA DE REVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

### **Previ: um pequeno histórico**

A PREVI é o maior fundo de pensão da América Latina, possuindo um patrimônio hoje calculado em cerca de R\$ 100 bilhões<sup>13</sup>, devido a isto cumpriu um papel relevante no processo de privatização das empresas estatais em nosso país ao longo da década de 90 e hoje integra o Conselho de Administração de diversas empresas, nomeando dezenas de conselheiros, dentre eles uma grande parcela oriunda do movimento sindical.

A PREVI surgiu em 16/04/1904 como Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil<sup>14</sup> com o objetivo de, por meio de suas contribuições, deixar uma pensão, em caso de morte, pagável a alguém de sua escolha. Se a idéia não era original, seguramente era incomum na sociedade brasileira da época.

Em 1934, por meio de uma reforma estatutária, desaparecia a Caixa de Montepio para dar lugar a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, abandonando a concepção caritativa e se calcando numa filosofia moderna e ampliada de Previdência. A reforma dos estatutos da entidade tinha por objetivo buscar uma tentativa de coexistir com o IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – criado no mesmo ano. Mas o governo Getúlio Vargas mediante o decreto determinou que “*aos empregados do Banco do Brasil fica assegurada, durante o prazo de 30 dias, contados da instalação do Instituto, a faculdade de recusar a sua inscrição entre os associados, o que deverá ser declarado por escrito*”<sup>15</sup> Isto fez que, por longos anos, o número de associados da instituição criada pelos funcionários do Banco do Brasil não crescesse.

Desde então a Caixa passou por várias mudanças. A partir de 1967, para os funcionários do Banco, a Previdência pública, responsabilizava-se pelo pagamento de benefícios até determinado teto (10 salários mínimos), enquanto seu fundo de pensão, que agora tinha como associados todo o efetivo da instituição e era designado como

---

<sup>13</sup> REVISTA PREVI, nº 119, novembro de 2006.

<sup>14</sup> BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (coord.). *Da Caixa Montepio à PREVI: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina*, Memória Brasil, 2004.

<sup>15</sup> Decreto 24.615 de 9 de julho de 1934, art. 29

CAPRE<sup>16</sup>, complementar estes benefícios até o valor do salário auferido por seus contribuintes enquanto ativos.

Foi em 1974 que a Caixa de Previdência abandonou a sigla CAPRE, sendo substituída gradualmente por PREVI. A nova denominação anunciava os novos rumos da septuagenária organização, bem como, o novo sentido da política previdenciária do país.

Assim, ao lado da Caixa de previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, construíram-se fundos de pensão como a PETROS, dos funcionários da PETROBRÁS, criada em 1969/70; a ELETROS, da ELETROBRÁS, de 1971; a VALIA, da Companhia Vale do Rio Doce, de 1973, e a FUNCEF, da Caixa Econômica Federal, de 1977. Já nos anos 80, foi criada a CENTRUS, dos funcionários do Banco Central.

Os primeiros anos da década de 70 foram os anos do “milagre econômico”. Deu-se um aumento acelerado da massa de segurados e das suas demandas sobre o sistema previdenciário público, notadamente no que diz respeito à saúde, fazendo cair vertiginosamente a qualidade dos serviços e o valor dos benefícios prestados pela Previdência oficial. Tal quadro, combinado com a crise do petróleo de 1973, ensejou a expansão da previdência complementar privada, que passou a constituir um benefício trabalhista inscrito na política de recursos humanos das grandes empresas, especialmente as estatais.

Para Granemann<sup>17</sup> existe uma intrínseca relação entre a “crise” da previdência pública como razão do crescimento da “previdência privada”, sustentando que a lenta erosão da previdência pública é condição econômico-financeira e político-ideológica e também produto para/da construção da previdência complementar.

A autora fez um detalhado estudo sobre a legislação que daria suporte aos fundos de pensão:

*“O estímulo à criação de entidades de ‘previdência privada’ no Brasil carecia, no entanto, de uma legislação que amparasse as novas ações que esta forma de capital tencionava construir. A história do desenvolvimento da ‘previdência privada’ em nosso país somente pode*

---

<sup>16</sup> *Relatório Anual do Banco do Brasil, 1967*, p. 118. Arquivo Histórico do Banco do Brasil, CCBB, Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

*prosperar após a aprovação da legislação que disciplinou e orientou o funcionamento da ‘previdência privada’ – aberta e fechada – em finais dos anos setenta. Precisamente, em 15 de julho de 1977 foi promulgada a Lei 6.435. Se nesta lei pode se reconhecer no Brasil um marco para o desenvolvimento das Entidades de ‘previdência privada’, igualam-se ou superam-na em importância o Decreto número 81.240 de 20 de janeiro de 1978 e a resolução número 460 de 23 de fevereiro de 1978, expedida pelo Banco Central em cumprimento a decisão do Conselho Monetário Nacional. Estas normas regulamentaram a lei da ‘previdência privada’ de 1977, pois estabeleceram os mais importantes parâmetros de seu funcionamento, especialmente os relativos aos investimentos e às aplicações possíveis com os recursos das entidades de ‘previdência privada’.*

*Ao acompanharmos o debate em torno da criação da Lei 6.435 de 1977 que instituiu a ‘previdência privada’ no Brasil, podemos estabelecer curiosa relação entre o fim do milagre econômico, o tripé de capitais envolvidos na construção de uma nova fase da economia brasileira e a urgência de estabelecer o ambiente confortável e próspero ao surgimento e expansão da ‘previdência privada’ em nosso país. Ao mesmo tempo em que se articulavam medidas jurídico-políticas e econômicas para a construção da ‘previdência privada’ brasileira nos moldes daquela construída nos Estados Unidos também, reformulava-se o mercado de capitais no país para que o capital financeiro pudesse consolidar um de seus mais fortes componentes: os fundos de pensão, instituições financeiras não bancárias. Na atualidade, o capital financeiro materializa suas ações por intermédio de instituições e investidores institucionais bancários e não bancários. As não bancárias que alcançaram grande importância são, fundamentalmente, àquelas que encontraram nas aposentadorias e pensões um espaço de acúmulo capitalista a partir de grandes quantias de recursos subtraídos ao mundo do trabalho na forma de ‘previdência privada’”<sup>18</sup>.*

---

<sup>18</sup>GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.



Com os fundos de pensão assumindo cada vez mais um papel de destaque na economia nacional, em fins de 1987, emerge na PREVI um movimento com o objetivo de ampliar a participação dos representantes eleitos pelos associados nas decisões da instituição. A Diretoria era constituída por sete membros: três indicados pelo Banco do Brasil – Presidente, o Diretor Técnico e o Diretor Administrativo – e quatro eleitos pelo corpo social – os Diretores Deliberativos. Estes não tinham funções executivas, resumindo-se sua participação à frequência às reuniões quinzenais da Diretoria. Este movimento não foi liderado pelo movimento sindical, porém contou com o seu apoio.

No I Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado em Brasília, de 13 a 16 de julho de 1989, a PREVI foi parte do temário em seu item III, que dentre outras coisas, pautava a “Democratização da Gestão”<sup>19</sup>, porém esteve totalmente ausente das teses das principais correntes sindicais, ligadas ao PT e a CUT. Algumas teses já alertavam para o risco da política de privatizações, porém sem fazer qualquer relação com a PREVI. A CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é o plano de saúde dos funcionários ganhou muito mais destaque nas teses e no Congresso.

No II Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado em Salvador, de 5 a 8 de dezembro de 1990, as teses da Articulação, já então corrente majoritária no seio da CUT e do PT, discutia a política de privatizações do governo, mas não fazia nenhuma referência a PREVI. Somente nas teses da Corrente Sindical Classista, ligada ao PC do B, defendia-se “*um novo estatuto onde exista maior participação do funcionalismo na PREVI e na CASSI*”<sup>20</sup>. Mais uma vez as discussões sobre a CASSI tiveram muito mais peso.

Foi nos anos 90 que a entidade começou a adquirir a dimensão que hoje apresenta. Este crescimento experimentado pela PREVI, assim como por diversos fundos de pensão, transformava-os nas grandes reservas de poupança nacional, despertando o interesse do governo na sua utilização para grandes investimentos em infra-estrutura, bem como nos processos de privatização que se anunciavam.

Granemann considera o argumento de que os fundos de pensão eram decisivos para a formação da poupança nacional um “*eufemismo para defender a transferência de*

---

<sup>19</sup> O ESPELHO, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 63, de 10 de julho de 1989.

<sup>20</sup> O ESPELHO, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 87, de 14 de dezembro de 1990.

*recursos do mundo do trabalho para o financiamento do capital, quando a extração da mais-valia afigura-se insuficiente ao financiamento da expansão e modernização das empresas”<sup>21</sup>.*

E foi esse espírito que norteou a Lei 8.018, de 11/4/1990. Ela tornava obrigatório para os diversos fundos de pensão a compra dos Certificados de Privatização – novos títulos públicos criados para venda exclusiva a estas entidades, com o objetivo de permitir o adiantamento de recursos ao governo, garantindo supostamente aos fundos melhores posições em futuros processos de privatização. Esta determinação foi reafirmada pela Medida Provisória 294, de 31 de janeiro de 1991.

Todavia, a PREVI e os demais fundos resistiram a essa imposição, através de liminares obtidas junto à Justiça Federal, resultantes de ações impetradas pela ABRAPP, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, e pela ANABB, Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.<sup>22</sup>

A despeito de todas as crises, a entidade alcançou grande prosperidade nos primeiros anos da década de 90, obtendo lucros tanto com títulos de renda fixa, quanto em operações com associados (financiamento imobiliário e empréstimo simples). Em 1991 a PREVI já contava com o maior portfólio de ações do mercado brasileiro.

A posição de destaque assumida pela instituição no mercado de ações culminou com a participação da entidade no processo de privatização da USIMINAS, a lucrativa siderúrgica mineira, em 1991, ocasião em que adquiriu 14,94% do seu capital votante. Esta participação permitiu-lhe a indicação de representante para o Conselho de administração da companhia privatizada.

Para a nossa pesquisa dois fatos de extrema relevância têm de ser destacados: 1- a decisão de participação neste leilão foi por unanimidade, e já nesta época os sindicalistas do PT já tinham uma participação, ainda que pequena, na diretoria da entidade, portanto corroborando esta política e 2 - contraditoriamente os sindicalistas ligados ao PT e a CUT organizaram grandes manifestações de protesto contra o leilão.

A mesma contradição veio se dar em outros processos de privatização. Nos leilões da ACESITA – Companhia de Aços Especiais de Itabira, em 1992. Além de conseguir 15% do capital votante e assim obter o direito de voto no Conselho de Administração, como ocorria na USIMINAS, conseguiu, pela primeira vez, liderar um

---

<sup>21</sup> GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

<sup>22</sup> Relatório Anual da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, 1990, p.2.

acordo de acionistas, o qual elegeu a Diretoria da empresa. A entidade passou a exercer, então, significativa liderança, junto aos demais fundos de pensão, nos processos de privatização.

No IV Congresso Nacional dos Funcionários do BB, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 30, 31 de julho e 01 de agosto de 1993, mais uma vez o tema das privatizações foi debatido nas teses apresentadas ao Congresso, porém mais uma vez não se mencionava o papel da PREVI neste processo. Na tese da Democracia Socialista (DS) após uma série de críticas ao governo Itamar Franco lia-se *“E o programa de privatização continua o mesmo, o Estado vende as estatais mais importantes e produtivas a preços de até 20% do valor investido, enquanto continua mantendo alguns motéis, algumas padarias e até um spa como propriedade do Estado”*<sup>23</sup>

A Articulação se apresentou ao Congresso com duas teses: uma assinada pela Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB-CUT, cujo centro era a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho, mas mencionava que *“o programa de privatização permanece entregando o patrimônio público a preços irrisórios a investidores, na sua maioria constituída por bancos nacionais e estrangeiros”*<sup>24</sup> e outra assinada pelos seus principais dirigentes tais como Ricardo Berzoini, então presidente da CNB-CUT e diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sergio Rosa, então diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, dentre outros. Nela constava na parte sobre conjuntura *“Interessa a estes setores vender a idéia de que o problema da inflação é essencialmente o problema de descontrole das finanças públicas (ainda que resistam a qualquer processo de corte de subsídios ou de combate à sonegação). Esta hipocrisia sustenta o assalto (ainda maior) aos cofres do Estado e ao patrimônio público, obtidos com a política de privatizações, de cortes nos investimentos sociais, de liquidação da previdência, etc.”*<sup>25</sup> e mais adiante *“E as privatizações continuam e se pretende acelerar o processo, repetindo-se as denúncias de falcatruas verificadas no governo Collor”*<sup>26</sup>

Mais uma vez nenhuma menção a participação da PREVI neste processo. Na tese assinada por Ricardo Berzoini, Sergio Rosa e outros, pela primeira vez a Articulação defende Eleições Diretas para a CASSI e PREVI.

---

<sup>23</sup> O ESPELHO, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 121, de julho de 1993.

<sup>24</sup> O ESPELHO, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 121, de julho de 1993.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibidem.

É importante também notar a ausência deste questionamento também nas teses das correntes de esquerda do PT. Neste Congresso praticamente todas as teses abordam o processo de privatizações a partir de críticas genéricas. A abordagem mais contundente foi feita em uma tese assinada por alguns delegados sindicais de base, não identificados com nenhuma grande corrente petista, que propunha: “ *FIM DAS PRIVATIZAÇÕES, ANULAÇÃO DOS LEILÕES! – ocupação e organização de comitês em defesa de todas as estatais que estão na lista das privatizações. Revogação da Lei 8.031*”<sup>27</sup>

Em dezembro de 1994, a entidade integrou com sucesso o consórcio vitorioso no leilão de privatização da EMBRAER, que envolveu 60% do capital votante da empresa (individualmente, a participação da entidade alcançou o percentual de 10,4% do capital votante), permitindo-lhe mais uma vez a implementação do modelo da “administração compartilhada”. Naquele ano, a Carteira de investimentos da PREVI já contava com ações das cem principais empresas de capital aberto do país, o que a transformava numa instituição de grande vulto, estratégica mesmo para a economia brasileira.

O V Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, de 12 a 14 de agosto de 1994 discutiu um tema específico: UM PROJETO PARA O BB, fazendo com que o tema das privatizações e da PREVI estivesse ausente do temário.

O VI Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado em São Paulo, de 15 a 17 de junho de 1995, já ocorreu em pleno governo FHC e sob o impacto da greve nacional dos petroleiros que, apesar da sua extrema combatividade e radicalização, foi derrotada pelo governo. Os setores da esquerda cutista fizeram duras críticas à condução dada pela Articulação, corrente majoritária, que teria conduzido a greve para o isolamento, se recusando a fazer um chamado de generalização das lutas de outros setores.

A greve dos petroleiros é debatida na tese da Articulação Sindical:

*“A brutal reação à greve dos petroleiros mostra que o governo reconhece na CUT um dos principais obstáculos a à sua política. Uma possível vitória dos trabalhadores de uma importante categoria econômica teria, por certo, servido de impulso a uma onda*

---

<sup>27</sup> Idem.

*reivindicatória que abalaria um dos mais importantes alicerces do plano real – a estabilização sem transferência de renda do capital para o trabalho, ou seja, com salários reais ajustados pelos parâmetros da corrosão inflacionária.*

*Além disso, nota-se, no ataque aos petroleiros, a firme intenção de quebrar a Central, que se tem mostrado, ainda que com debilidades, capaz de estabelecer a disputa ideológica contra o projeto de reformas neoliberais, inclusive com vitória parcial na questão da previdência”<sup>28</sup>*

### **O sindicalismo petista começa a mudar de posição diante do neoliberalismo.**

Esta reflexão sobre a greve dá ensejo a uma outra , mais importante para a nossa pesquisa. Os sindicalistas petistas começam a mudar o seu discurso no enfrentamento ao projeto neoliberal:

*“O movimento sindical combativo, e em particular a CUT, tem toda uma tradição propositiva, com relação às reformas de base necessárias à sociedade brasileira. No entanto, temos sido estigmatizados, pela estratégia neoliberal, como conservadores, defensores do status-quo, politicamente reacionários.*

*Essa estratégia de isolamento é facilitada se simplesmente negarmos a proposta neoliberal. A injustiça da sociedade brasileira é flagrante. As plataformas políticas de mudanças tendem a receber o apoio popular.*

*... A resistência à ofensiva neoliberal deve, portanto, ser propositiva, abrindo espaços de disputa ideológica, esclarecendo os trabalhadores e a opinião pública em geral, oferecendo alternativas e perspectivas de mudanças orientadas para a ampla maioria. A renúncia a antigos*

---

<sup>28</sup> O ESPELHO. Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº Especial, de junho de 1995.

*dogmas, a superação dos corporativismos e a ampliação das alianças são desafios apontados para o movimento sindical.”<sup>29</sup>*

Mais adiante faz uma afirmação categórica: “*O discurso “sindicalista” de fórmulas fáceis e simplistas, está morto*”.<sup>30</sup>

O VII Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, de 25 a 28 de julho de 1996, se realiza em meio a um brutal ataque desferido pela direção da empresa contra o funcionalismo. É efetivado um brutal assédio moral, com descomissionamentos, transferências compulsórias, demissões arbitrárias, que culminaram com um PDV - Plano de Demissões Voluntárias, que de voluntárias não tinham nada. As teses do MTS/Bancário, formado por sindicalistas ligados à esquerda petista e ao PSTU, dá destaque para “*o suicídio de 22 colegas, angustiados com um tempo de desesperança*”<sup>31</sup>

A política de privatização do governo passa ao largo do debate no Congresso.

Mas é justamente no governo de FHC que a política de privatizações se acelera, tornando-se o principal carro-chefe do programa de governo e a maior demonstração de que o Brasil tinha entrado no neoliberalismo de “malas, cuias e bagagens”. Com isto o papel da PREVI aumentou de importância e, conseqüentemente, a disputa pela sua direção. Até então o movimento sindical tinha um papel minoritário e geralmente quem fazia as indicações para os cargos de conselheiros que a instituição tinha direito era a diretoria do próprio Banco do Brasil, leia-se governo FHC, através de seus representantes na diretoria da PREVI.

O ano de 1997 é marcado por dois grandes eventos que propiciam uma grande divisão no seio do movimento sindical cutista. Logo no início do ano se dá a privatização da poderosa Companhia Vale do Rio Doce, com destacada participação da PREVI e no meio do ano a reforma estatutária que ampliaria os poderes dos dirigentes eleitos na gestão da entidade.

Por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o movimento social organizou fortes manifestações de protesto em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, nas quais a palavra de ordem mais cantada pelos manifestantes era: “*Ah! a Vale é nossa!*”. Acorreram ao Rio de Janeiro caravanas das

---

<sup>29</sup> O ESPELHO. Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº Especial, de junho de 1995.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> O ESPELHO. Informativo dos Funcionários do banco do Brasil, nº 150, de julho de 1996.

mais distintas localidades do território nacional. Artistas populares, como Beth Carvalho, fizeram questão de marcar a presença na luta em defesa da soberania nacional. Foram quase três dias de batalhas judiciais, com liminares suspendendo e autorizando o leilão. E o povo trabalhador lá, numa vigília cívica, sem arredar o pé. No palanque da resistência estava presente toda a direção da CUT, desde seu presidente Jair Meneguelli, um dos principais quadros da Articulação Sindical, aos demais representantes das correntes minoritárias tais como José Maria de Almeida e o autor desta tese, do PSTU, Durval de Carvalho da esquerda petista.

Mas algo de muito estranho se passava, a PREVI estava no centro do processo de privatização da Vale, integrando o consórcio que viria vencer a disputa, a partir de uma decisão unânime de seus dirigentes. A se destacar que dentre eles havia um dirigente oriundo do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Arlindo Magno, e outro oriundo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Antonio Nogueira, ambos pertencentes a Articulação. Após muitas idas e vindas, por fim, a Vale foi privatizada.

No dia seguinte ao da privatização, o jornal da PREVI, que tinha integrado o consórcio vencedor, estampou em sua manchete “*Ah! a Vale é nossa!*”, provocando uma justa indignação no seio daqueles que se opuseram à venda da estatal.

Em entrevista ao Boletim Previ, Jair Bilachi, presidente da instituição, esclarece os bastidores da decisão tomada:

*“A PREVI está sempre interessada em bons negócios. Seguindo esse princípio, estamos disputando o leilão de privatização da Banda B da telefonia celular, e preparando-nos para aumentar nossa participação nos setores energético e portuário. Desta forma, acreditamos estar formando um portfólio que garantirá a tranquilidade de nossos associados... Depois de exaustivas negociações, apesar de respeitarmos o Grupo Votorantim, optamos pelo consórcio liderado pela CSN, empresa em que temos participação de 10,5% das ações ordinárias.*

*Escolhemos o grupo que ofereceu as melhores condições em termos de compartilhamento das decisões dentro da empresa. O acordo que firmamos estabeleceu, entre outras questões, que a PREVI tem o direito a indicar três representantes para o Conselho de*

*Administração da Valepar, empresa que controla a CVRD... Ressalto ainda que a coesão da nossa diretoria da PREVI foi fundamental para o nosso sucesso no leilão.”<sup>32</sup>*

Cada vez mais a atuação da PREVI no mercado corroborava a posição de Granemann sobre o verdadeiro papel da previdência privada:

- “1. A ‘previdência privada’ é uma forma privilegiada de realização do capital portador de juros nos dias atuais;
2. A prevalência da ‘previdência privada’ é a de se realizar como capital e somente em alguns casos como ‘produto’ secundário na proteção ao envelhecimento;
3. A ‘previdência privada’ não é uma expressão da luta do trabalho contra o capital por melhores condições de vida e trabalho e por proteção na velhice; é, ao contrário, uma estratégia do capital para alargar a acumulação e assim, a exploração do mundo do trabalho. (razões econômicas e financeiras).
4. A ‘previdência privada’ ao financeirizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora contribui para o aprofundamento da alienação de frações da classe dos trabalhadores e reforça a ‘aristocracia operário-trabalhadora’ que passa a administrar ‘partes do ‘capital financeiro’.
5. O encolhimento da previdência pública pela transferência de trabalhadores para a ‘previdência privada’ leva à redução e ao desmonte das políticas públicas.
6. Os trabalhadores contribuem com salário para a formação do capital portador de juros posto que os investimentos da ‘previdência privada’ privilegiam e patrocinam a hipertrofia do capital em sua dimensão fictícia com acento na especulação”.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 43 . de maio de 1997.

<sup>33</sup> GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.



## A batalha da reforma estatutária

Mas não foi só no leilão de privatização da CVRD que os interesses do governo FHC e dos sindicalistas petistas eram comuns. Na PREVI se avizinhava uma mudança estatutária em que os eleitos poderiam aumentar o seu poder no interior da entidade. Acontece que esta mudança estatutária estava sendo apresentada como uma venda casada com um acordo de total interesse da direção do Banco do Brasil, uma vez que o BB poderia se apropriar de cerca de cerca de R\$ 11 bilhões de reais do superávit da PREVI.

A questão se deu em torno à discussão sobre a utilização do superávit do fundo. A legislação em vigor estabelece que um fundo de previdência privada tendo superávits por três exercícios consecutivos, se obriga a reduzir as contribuições (do patrocinador e dos participantes) na mesma proporção ou melhorar os benefícios. Para a melhoria dos benefícios o BB sinalizou com a concordância em uma reforma estatutária, porém condicionou-a a apropriação de parte do superávit.

Outro aspecto importante foi o fato de constar nas mudanças estatutárias a obrigatoriedade de que os novos funcionários do BB aderissem a modalidade de aposentadoria por Contribuição Definida, diferentemente dos funcionários admitidos até a data da mudança dos estatutos que estavam submetidos a modalidade de aposentadoria por Benefício Definido. Para entendermos melhor esta questão recorreremos a Granemann:

*“Os planos de aposentadoria oferecidos pelas diferentes formas de ‘previdência privada’ tem um espectro de alternativas bastante limitado no mundo todo. Basicamente eles podem operar por Benefícios Definidos e por Contribuição Definida e este é um critério importante para diferenciar os diversos planos de ‘previdência privada’.*

*O Benefício Definido ‘promete’ a ‘garantia’ de uma aposentadoria mensal com base em um montante pré-definido no momento do trabalho e relaciona-se, fundamentalmente, com o lugar do trabalhador no espaço produtivo, isto é, vincula-se aos salários do trabalhador ao longo de sua vida laborativa.*

*Os planos de aposentadoria por Contribuição Definida foram criados pelo artigo 401 (K) do Código Americano de Impostos de 1978. Com a instituição de tais planos a contribuição dos trabalhadores é feita em uma conta individual e o resultado das aplicações realizadas ao longo de sua vida produtiva serão conhecidas no momento da aposentadoria.*

*Se os investimentos lograram sucesso haverá uma substantiva aposentadoria; mas, na ocorrência do contrário, isto é se a gestão de seus 'ativos' não tiver obtido sucesso o trabalhador poderá não ter aposentadoria. Nestes planos os trabalhadores são 'instados' a aplicar o máximo de valores em operações as mais arriscadas para esperar uma aposentadoria a mais elevada possível, daí que as carteiras de aplicações destes planos são quase que majoritariamente em ações e fundos de renda variável”<sup>34</sup>.*

Esta questão rachou o movimento sindical. As correntes da esquerda cutista se colocaram frontalmente contra a proposta de acordo, já a Articulação se aliou com a direção da empresa e tentou colocar em marcha um rolo compressor para aprovar a mudança estatutária e o acordo.

Para entendermos esta proposta de acordo é importante voltarmos um pouco no tempo. Em 1981, o presidente da PREVI, Joaquim Ferreira Amaro, negociou junto à diretoria do Banco aquele que ficou depois conhecido como o “Acordo de 67”. Consistia ele no estabelecimento de um compromisso entre o banco do Brasil e o seu fundo de pensão, no qual o Banco assumia como sua a responsabilidade pela integralização dos recursos para o pagamento da complementação das aposentadorias do pessoal admitido até 14.04.67, cobrindo qualquer insuficiência financeira que eventualmente pudesse ocorrer. Tal “contrato”, entretanto, não cumpria com determinadas formalidades legais, entre as quais o necessário registro desse passivo nos balanços financeiros das duas instituições. Além disso, feria a Lei 6.435/77 e o Decreto 81.240/78, no que se referia à forma de financiamento dos complementos de aposentadoria e pensões: a legislação determinava o regime de capitalização, com a formação das reservas necessárias que garantissem os compromissos assumidos; nesse acordo, porém, o Banco do Brasil utilizava o regime de repartição ou regime de caixa, no qual não existia a formação de reservas.

De qualquer forma, apesar da sua fragilidade quanto ao aspecto legal, o “Acordo de 67”, proporcionou à entidade, no decorrer dos anos oitenta, a conquista do equilíbrio financeiro e o crescimento sustentado das receitas. A importância do acordo tinha, inclusive, reconhecimento oficial por parte da Diretoria da instituição.

---

<sup>34</sup> GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

Em 1996, porém, no governo FHC, a Secretaria de Previdência Complementar desencadeou novas pressões, visando à regularização dessa pendência histórica. A postura do governo encontrou eco na diretoria da PREVI, resultando na inclusão do “Acordo 67” como item importante da pauta da reforma estatutária da entidade, programada para o ano de 1997. Àquela altura, a instituição, que apresentava excelente superávit, propôs utilizar parte das contribuições futuras do Banco do Brasil para integralizar um fundo que fizesse face aos compromissos com o grupo de associados anteriores à 1967. Em troca os eleitos passariam a ter direitos iguais aos dos indicados na diretoria da PREVI.

Na verdade, a solução encontrada em 1997 geraria uma polêmica que seria questionada por setores da esquerda do movimento sindical cutista e por entidades associativas do funcionalismo, com forte repercussão na imprensa, arrastando-se até a intervenção do governo na PREVI, ocorrida em 2002. A questão do uso do superávit foi preponderante no debate.

O movimento sindical rachou. De um lado a Articulação Sindical aliada à direção da empresa defendia o voto SIM e de outro lado as correntes de esquerda do PT, os sindicalistas ligados ao PSTU, a UNAMIBB – União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil, além do GAREF (representante, eleito pelos funcionários, no Conselho de administração do BB) Fernando Amaral.

No jornal do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, especial para os funcionários do Banco do Brasil, editado em 09/07/97, foi aberta uma tribuna de debates onde as duas posições puderam se expressar. Num primeiro momento a tática utilizada pelos setores que defendiam a não aprovação da reforma era a de defender o adiamento da consulta, prevista para 14 a 18 de julho. Em um texto assinado pelas principais lideranças cariocas da Democracia Socialista-DS e Articulação de Esquerda-AE, correntes internas do PT e pelos sindicalistas do PSTU se defendia os argumentos para o adiamento da consulta:

*“Está marcada para o dia 14/07/97 consulta ao corpo social da PREVI, composto por 124 mil associados, entre trabalhadores ativos e inativos do Banco do Brasil. Nós iremos votar a aprovação ou não de uma reforma estatutária na PREVI, mas, infelizmente, não é apenas isso que está em jogo. Se a reforma em questão for aprovada, também será*

*assinado um acordo entre o Banco e a PREVI, referente aos associados admitidos até 15.04.67, que envolve a cifra de R\$10,9 bilhões, capital este hoje em poder da PREVI.*

*...é verdade que a mesma contempla uma série de demandas históricas dos associados. Entretanto, nesta proposta está incluída a mudança de modalidade no plano de benefícios da PREVI (de benefício definido para a contribuição definida). A diferença é que no plano vigente hoje, o Banco do Brasil tem responsabilidade solidária pelo pagamento dos benefícios, o que não ocorrerá no novo plano, a ser criado para os funcionários que vierem a ingressar na empresa após a reforma do estatuto...*

*Sobre o acordo relativo aos admitidos até 1967, antes de mais nada, ninguém teve acesso a minuta do mesmo. Sabe-se que ele envolve a transferência do passivo previdenciário do banco para a PREVI. Nessa operação, o banco se apropria de 5,1 bilhões de reais, recursos da PREVI, a título de devolução de superávit, o que não é previsto pela legislação.*

*...Não podemos decidir sobre questões tão importantes para o nosso futuro no afogadilho, com a pressa que não atende aos nossos interesses, mas sim ao projeto de PC Ximenes de impactar o balanço do 1º semestre com o resultado do acordo.*

*Se a consulta aos associados da PREVI não for adiada, todos devemos votar NÃO a partir do dia 14.”<sup>35</sup>*

De outro lado o texto assinado pelas lideranças cariocas da Articulação, apesar de também defender o adiamento da consulta, dava ênfase aos elementos positivos:

*“... As mudanças propostas são resultados da constatação das inúmeras injustiças existentes no atual estatuto da PREVI e já haviam sido cogitadas quando da última alteração estatutária. . Nessa ocasião muitos colegas já cobravam a redução do tempo de PREVI para 15 anos e o fim da exigência dos 55 anos de idade para os funcionários que*

---

<sup>35</sup> Bancário. Especial para os funcionários do Banco do Brasil, de 09 de julho de 1997.

*ingressaram no Banco após 78. Outra reclamação freqüente era a injustiça cometida com as mulheres que não têm o direito de, em caso de falecimento, deixar pensão para o cônjuge. Além disso, sempre ficou no ar a situação dos que tomaram posse antes de 67, cuja complementação salarial feita pelo Banco vem sendo alvo de constantes pressões por parte do TCU e da Secretaria de previdência complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social.*

*... Por isso queremos a ampliação do prazo de debate para que todos os colegas do BB da ativa e aposentados possam compartilhar conosco a convicção de votar SIM por uma aposentadoria digna para todos.”<sup>36</sup>*

A campanha pelo adiamento acabou ganhando a adesão de uma série de entidades representativas do funcionalismo (AAFBB-Associação dos Antigos Funcionários do BB; a ANABB-Associação Nacional dos Funcionários do BB; a UNAMIBB-União dos acionistas minoritários do BB, o GAREF, dentre outras) e com isto o Banco aceitou adiar a consulta em uma semana, marcando-a para 21.07.97.

A campanha pegou fogo. A Diretoria do BB, a Diretoria da PREVI, indicados e eleitos, e a Articulação Sindical jogaram pesado pela aprovação do estatuto. Esta última, através de materiais coloridos, chegava até os associados com declarações de seus principais dirigentes nacionais: o deputado federal Luiz Gushiken, o presidente da CNB-CUT Sergio Rosa, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo Ricardo Berzoini, dentre outros.

A campanha contra a aprovação do estatuto reuniu a esquerda cutista (Democracia Socialista-DS, Articulação de Esquerda-AE, Força Socialista, PSTU) e uma série de entidades internas do BB: ANABB, AAFBB, AFABBs, CONTEC, GAREF e UNAMIBB.

A UNAMIBB em panfleto intitulado “*ESCÂNDALO NACIONAL*” fez uma série de denúncias:

---

<sup>36</sup> Bancário. Especial para os funcionários do Banco do Brasil, de 9 de julho de 1997.

*“Diretores da PREVI recebem salários que ultrapassam R\$ 25.000,00 mensais, enquanto o funcionalismo padece com salários baixos, demissões, perseguições, etc.*

*Agora, acaba de chegar à UNAMIBB a prova de que vários diretores da PREVI I participam de Conselhos de Administração de firmas participadas, com rendimentos, em cada um, que vão de R\$ 3.000,00 a R\$ 8.000,00 (ata da CVRD de 12.05.97). E o pior, acumulam esses cargos, para os quais comparecem, se é que comparecem, apenas uma vez por mês, chegando a perceber mais de R\$ 20.000,00 mensais fora o salário do Banco com os mais altos Ap's. E poderão continuar nos seus cargos se o novo estatuto for aprovado. ”<sup>37</sup>*

Esta denúncia provocou um grande mal-estar no funcionalismo, que cada vez mais via seu fundo de pensão envolvido em negociações de bilhões de reais, seus dirigentes, eleitos para defendê-lo, ascendendo financeiramente de uma maneira abrupta, e ele acumulando anos de reajuste zero e sentindo suas condições de vida e trabalhando se deteriorando a cada dia.

Na consulta, a maioria votou pela aprovação da mudança estatutária. O SIM obteve 63.085 (52,27% do colégio eleitoral), enquanto o NÃO obteve 28.209 (23,36%). Apesar da grande diferença, o quorum não foi alcançado e fez-se necessário um novo escrutínio.

O VIII Congresso dos Funcionários do BB, realizado no Rio de Janeiro, de 7 a 9 de agosto de 1997, ocorreu justamente entre a realização do primeiro para o segundo turno da votação do estatuto. A tese da Articulação Sindical ignorou o tema, porém a do MTS (militantes do PSTU e setores minoritários da esquerda petista) fazia um duro balanço:

*“Na PREVI, é importante registrar que houve apoio dos diretores eleitos em garantir que a nossa Caixa de Previdência ajudasse o governo FHC no seu processo de privatização.*

---

<sup>37</sup> Nota da Diretoria da UNAMIBB.

*Todos devem ter recebido estarrecidos, o jornalzinho da PREVI – “a Vale é nossa”, comemorando a “nossa” participação no Consórcio Vicunha.*

*A direção do BB tenta implementar uma Reforma Estatutária, novamente contando com o apoio empolgado da Articulação Sindical. Será que se tivéssemos recebido tanto material de propaganda para a nossa campanha salarial, não teríamos conseguido um resultado diferente?*

*É difícil acreditar que a gestão Ximenes apresente uma proposta de reforma que não contenha armadilhas que lhes auxiliem no seu plano de destruição do BB e preparação para entregá-lo nas mãos da iniciativa privada.*

*E os 11 bilhões de superávit? E os aposentados anteriores a 1967? E os funcionários que vierem a ingressar no BB com o Plano Contribuição Definida?”<sup>38</sup>*

O Congresso após intenso debate aprovou recomendar abstenção ao corpo social, para inviabilizar o quorum eleitoral, e a partir daí reabrir negociação com o BB sobre os pontos polêmicos.<sup>39</sup> O Congresso aprovou, também, uma moção de crítica à Comissão de Empresa, organismo dirigente das lutas do funcionalismo e integrada pelos principais sindicatos cutistas, pela sua defesa do SIM na proposta de mudança estatutária.

Mas, enfim, a reforma foi aprovada. Ela introduziu o modelo de gestão participativa na entidade, promovendo a ampliação da participação dos associados nos seus destinos, por meio de nova estrutura organizacional, composta dos seguintes órgãos: Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. As diretrizes da PREVI passaram a ser aprovadas pelo então criado Conselho Deliberativo, integrado por quatro membros eleitos pelos associados e três indicados pelo Banco do Brasil. O Presidente desse colegiado devia ser um dos membros eleitos pelos associados. A Diretoria Executiva, antes composta por três diretores executivos indicados pelo Banco

<sup>38</sup> Caderno de teses. VIII Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, 7,8 e 9 de agosto/97.

<sup>39</sup> O Espelho. Informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 167, de setembro/97.

e quatro deliberativos eleitos, passou a ser integrada por seis membros: três indicados pelo Banco (Presidente, Diretor de Administração e Diretor de Investimento) e três eleitos pelos associados (Diretor de Planejamento, Diretor de Participações e Diretor de Seguridade), nenhum deles com voto de qualidade, ou “voto de minerva”. O conselho fiscal passou a ter cinco membros, sendo três eleitos pelos associados e dois indicados pelo Banco do Brasil. Ressalte-se que o Diretor de Participações era eleito pelos associados e é ele que é o responsável pela indicação dos conselheiros nas empresas.

No pleito de 1996, para indicação de dois diretores deliberativos e de três conselheiros fiscais, saiu vitoriosa a chapa encabeçada pela Articulação Sindical, Chapa 4 – PREVI construindo o futuro.

Já as eleições de 1998 previam, de acordo com o novo estatuto, a eleição do Diretor de Seguridade, o primeiro escolhido pelo corpo social, e dos novos membros dos conselhos. Pela primeira vez, em razão das mudanças estatutárias os diretores eleitos pelos associados passariam a exercer funções de caráter executivo, adquirindo o poder de decidir de fato sobre os rumos da entidade. Tendo ocorrido entre 14 e 22 de maio, o acirramento da disputa foi traduzido na formação de cinco chapas, processo que acentuou a divisão na base do movimento sindical cutista, expresso em três chapas.

Além das diferenças de concepção existentes acerca da forma como se deveria administrar a entidade, as mudanças trazidas pelo Estatuto de 1997 provocaram como fator adicional a luta pelo controle do poder decisório, já que a PREVI havia se transformado em uma instituição de grande peso político, social e econômico e o número de cargos em disputa era limitado. Isso fez com que aliados em eleições anteriores, preteridos então na indicação de seus nomes na composição final das chapas, se transformassem agora em adversários.

Apesar de ter liderado toda a reforma estatutária e o acordo com o Banco do Brasil, a chapa da Articulação Sindical, “PREVI construindo o futuro”, encabeçada por Toninho Nogueirol, então Diretor de Seguridade, saiu derrotada no pleito. Em sua campanha afirmava que a PREVI tinha se afirmado como um participante determinado e autônomo no jogo econômico, depreendendo daí que:

*“Essa postura, independente de grupos de interesses e do Governo, levantou uma onda de insatisfação entre os poderosos, traduzindo-se em ataques e denúncias infundadas na mídia,*



*lamentavelmente assumidos por alguns colegas que sempre quiseram fazer da PREVI um mero trampolim para seus interesses pessoais e políticos.*

*Mas a PREVI foi em frente. Impermeável a pressões, não adquiriu “moedas podres” e precatórios, assumiu o papel de principal investidor que condiciona sua participação ao respeito ao direito dos empregados, à defesa do meio-ambiente, e ao interesse nacional. Dentro dessa visão é que participou do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, quando impediu sua desnacionalização, já que não tinha como impedir sua privatização.*

*... Interpretando o inconformismo dos associados, principalmente contra as injustiças inseridas no antigo Estatuto, a PREVI, apoiada pela manifestação majoritária do funcionalismo do BB, que conseguiu superar uma campanha eivada pelo oportunismo e pela demagogia, aprovou o novo Estatuto que restabeleceu a igualdade entre os participantes e implantou um modelo de gestão com maior representatividade dos associados, e resgatou as contas do pessoal anterior a 67, que antes não estavam registradas em sua contabilidade.”<sup>40</sup>*

Outra chapa que tinha a presença de sindicalistas petistas era a “Resistência”, formada pelo MTS e a UNAMIBB. Era encabeçada pelo então presidente da UNAMIBB, já falecido, Cyro Buda Verçosa. Como avaliava de que não tinha como competir com os aparatos das outras duas chapas do movimento sindical, fazia uma campanha sem nenhuma concessão no balanço da direção da **PREVI**, defendendo o fim à subserviência da **PREVI** aos interesses do governo. Colocava-se da seguinte maneira no pleito:

*“OPOSIÇÃO INTRANSIGENTE – para evitar os absurdos praticados pela atual administração da Caixa:*

*1-que serviu de braço direito do governo FHC na entrega do patrimônio nacional, ao viabilizar as privatizações, através da*

---

<sup>40</sup> Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, nº 51, de abril de 1998..

*composição de consórcios com o capital nacional e internacional, onde a PREVI sempre integraliza a parte à vista, para que aqueles se apropriem de nossas empresas, utilizando de financiamento subsidiados do BNDES. Chegando ao absurdo de comemorar a privatização da Vale enquanto todo o movimento popular estava na resistência à entrega de um dos maiores patrimônio do povo brasileiro;*

*2- que cedeu completamente aos interesses dos interventores do Banco para que a PREVI, assumisse o passivo previdenciário dos funcionários Pré-67, sem a devida cobertura;*

*3- que se utilizou de métodos irregulares para aprovar a Reforma Estatutária, compromisso que eles já tinham assumido com o Banco mesmo antes do primeiro turno, conforme “Fato Relevante”, de 13.06.97, dirigido à C.V.M;*

*4- que sonegou informações às entidades funcionais reunidas em Brasília (UNAMIBB, AAFBB, AFABBs, GAREF, ANABB, e outras), impedindo que os associados pudessem verificar as contas da PREVI e a viabilidade daquele acordo;*

*5- após abandonar todos os compromissos éticos, partiram para a defesa dos seus interesses financeiros pessoais, acumulando cargos em Conselhos de Administração de empresas controladas pela PREVI, elevando vergonhosamente seus salários que segundo o “Relatório Reservado”, podem superar 25 mil reais”.<sup>41</sup>*

Por fim, a terceira chapa envolvendo sindicalistas petistas foi a que saiu vitoriosa no pleito. A chapa “Pluralidade & Transparência” era integrada pela DS, pela Força Socialista e algumas entidades associativas dos funcionários do Banco do Brasil (ANABB, AAFBB, Federação das AABBs) e mais o então representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil, Fernando Amaral. Ela era encabeçada pelo ex-presidente da CUT-PR e ex-candidato a governador do Paraná em 1990, pelo PT, Henrique Pizzolato, que assumiu o posto de Diretor de Seguridade da PREVI.

---

<sup>41</sup>Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, nº 51, de abril de 1998..

No Boletim Previ, a chapa não tocou em pontos polêmicos, tais como Reforma Estatutária e privatizações, optando por fazer propostas apoiadas em princípios genéricos: representatividade, competência, tradição democrática, independência, etc....

Em relação aos conselhos das empresas participadas apresentou a proposta de criação *“de uma “BOLSA DE REPRESENTANTES” com o nome de funcionários (da ativa e aposentados) habilitados, competentes, éticos, para que o processo de indicação para representar a PREVI nas empresas de que ela faça parte seja feito mediante critérios públicos. Todos os associados terão o direito de inscrever-se para seleção na Bolsa. Com isso acabará o nepotismo, a troca de favores, a retaliação, a submissão e a política de vantagens pessoais.”*<sup>42</sup>

O resultado das eleições foi uma demonstração inequívoca da insatisfação do funcionalismo com os rumos da direção da Caixa, e que a aprovação da Reforma Estatutária tinha se dado por uma questão pragmática, mas não por convencimento da justeza da proposta.

Logo em seguida realizou-se o IX Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, em São Paulo, de 7 a 9 de agosto. Em sua tese o MTS fazia um chamado aos eleitos, ainda que minoritários pois a eleição foi de apenas 1/3 da diretoria, a *“buscar na categoria a força necessária para a reversão dos seguintes pontos: recompor o superávit, revisando o acordo ilegal dos 11bi; reparar as injustiças do novo estatuto; democratizar a PREVI; e a retirada imediata da PREVI de qualquer processo de compra de empresas estatais.”*<sup>43</sup>

A Alternativa Sindical Socialista-ASS, composta pela DS, Articulação de Esquerda e Força Socialista, fez duras críticas ao acordo/97:

*“O pacote acordo financeiro/reforma estatutária continha aspectos bastante prejudiciais aos interesses dos associados da PREVI. O acordo estabelece a apropriação pelo BB do superávit da PREVI, periodicamente. É uma condição muito mais favorável do que o previsto pela legislação vigente. Não é por acaso que os porta-vozes do mercado (leia-se banqueiros) festejaram o acordo em questão. Uma conseqüência da transferência da **PREVI** para o BB é a remoção de um*

<sup>42</sup> Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, nº 51, de abril de 1998.

<sup>43</sup> Caderno de Teses – IX Congresso Nacional dos Funcionários do BB.

*grande complicador em potencial para uma eventual privatização do conglomerado Banco do Brasil.”<sup>44</sup>*

Aqui houve um erro de revisão, pois o que a tese queria dizer era remover passivo do BB para a **PREVI**.

O MTS, apoiado pela ASS, queria que fosse votada a continuidade da participação ou não da **PREVI** no processo de privatizações, mas a Articulação Sindical, em maioria no Congresso, aprovou que isto deveria ser objeto de debate de um Seminário específico sobre a **PREVI**.<sup>45</sup>

No ano seguinte realizou-se o X Congresso dos Funcionários do BB, em São Paulo, de 23 a 25 de julho. Em sua tese a Articulação Sindical reivindicou sua atuação na direção da **PREVI**:

*“As reformas dos estatutos da **PREVI** e da **CASSI** tiveram como linha mestra a democratização do modelo de gestão.*

*Na **PREVI**, a política de participação no Conselho das Empresas, nas quais somos acionistas, deve continuar de maneira a garantir a participação dos associados nas decisões estratégicas e na gestão das empresas, a fiscalização de suas contas, e assegurar a rentabilidade dos investimentos, que acabarão por possibilitar as nossas aposentadorias.*

*O debate sobre a atuação desses representantes deve se aprofundar, na tentativa de implantar, nas empresas, políticas que democratizem a gestão e melhorem as relações com os sindicatos, mantenham os empregados e negociem medidas de interesse dos trabalhadores.”<sup>46</sup>*

Além disso, num documento específico sobre Saúde e Previdência a Articulação defendeu a participação da **PREVI** no processo de privatizações:

*“Do ponto de vista da mera rentabilidade do capital, a participação da **PREVI** deve obedecer a critérios técnicos, e as privatizações, ao que tudo indica, representaram um bom investimento*

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Resoluções do IX Congresso dos Funcionários do BB. São Paulo, 14 de agosto de 1998.

<sup>46</sup> Bancário. Especial para os funcionários do Banco do Brasil, edição de 20 de julho de 1999.

*(senão o melhor investimento do último período). Sob esta ótica, a PREVI agiu certo no interesse do associado.*

*De outro ponto de vista, no entanto, surge a eventual contradição da PREVI participar de um processo que condenamos. Se bem que não houve nenhuma apuração concreta da opinião dos associados, a verdade é que a quase totalidade das entidades representativas do funcionalismo (e por dedução, a maioria do funcionalismo) condenam as privatizações, enxergando nisto a entrega do patrimônio público a preços aviltados, sem garantia de preservar os interesses da sociedade, e geralmente gerando demissões e outras perdas para os trabalhadores destas empresas.*

*A bem da verdade, garantir a rentabilidade do patrimônio da PREVI implica inevitavelmente em participar do mercado financeiro e de capitais tais como ele é hoje. A aquisição de títulos que pagam juros que nós consideramos exorbitantes, e que representa aumento do endividamento público, não é nem mais nem menos honrosa que participar das privatizações. Investir em empreendimentos de shoppings e hotéis com construtoras como OAS, Odebrecht, etc. também pode suscitar as mesmas dúvidas acerca do resultado social destes investimentos. Adquirir ações de empresas como Coca-Cola, Perdigão e outras também não implica em garantia de respeito aos trabalhadores.*

*A participação da PREVI pode ter ajudado a viabilizar a constituição de consórcios que vieram a adquirir certas empresas. No entanto, seria loucura imaginar que a “não participação” da PREVI impedisse qualquer uma das privatizações ocorridas, numa lógica sem fundamentação de que se a PREVI deixasse de participar dos leilões de privatizações, elas não teriam acontecido. O espaço ocupado pela PREVI poderia ser preenchido por mais investimentos diretos do BNDES, por maior presença do capital externo, ou pela diminuição do preço final alcançado pelas empresas. De qualquer forma, acreditamos que as privatizações teriam ocorrido da mesma forma, tendo em vista atual correlação de forças na sociedade.*

*Portanto, parece difícil encontrar, na lógica atual, razões suficientes para afastar a PREVI da participação nas privatizações. O que nós, como associados, ou a sociedade, ganharíamos com isso?*

*Apesar de tudo isto, no entanto, é importante aprofundar o debate sobre a natureza dos investimentos e da participação da **PREVI** nas empresas privatizadas (e em outras empresas também), discutir também o papel social da **PREVI** na economia nacional.*

*Não é estranho, mesmo no mundo dos negócios, que se façam certas exigências para os investimentos. Hoje em dia, por exemplo, preocupações com o meio-ambiente ou com o trabalho infantil são suficientes para justificar a recusa de participação em certas empresas.*

*É necessário que a **PREVI** (e particularmente os diretores eleitos, juntamente com o movimento dos funcionários) discuta certas diretrizes a serem negociadas em cada caso. Preservação de empregos, garantia de atendimento aos interesses da sociedade, respeito à organização dos trabalhadores, transparência, etc, podem ser exigências viáveis em certas negociações envolvendo milhões de reais”<sup>47</sup>.*

Aqui a Articulação Sindical reafirmava a inevitabilidade da participação dos fundos de pensão no mercado financeiro, reproduzindo a lógica dos argumentos do Banco Mundial, principal impulsionador da previdência privada pelo mundo a fora, muito bem sintetizados por Granemann:

- “a) a previdência completar – para não dizê-la privada - é uma demanda imprescindível aos tempos atuais;*
- b) é a solução para as crises das ‘economias modernas’;*
- c) é cabalmente tida como um sucesso ao redor do mundo;*
- d) é a comprovação definitiva do alcance de um estágio superior das relações capital-trabalho, dita também concertação, e prova incontestada da superação dos interesses antagônicos entre as duas classes sociais, esta categoria ela mesma ultrapassada;*

---

<sup>47</sup> Relatório final do X Congresso Nacional dos Funcionários do BB, São Paulo, 30 de julho de 1999.

*e) é a expressão definitiva da construção do ‘socialismo de mercado’ já que os ‘trabalhadores’ são os ‘proprietários’ de significativas parcelas da riqueza mundial.”<sup>48</sup>*

Para o X Congresso, fruto do calor do debate sobre a reforma estatutária, se forjou um Bloco de Esquerda, composto pelas correntes da esquerda petista reunidas na ASS (DS-Democracia Socialista, Força Socialista, AE-Articulação de Esquerda dentre outras) e o MTS (formado pelos sindicalistas do PSTU e setores minoritários do PT). No tocante à **PREVI** a tese reservava o item de nº 3, cujo título era: “*A PREVI não pode mais participar das privatizações*”.<sup>49</sup> E prosseguia:

*“Após o escândalo dos grampos, ficou claro que a nossa **PREVI** está sendo utilizada para implementação da política de privatização do governo FHC.*

*Ao participarmos dos leilões não estaríamos enfraquecendo a nossa luta contra a privatização do próprio BB?*

*E mais, vários diretores da **PREVI**, inclusive os eleitos pelo funcionalismo, participam atualmente do Conselho de Administração das empresas privatizadas, que demitem, terceirizam e precarizam as condições de trabalho. Como podemos lutar contra isso tudo dentro da empresa em que trabalhamos.*

*Defendemos um compromisso dos diretores eleitos que rompam com o atual curso da **PREVI**, e que renunciem aos conselhos de administração das empresas privatizadas. Propomos que a **PREVI** convoque um fórum democrático para discutirmos como e se devemos participar desses conselhos”<sup>50</sup>.*

---

<sup>48</sup>GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

<sup>49</sup>Relatório final do X Congresso Nacional dos Funcionários do BB, São Paulo, 30 de julho de 1999.

<sup>50</sup> Relatório final do X Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, 30 de julho de 1999.

O Congresso foi bastante polarizado. O Bloco de Esquerda exigiu que fosse votada a proposta de retirada da PREVI do processo de privatizações. A proposta foi derrotada. Nas deliberações do Congresso foram votados três itens por proposta da Articulação Sindical:

*“- A PREVI deve continuar participando dos leilões de privatização, tendo como parâmetro os pré-requisitos e as preocupações abordadas no corpo do texto.*

*- Os diretores e conselheiros eleitos ou não devem continuar participando de conselhos de administração das empresas nas quais a PREVI tenha participação.*

*- Transparência nos critérios de escolha dos representantes nos conselhos de administração das empresas em que a PREVI tenha participação”.*<sup>51</sup>

Em 2000, de 15 a 23 de maio, se daria o segundo pleito em base aos novos estatutos. Dessa vez seriam eleitos os diretores de Participações e de Planejamento. Inscreveram-se quatro chapas e, mais uma vez, houve divisão no movimento sindical e associativo, dessa vez em duas chapas.

A chapa vitoriosa, “Unidade em Defesa da PREVI”, era formada pela Articulação Sindical, a DS e a Corrente Sindical Classista (Pc do B), que conformavam o chamado Bloco Majoritário na CUT. Foram eleitos, Sergio Ricardo da Silva Rosa, presidente da CNB-CUT e diretor do sindicato dos Bancários de São Paulo, para a diretoria de Participações, e Erik Persson, diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, para a diretoria de Planejamento. Erik, na ocasião pertencia à DS, mais tarde veio integrar-se à Articulação.

Como era uma chapa de composição, em seu programa as questões polêmicas eram tratadas com certa flexibilização, ao contrário do pragmatismo técnico-financeiro habitual da Articulação Sindical, expresso no X Congresso.

Em relação à participação nos conselhos das empresas defendia:

---

<sup>51</sup> Idem.



*“A indicação de representantes para os conselhos de Administração e Fiscal dessas empresas deve ser feita com base em critérios claros e transparentes, que combinem a capacitação e experiências necessárias ao compromisso com os interesses da **PREVI**.”*

*Entendemos que os dirigentes da **PREVI** só devem participar diretamente desses conselhos em casos excepcionais e em caráter temporário. Os dirigentes da **PREVI** devem ter como prioridade administrar a própria **PREVI** e gerir de forma eficiente o desempenho dos conselheiros indicados.”<sup>52</sup>*

Como é de praxe em nosso país as promessas de campanha ficaram no papel. Veremos mais adiante que os dirigentes da **PREVI** ocupam mais de um conselho em empresas participadas e com caráter permanente.

Em relação às privatizações afirmava:

*“Temos um posicionamento claro contra o programa de privatizações do governo, pois está mais do que evidente que ele é nocivo para a economia brasileira. Devemos estar atento par cada novo processo de privatização, essencialmente no caso das empresas estratégicas. Caso o posicionamento da **PREVI** possa ser decisivo para impedir a privatização, devemos nos posicionar nesse sentido. Nossa segunda opção, sempre analisando os interesse da **PREVI**, é participar da formação de consórcios que possam assegurar a permanência da empresa sob controle nacional, tendo a **PREVI** poder de mando na gestão da empresa.”<sup>53</sup>*

---

<sup>52</sup> Boletim **PREVI**. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB. Especial eleições, abril de 2000.

<sup>53</sup> Boletim **PREVI**. Informativo da Caixa de previdência dos Funcionários do BB. Especial eleições, abril de 2000.

A outra chapa era formada pelos sindicalistas petistas da Força Socialista, Articulação de Esquerda, remanescentes da Alternativa Sindical Socialista, mais a UNAMIBB, a AAFBB e era apoiada pelo PSTU.

Em sua campanha fazia uma análise da implementação do projeto neoliberal do governo FHC:

*“O elemento principal dessa política desastrosa exigida pela comunidade financeira internacional situou-se no programa de privatizações cujo objetivo seria a atração de recursos estrangeiros para financiar as dívidas interna e externa, entretanto diferentemente das projeções governamentais o endividamento público a partir do governo FHC sextuplicou, a dívida externa dobrou apesar das dezenas de bilhões de dólares enviadas anualmente para o exterior apenas para o pagamento do serviço da dívida.*

*As principais empresas estatais em setores estratégicos para o país foram entregues as empresas estrangeiras. Cresceu o desemprego com a demissão de trabalhadores das empresas privatizadas. As tarifas cobradas da população pelas empresas agora em poder do de setores privados ou estrangeiros, superaram em muito a inflação. O arrocho salarial se aprofundou e o governo, fortalecido em seu programa, partiu para reformular a legislação trabalhista e previdenciária contra os interesses dos trabalhadores.”<sup>54</sup>*

Mais adiante denunciava a utilização da PREVI, por parte do governo, para o êxito desta política:

*“Neste medíocre contexto, a PREVI que assumiu a liderança entre os fundos de pensão do país, desempenhou um papel destacado, sendo instrumentalizada pelo governo para viabilizar as privatizações do*

---

<sup>54</sup> Boletim PEVI. Informativo da Caixa de previdência dos Funcionários do BB. Especial Eleições, de abril de 2000.

*patrimônio nacional a preços vis, com a conivência de sua direção indicada pelo BB, ou eleita pelos funcionários.*

*Para um posicionamento claro a respeito da PREVI nessa situação, é preciso ter-se em conta que, do ponto de vista econômico, já há algumas décadas, é indiscutível a importância desempenhada pelos Fundos de Pensão na formação da poupança interna indispensável à viabilização do desenvolvimento auto-sustentável das nações e a inquestionável influência que exercem no direcionamento dos projetos de desenvolvimento econômico, regionais e nacionais. Sua grande virtude reside em reduzir a dependência das nações em desenvolvimento em relação a recursos externos, minimizando sua vulnerabilidade financeira. A partir dessa constatação é importante registrar a cobiça da qual se tornaram alvo os fundos de pensão, por parte de governos e empresários e, em especial a PREVI, maior fundo de pensão da América Latina.*

*Por isso como fundo de pensão, cujo objetivo precípua é garantir aposentadorias dignas a seus associados – o que depende da condição salarial do funcionário ativo, diretamente atingido por essa política – a PREVI jamais deveria ter colaborado com as privatizações. Hoje como consequência, temos uma situação atípica. Se não revertermos essa política, grande parte dos associados sequer receberá a complementação da PREVI, uma vez que, com o arrocho salarial, recebem menos que o teto do INSS.*

*Portanto, para retornar a sua finalidade a PREVI deve se retirar desse programa de entrega do patrimônio público.”<sup>55</sup>*

A chapa também denunciava que a pauperização do funcionalismo do BB, contraditoriamente interessava à PREVI: “*Estamos diante de uma PREVI que se apóia em uma equação perversa: quanto mais congelamento de salários, melhor, pois assim seu passivo atuarial se mantém constante, enquanto seus ativos se corrigem pelo IGP: quanto mais PDV, melhor, pois assim parcelas significativas das reservas relativas aos*

---

<sup>55</sup> Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB. Especial Eleições, de abril de 2000.

*funcionários demitidos passam a engordar os superávits da PREVI que serão repassados ao Banco.”<sup>56</sup>*

Por fim defendia a anulação das ilegalidades do acordo de 97; a retirada imediata da PREVI do programa de privatizações com o redirecionamento dos recursos para investimentos produtivos e geradores de empregos e a redefinição dos critérios para a escolha de candidatos aos conselhos de administração e fiscais das mais de 60 empresas nas quais a PREVI tinha participação, assumindo um compromisso de que nenhum dos integrantes da chapa participaria de qualquer um desses conselhos.

Em julho realizou-se o XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB, em São Paulo, de 28 a 30. Em sua tese, a Articulação Sindical, reivindicava que sua postura à frente da PREVI era corroborada pelo funcionalismo: *“No passado recente, foram aprovados os novos estatutos e o relatório referente ao ano de 1999 (votação direta), e a participação da PREVI nas privatizações sob certas condições (decisão do último congresso e ratificação do programa da chapa vencedora das últimas eleições).*

*Entendemos, portanto que estas polêmicas, se não estão completamente superadas, ao menos já foram amplamente debatidas e obtiveram decisão democrática sobre elas.”<sup>57</sup>*

De novo defendiam a constituição de uma Associação Nacional de Participantes em Fundos de Pensão, que teria como objetivo a defesa dos participantes. Esta associação, mais tarde veio a ser criada, e teve como primeiro presidente um membro do Conselho Deliberativo da PREVI, José Ricardo Sasseron, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

As correntes que compuseram a chapa “Antes que seja tarde” apresentaram uma tese unificada com o mesmo nome da chapa. Nela procuravam fazer um balanço das últimas eleições tanto da PREVI, quanto da CASSI:

*“A divisão que houve de fato nas últimas eleições da CASSI e da PREVI foi, na verdade, de projetos. De um lado, a chapa branca do governo defendia, em essência, o mesmo projeto que a chapa*

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Caderno de teses. XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB, São Paulo, de 28 a 30 de julho de 2000.

*encabeçada pela Articulação Sindical. Infelizmente , a indecisa DS e o PC do B, após participarem, ao longo de 2 meses, de processos de discussão e de elaboração de um Programa que unificasse todos os que se antepõem à participação da PREVI nos leilões de privatização, nos minutos finais de confirmação das chapas, bandearam-se para os braços da Articulação, sem nenhuma explicação pertinente.*

*Não é possível a unidade na PREVI, com os que apoiaram e fizeram campanha, junto com a Direção do BB, pela aprovação da mudança de estatutos que suprimiram uma série de direitos do funcionalismo; apóiam a participação da PREVI nos leilões de Privatização; nomeiam, sem submeter à base, Conselheiros nas empresas participadas, dividindo as vagas em lotes com o Banco, sem fazer as devidas denúncias (conforme Folha de SP, de 27/06/2000); conivência com a política de Rh do Banco. Em suma, uma clara adesão ao programa neoliberal responsável pelas demissões e arrocho salarial do funcionalismo.*

*...É falsa a idéia de que a PREVI só é viável participando de leilões de privatização e atuando no mercado de ações. Ela já era superavitária muito antes desse processo. Nossa Caixa de Previdência pode cumprir sua finalidade (garantir a complementação de nossas aposentadorias) com muito mais tranqüilidade, investindo na produção, na cidade e no campo, gerando empregos e investindo na área social, atuando no fomento a projetos de saúde e educação.”<sup>58</sup>*

Esta discussão sobre onde e como a PREVI deveria aplicar os seus recursos foi recorrente ao longo da década de 90. Inclusive ela é parte da discussão que queremos fazer na parte final deste capítulo, sobre o real significado da adaptação de setores do movimento sindical à lógica de mercado.

Desde 2000 aos dias atuais a PREVI passou por várias modificações, dentre elas duas intervenções, e a principal delas: com a vitória de Lula, integrantes da Articulação Sindical que ao longo da década de 90 participavam das diretorias da PREVI como

---

<sup>58</sup> Caderno de teses. XI Congresso Nacional de Funcionários do BB, São Paulo, de 28 a 30 de julho de 2000.

representantes eleitos pelos funcionários, agora se tornaram membros indicados pela Direção da empresa. O caso mais notório é o de Sergio Rosa, hoje presidente da PREVI, nomeado pela diretoria do BB.

Do nosso ponto de vista o que ocorreu com a vitória de Lula é que o PT deixou de ser o sócio minoritário na implementação do projeto neoliberal e passou a ser o majoritário.

Enquanto os funcionários do BB amargavam sete anos sem reajuste, com salários pauperizados e um decréscimo brutal no nível de vida, chocava a realidade nababesca em que viviam os dirigentes da PREVI e, também, os sindicalistas indicados para integrar os Conselhos de administração das empresas participadas.

Como vimos ao longo do capítulo, os sindicalistas da Articulação Sindical sempre justificaram sua subordinação à lógica do mercado financeiro com o pretexto da busca dos melhores negócios para a PREVI, daí sua participação no processo de privatizações, e no zelo por estes negócios, daí a participação nos conselhos das empresas participadas.

Na edição de 09/12/01 o JORNAL DO BRASIL veiculou matéria em que dizia que os Conselheiros Deliberativos da PREVI tinham votado contra a proposta de estabelecimento de um teto para a remuneração dos dirigentes da **PREVI**.

Em edição especial do Boletim Previ, a Diretoria Executiva se apressou a esclarecer sobre seus rendimentos:

*“O Conselho Deliberativo da PREVI aprovou, em novembro de 2001, a aplicação para os dirigentes da PREVI da nova sistemática salarial adotada pelo Banco do Brasil. Com isso, o teto do salário do presidente da PREVI passou de R\$ 8.000,00 para R\$ 15.500,00 e o dos diretores de R\$ 7.500,00 para R\$ 13.000,00. Além do salário, os dirigentes da PREVI têm direito a auxílio-moradia no valor de R\$ 2.500,00 e, a exemplo de outros executivos do Banco, a verba-representação de R\$ 1.000,00 para os diretores e R\$ 2.000,00 para o presidente. Pela nova regra, da mesma forma que os executivos do Banco, os dirigentes da PREVI que participem de conselhos de empresa só podem receber destas a remuneração máxima de R\$ 1.785,69.*

*... Na matéria, os jornalistas adicionam ao salário pago pela PREVI a remuneração que os dirigentes recebem em função de responsabilidades decorrentes de sua participação em conselhos de administração de sociedades anônimas. Essa remuneração não é paga pela PREVI e, portanto, não pode ser considerada salário.*

*...Os conselheiros têm responsabilidades legalmente estabelecidas pelos cargos que ocupam nas empresas. O exercício da função exige leitura de relatórios, discussão de estratégias corporativas, análise de investimentos, votação de contas e uma série de outras responsabilidades pelas quais o conselheiro responde pessoalmente – inclusive com seu patrimônio – perante os acionistas das diversas companhias.*

*...É por esse trabalho que as empresas remuneram seus conselheiros. Portanto, é equivocado considerar essa remuneração como sendo parte do salário pago pela PREVI a seus dirigentes. A remuneração que os conselheiros recebem é paga pelas empresas de acordo com suas próprias políticas, não tendo a PREVI poder de decisão isolado sobre o assunto.*

*...Por se tratar de relação entre conselheiro e empresa privada, a PREVI não tem o direito de divulgar as remunerações. ”<sup>59</sup>*

Hoje, o salário do ex-sindicalista Sergio Rosa está em torno de R\$ 19.000,00, fora o auxílio moradia e a verba de representação. Os demais diretores recebem cerca de R\$ 16.000,00, mais o auxílio-moradia e a verba de representação. Além disso, estes diretores participam de vários Conselhos de Administração, sendo remunerados para estas atividades. Estes ex-sindicalistas vivem uma realidade completamente diferente da realidade de sua classe social, uma vez que são trabalhadores, no caso da PREVI, bancários. No dizer de Granemann “A ‘previdência privada’ ao financeirizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora contribui para o aprofundamento da alienação de

---

<sup>59</sup> Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Edição Especial.

*frações da classe dos trabalhadores e reforça a 'aristocracia operário-trabalhadora' que passa a administrar 'partes do 'capital financeiro''<sup>60</sup>.*

È justamente esta questão que queremos debater a partir de agora. A PREVI tem o direito de indicar 318 conselheiros: 106 titulares e 82 suplentes para Conselhos de Administração e 67 titulares e 63 suplentes para Conselhos Fiscais. Dentre eles dezenas são oriundos do movimento sindical. A título de exemplo vamos citar alguns:

**Sergio Ricardo Silva Rosa** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e ex-presidente da CONTRAF/CUT. Hoje é presidente da PREVI e participa do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce e da Valepar, ambos como titular.

**Francisco Ferreira Alexandre** – ex-diretor do Sindicato dos bancários de Alagoas e ex-coordenador da Comissão de empresa dos Funcionários do Banco do Brasil. Hoje é Diretor de Administração da PREVI e participa do Conselho de administração da Perdigão, como titular.

**José Ricardo Sasseron** – é diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Na PREVI é o Diretor de Seguridade e participa do Conselho de Administração da Costa do Sauipe, como titular.

**Carlos Augusto Vidoto** – ex-diretor do Sindicato dos bancários de São Paulo. Hoje é membro titular do Conselho de Administração do Banco do Brasil.

**Rosevelt Rui dos Santos** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Hoje é Gerente Executivo na PREVI e ocupa o Conselho de administração titular na CERAN, na CPFL GERAÇÃO e na SERRA DA MESA.

---

<sup>60</sup>GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da "previdência privada"*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.



**Paulo Edgar Trapp** – ex-diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. É conselheiro da PREVI e integra os Conselhos de Administração como titular na CPFL PAULISTA e CPFL PIRATININGA.

**Arlindo Magno** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. É conselheiro da PREVI e integra os Conselhos de Administração da CVRD, LITEL e VALEPAR, todos como titular.

**Gerardo Xavier Santiago** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Foi Gerente executivo na PREVI e integra os Conselhos de Administração da CVRD e da VALEPAR como suplente em ambos.

**Jorge Luiz Pacheco** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. É assessor na PREVI e ocupa os Conselhos de Administração na CVRD, na LITEL e na LITELA, todos como titular.

**Erik Persson** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. É diretor da PREVI e membro do Conselho de Administração titular da CVRD.

**Sergio Ricardo Lopes de Farias** – É diretor da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. É conselheiro na PREVI e membro suplente dos Conselhos de Administração da CVRD e da VALEPAR.

**Elídia Resula Braga Vilas Boas** – ex-diretora do Sindicato de bancários de Porto Alegre. É conselheira na PREVI e integra o Conselho de Administração da FRASLE como titular.

**Maurílio Rossi** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. É assessor na PREVI e participa do Conselho de Administração da Perdigão como suplente.

**Jacy Afonso de Melo** – É ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e tesoureiro da CUT Nacional. Integra o Conselho Fiscal da PETROFLEX como suplente.

**Deli Soares Pereira** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários o de São Paulo. É membro titular do Conselho de Administração da SOLPART.

**Jacques de Oliveira Pena** – ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília. É conselheiro na PREVI e presidente da Fundação Banco do Brasil. Integra como titular o Conselho de Administração da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES.

**José Wilson da Silva** – ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília. Integra o Conselho de Administração titular da TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES.

Mas afinal o que são ou representam estas pessoas: uma nova classe social, uma nova pequeno-burguesia, uma nova burocracia? Na PREVI, apesar de em suas teses defenderem como um dos critérios básicos para a participação, quer seja nas privatizadas ou nas participadas, a não promoção de desemprego, chega a ser patético quando todas sabem que em todas as empresas que foram privatizadas se promoveu processos de reestruturação produtiva que levou ao desemprego milhares de trabalhadores, achatamento salarial, precarização do trabalho e fragmentação da organização sindical. Só para citar alguns exemplos notórios: no setor siderúrgico (CSN, ACESITA, USIMINAS), EMBRAER, CVRD e nas empresas de tele-comunicações.

Dizem que nessas empresas tem de promover uma parceria com os sindicatos, tentando pautar a sua atuação nos Conselhos de Administração pelas reivindicações dos trabalhadores, mas na verdade se portam como outros executivos quaisquer sempre em busca de produtividade e rentabilidade. Na EMBRAER, pelo fato de o Sindicato pertencer a uma Central, a CONLUTAS, que questiona a implantação de políticas neoliberais, promoveram junto com a CUT a divisão da base da categoria com a tentativa de criação de um novo sindicato, o dos trabalhadores em construção de avião, por fora do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Alguns autores começam a aprofundar a discussão sobre este fenômeno. Oliveira em seu artigo *O Ornitorrinco* fala do surgimento de uma nova classe social:

*“A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no*

*que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o PREVI, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal: fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) – o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operado no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”<sup>61</sup>*

Mais adiante Oliveira informa que *“Sindicatos dos trabalhadores do setor privado também já estão organizando seus próprios fundos de previdência complementar, na esteira daqueles das estatais.”*<sup>62</sup> Esta informação nos traz à cena um personagem que realmente mudou de classe social, o ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e ex-ministro Luis Gushiken, que hoje é um próspero empresário no ramo de consultoria aos fundos de pensão. Porém esta não é a situação dos sindicalistas que estamos analisando neste momento.

Oliveira se baseia em sua análise de surgimento de uma nova classe social para explicar as convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB; *“o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de*

---

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003, p. 146.

<sup>62</sup> Idem,

*fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.*<sup>63</sup>

O autor assevera categoricamente:

*“A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.”*<sup>64</sup>

Oliveira afirma que a “nova classe” se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu: o núcleo formulador das políticas de FHC proveio da PUC-RJ e os petistas estudaram na Escola de Administração de Empresas da FGV em São Paulo.

Iasi polemiza com Oliveira acreditando não se tratar de uma “nova classe”, mas sim de uma tradicional pequena burguesia. Toma como base a formação universitária deste setor:

*“A formação universitária na PUC-Rio ou na Escola de Administração de Empresas da FGV, outro argumento interessante de Oliveira, é mais uma pista de que estamos falando de uma camada “técnica”, de “operadores”, funcionários capacitados e competentes para exercer sua função, doublés que substituem os atores principais em cenas perigosas ou sem importância, mas não mais que funcionários responsáveis por executar ações que correspondem a reais interesses de classe, no caso da burguesia monopolista financeira nacional e internacional.*

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 147

<sup>64</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003, p. 148

*...Trata-se de um pequeno setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio dela. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade (que uma vez projetada defensivamente para fora na sociedade a vê como “pluralista”) e falta absoluta de coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo. Trata-se de nossa boa e velha pequena burguesia, a versão pequena de nosso “homem-nádegas.”<sup>65</sup>*

Concordamos com Iasi no tocante a negar o surgimento de uma “nova classe”, mas reivindicando Trotsky que está mais próximo do nosso horizonte teórico, entendemos que se trata de algo que vá além da velha pequena burguesia, trata-se de uma burocracia que defende com “unhas e dentes” seus privilégios materiais, mas que dependem de estar no poder, para a manutenção desses privilégios.

Não entendemos este fenômeno isoladamente, ele é parte da incrustação do PT no aparelho burguês, quer seja nas instituições políticas, quer seja nas instituições que gerem o capital financeiro.

Em nossa dissertação de mestrado já apontávamos que os altos salários acabavam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês e, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabavam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existia uma questão mais ampla. As finanças do partido dependiam da contribuição dos que ocupavam cargos e as correntes se reforçavam com as assessorias e contribuições de cada membro em cargo público, ampliando, com isso, seu peso interno no partido.

Mas esta situação mudou qualitativamente, pois o PT, além de se subordinar a lógica do mercado eleitoral, como veremos no capítulo seguinte, também se subordinou

---

<sup>65</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe - O PT entre a negação e o consentimento*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006.p.555.

à lógica do mercado financeiro mediante destes sindicalistas que se tornaram gestores do capital.

Estes burocratas se subordinam a esta lógica que Kurz chama de “capitalismo-cassino” cuja filosofia, segundo ele é o “*shareholder value*”:

*“Mas o que é afinal o “shareholder value”? O primeiro mandamento dessa nova ética filosófica da administração prescreve: “Não terá nenhum outro Deus senão teu acionista”. “Shareholder value” significa, portanto uma raivosa defesa dos interesses acionários por parte da política comercial das sociedades empresariais. Isto seria como nos fazem ver os bancos de investimento, um movimento “back to the roots”, isto é, de volta à tarefa original da administração de propiciar ganhos máximos aos acionistas. Por demasiado tempo este mandamento ético da economia teia sido encoberto pelos “interesses de grupos sociais” (sindicatos, políticos, etc...). Em nome do “shareholder value” são portanto celebradas orgias de demissões em massa e redução de custos, para extorquir a um mínimo de empregados um máximo de produção e mandar às favas as conseqüências sociais. A maximização de lucros sempre foi o objetivo, só que agora se trata de uma crescente radicalização dessa vontade contra todos os interesses dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, o projeto do “shareholder value” corresponde à radicalização do limitado ponto de vista econômico sob a égide da globalização do capital. A vida humana como um todo, o conjunto dos compromissos sociais, o restante da cultura e até mesmo os interesses da burocracia estatal devem subordinar-se à “produção de rendas atraentes para os acionistas” e, caso necessário, ser imolados nesse altar. A humanidade, a par de seu ambiente natural, é mantida como refém dos grandes acionistas privados.”<sup>66</sup>*

Um bom exemplo disso foram os recentes episódios envolvendo a CVRD e a tribo Xikrin, quando a companhia ignorou os direitos dos indígenas para salvaguardar seus negócios e conseqüentemente seus lucros.

---

<sup>66</sup> KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997. p. 216

O fenômeno da burocratização não é novo em se tratando dos partidos operários. Michels, em estudo clássico, que mais tarde se tornaria uma das referências básicas da chamada “teoria das elites”, apontava para a burocratização como consequência inevitável do processo de expansão dos partidos operários de sua época. Para além da análise histórica, Michels estabelecia uma condenação político/moral do processo: *“O burocratismo é o inimigo declarado da liberdade individual, de toda iniciativa corajosa em matéria de política interna. Sua dependência em relação às autoridades superiores sufoca a personalidade entre a média dos empregados e contribui para imprimir à sociedade inteira um rótulo extremamente pequeno-burguês e grosseiro. O espírito burocrático rebaixa o caráter e provoca a indignação moral.”*<sup>67</sup>

Quanto ao conceito de burocracia, pretendemos recorrer às elaborações construídas por Leon Trotsky, mais próxima do nosso horizonte teórico, em sua análise do Estado soviético. É claro que a burocracia soviética assumiu um papel semelhante ao de uma classe social por dirigir um Estado, transformando-se, segundo aquele autor, numa casta. Por seu lado, a burocracia petista chegou ao governo federal, e mesmo antes disso a governos estaduais e municipais, bem como a instituições de gestão do capital financeiro, notadamente os fundos de pensão, que cumpriram papel determinante no cenário econômico do país, ao longo da década de 90 e até hoje, ocupando um sem-número de cargos.

Ressalvada a distinção de natureza entre o estado soviético e o brasileiro, podemos dizer que, a exemplo do que aconteceu com a burocracia soviética, a burocracia petista hoje defende seus interesses com “unhas e dentes”: seus empregos, salários e prestígio. Isto faz com que se consolide no PT seu distanciamento da base, como dizia Trotsky; *“a burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo fato de se encontrar sempre pronta a cerrar os olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fiéis na defesa dos seus privilégios.”*<sup>68</sup>

No mesmo sentido, assevera Gramsci, ao comentar o papel do partido nos momentos de crise de hegemonia da classe dirigente: *“Ao analisar-se o desenvolvimento dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o*

<sup>67</sup> MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 106

<sup>68</sup> TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Antídoto, Lisboa, 1976, p.269.

*Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar”<sup>69</sup>*

Nos capítulos seguintes, esperamos deixar claro outros aspectos característicos de tal processo de burocratização e seu resultado nas formulações e práticas do partido dos Trabalhadores.

---

<sup>69</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.56.



## CAPÍTULO 2

### O PT SUCUMBE À LÓGICA DO MERCADO ELEITORAL

O PT nunca se reivindicou como um partido marxista, porém é inegável que seus documentos fundacionais, suas resoluções e sua *práxis* ao longo da década de 80 se alicerçaram, em grande medida, naquele instrumental teórico. No tocante a participação nos processos eleitorais Meneguello, atentava para este fato quando analisava as diferenças do PT em relação aos demais partidos: *“Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais”*<sup>70</sup>

Nas resoluções do 2º Encontro Nacional, realizado em São Paulo, nos dias 27 e 28 de março de 1982, no item intitulado “As eleições e os objetivos do nosso partido”, procurou-se estabelecer alguns critérios que norteariam a participação do partido em suas primeiras eleições:

*“1-Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT*

*2-Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;*

*-Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores, etc.) e para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.”*<sup>71</sup>

<sup>70</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT a formação de um partido*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

<sup>71</sup> Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998 – Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Além disso, definiu-se que não faria coligações com partidos burgueses, ainda que por uma questão tática e não de princípios, como defendiam algumas correntes no seu interior.

Mais adiante afirmava que: “*A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer da campanha um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais*”<sup>72</sup>

Outro aspecto importante dizia respeito a oferecer condições de igualdade na disputa interna: “*De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindicatos não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição*”<sup>73</sup>

Estes pressupostos nortearam o partido ao longo da década de 80, não sem tensões, pois desde cedo havia setores que pendiam para uma visão mais eleitoralista.

As campanhas petistas na primeira década de sua existência refletiam o ascenso generalizado que vivenciava a classe trabalhadora. Elas eram feitas integralmente pela militância partidária com entusiasmo e energia, com as bandeiras vermelhas desfraldadas e com uma adesão espontânea dos movimentos sociais. Falar em militância paga no PT era uma heresia.

É importante notar, que mesmo mantendo sua essência, o PT crescia eleitoralmente a cada pleito. Em 82 elegeu 8 deputados federais e 12 estaduais, já em 86 elegeu 16 deputados federais e 40 estaduais, passando pelo *boom* de 88 quando ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, dentre as quais São Paulo, a maior cidade do país, culminando com a campanha de Lula para a presidência da República em 1989, quando ele quase chegou lá, dando um brutal susto na classe dominante do país.

De alguma forma, neste período, o PT superou o dilema dos partidos operários em uma ordem liberal democrática apontado por Adam Przeworski, em seu livro *Capitalismo e social-democracia*:

---

<sup>72</sup> Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998 Partido dos Trabalhadores. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

<sup>73</sup> Idem.

*“...se os partidos de base operária permanecem próximos a sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maioria em eleições: por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade”.<sup>74</sup>*

Mas como já afirmamos no capítulo anterior, os êxitos eleitorais, principalmente os de 1988, levaram a uma institucionalização e a uma burocratização do partido, que pavimentou o caminho para uma série de mudanças em seus formulados teórico-estratégicos.

Novaes já chamava atenção para este fato e alertava para os riscos inerentes a estas mudanças:

*“Nada disso seria problemático não fosse a insistência do PT, a meu ver correta, em se pretender um partido programático, motivado a redesenhar a face institucional do país. Precisamente porque essa é uma tarefa voltada a ampliar a dimensão substantiva da cidadania dos trabalhadores, o PT não pode facilitar diante do risco de limitar-se ao papel de instrumento e grupo de interesses já organizados e, o que é mais impróprio, acabar prisioneiro de uma profissionalização política que, embora indispensável, não pode coincidir com as dimensões de deliberação e representação política. Estas convergências perversas – sintoma de oligarquização no sentido que Michels deu ao termo quando falou dos partidos como instituições ‘crescentemente baseadas na competição de poucos’ – podem comprometer tanto a autonomia do partido vis-a-vis as deformações institucionais que principiou combatendo quanto sua capacidade de agente coletivo voltado a criar novas instituições”.<sup>75</sup>*

<sup>74</sup> PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

<sup>75</sup> NOVAES, Carlos A Marques. *PT: dilemas da burocratização*. *Novos Estudos CEBRAP*, n°35, 1993.

Por ocasião do 1º Congresso do PT, realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, em São Bernardo Campo, as resoluções aprovadas demonstravam o avanço dos pressupostos reformistas e dos social-democratas no seu interior. Os elementos conjunturais existentes à época facilitaram esta tarefa. O “socialismo real” tinha entrado em colapso no Leste Europeu e o neoliberalismo ampliava a consolidação de sua hegemonia com a total dominação da América Latina, inclusive o Brasil de Collor de Mello.

Mas são nas campanhas eleitorais, através da política de alianças e dos programas, que estas transformações ganham mais visibilidade. A de 1994 ainda foi realizada sob o impacto da campanha do *impeachment* de Fernando Collor, que colocou amplos setores da população nas ruas, encabeçados pela juventude, e sob os ecos da eleição de 1989, quando Lula esteve a um passo da vitória.

Coerente com isso, o partido ainda mantinha um discurso radicalizado contra o neoliberalismo, o que se expressava no documento sobre conjuntura aprovado no 9º Encontro Nacional do PT, realizado de 29 de abril a 1 de maio, em Brasília:

*“O cinismo da classe dominante atinge seu limite máximo quando, praticamente, todos os meios de comunicação de massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego e fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo da inflação; e tudo o mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos.*

*Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abordado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na*

---

*FIESP, na FEBRABAN e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo.”<sup>76</sup>*

Quanto à política de alianças, a resolução do Encontro mencionava explicitamente os partidos que integravam o campo democrático-popular no Brasil: PSB, PPS, PC do B, PCB, PSTU e áreas do PV, porém já sinaliza com algum tipo de flexibilização: *“temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e com os corruptos.”<sup>77</sup>*

Em 1995, foi realizado o 10º Encontro Nacional, de 18 a 20 de agosto, em Guarapari-ES. Discutiram-se o balanço das eleições de 1994 e a política para as eleições municipais de 1996. Pela primeira vez, o PDT foi incorporado formalmente na resolução sobre política de alianças, incorporando-se aos demais da resolução anterior. A resolução fala em rejeição a alianças com os partidos da coalizão de centro-direita que dava apoio ao Governo FHC, mas reiterava a flexibilização aprovada no Encontro anterior: *“As alianças fora do campo democrático-popular serão avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual respectiva, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas do Partido em nível nacional”<sup>78</sup>*

No debate preparatório ao Encontro a Opção de Esquerda fazia um alerta para o que estava ocorrendo no interior do partido:

*“Nenhum partido político por mais rebelde que seja, é imune à sua integração às instituições políticas do Estado burguês, à desagregação do eleitoralismo, à doença senil da burocratização. Em seus 15 anos de vida, o PT influenciou decisivamente a vida política brasileira. Mesmo assim, sintomas perigosos de integração à ordem, de eleitoralismo, de senilidade começam a corroer o caráter subversivo e intransigente do PT. Setores petistas cada vez mais importantes relacionam-se com nosso partido como uma máquina eleitoral desideologizada, pragmaticamente*

<sup>76</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998, p. 597.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 591.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 632.

*adaptada ao jogo político dominante, ao vale-tudo controlado pelos partidos tradicionais.”*<sup>79</sup>

No mesmo sentido iam as preocupações expressas nas teses defendidas por Vladimir Palmeira, que foram aprovadas no 15º Encontro Estadual do PT-RJ:

*“Cada vez mais afeito ao jogo institucional e cada vez menos inclinado a expressar a radicalidade, a revolta e, porque não dizê-lo, o desespero de milhões cujo cotidiano se passa à margem do jogo político formal, o PT vai se conformando, ele também, à imagem da sociedade que pretendemos subverter: pouco democrático, monopolizado por grupos de profissionais da política (no mau sentido) e especialistas de todo tipo, consumido pelo jogo político institucional, movido pela ficção de opinião pública construída pela mídia e pelos institutos de pesquisa, pouco sensível ao sentimento do trabalhador comum, crescentemente incapaz de construir-se e apresentar-se à sociedade como uma alternativa ao sistema dominante”*<sup>80</sup>

Por ocasião do 11º Encontro Nacional, que se realizou de 29 a 31 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro, a resolução sobre a política de alianças, denominada “Carta do Rio de Janeiro”, foi ainda mais flexível: “*A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com PSB, PC do B, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC*”<sup>81</sup>

As eleições de 1998 foram palco de grandes tensões nas relações internas do partido. Ainda que a aliança com o PDT já tivesse sido aprovada nas eleições municipais anteriores, havia um novo ingrediente: essas eram eleições nacionais e com o objetivo de ampliar as bases eleitorais da candidatura Lula foi feito um acordo com o PDT. O acordo garantia a vice-presidência na chapa para Leonel de Moura Brizola, mas em troca o PT deveria apoiar a candidatura de Antony Garotinho, do PDT, no estado do Rio de Janeiro.

<sup>79</sup> Caderno de Teses – 10º Encontro Nacional. De 18 a 20 de agosto de 1995, Guarapari-ES.

<sup>80</sup> Caderno de Teses. 15º Encontro Estadual do PT-RJ. Julho de 1995

<sup>81</sup> Resoluções de encontros e Congressos 1079-1998. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998, p.661

Ocorre que, na disputa realizada no Encontro Estadual do Rio de Janeiro, venceu a política de candidatura própria do PT, tendo sido indicado para tal tarefa Vladimir Palmeira, histórico militante da esquerda brasileira. O Diretório Nacional do PT, reunido em 8 e 9 de maio de 1998, se apoiando na “Carta do Rio de Janeiro”, revogou a decisão do Encontro Estadual e aprovou uma intervenção no PT do Rio de Janeiro. Esta polêmica ganhou repercussão nacional através dos meios de comunicação, culminando com um recurso do PT do Rio de Janeiro ao Encontro Nacional Extraordinário, que se realizou de 23 a 24 de maio, em São Paulo. O recurso teve 201 votos favoráveis, 310 votos contrários e 13 abstenções, num total de 524 votos. A política da Direção Nacional foi mantida, mas o PT do Rio de Janeiro estava irreversivelmente dividido para a campanha eleitoral.

As tensões, entretanto, não se encerraram nesse ponto. As transformações caminhavam a passos largos no interior do partido, mas era necessário dar visibilidade disso à sociedade, e não havia melhor oportunidade que em uma campanha eleitoral, sobretudo num momento em que as eleições tornaram-se espetáculos nas mãos de profissionais do *marketing* político.

## **OS MARQUETEIROS ESTÃO CHEGANDO**

O PT sucumbiu à lógica de que não existia mais espaço para as campanhas de improviso, feitas apenas na base da intuição de acordos políticos e no ardor da militância.. O PT, assim como os partidos burgueses, passou a entregar os rumos das campanhas para os profissionais do marketing político e eleitoral. Para estes profissionais o candidato é apenas um produto que ele tem a responsabilidade de vender. Como suas atividades são baseadas em pesquisas quantitativas e qualitativas, os candidatos em termos de propostas acabam se assemelhando de uma forma tal que o eleitor começa a não ver diferenças entre eles.

Os fatores de maior relevância em uma pesquisa são: a imagem do candidato, sua trajetória política, seu carisma e empatia com o eleitor, seu programa de governo, sua principal meta de governo, a sua profissão, seu partido político, seus apoiadores e o grupo social em que está inserido ou se identifica.

Leal, identifica esta operação do marketing sobre a vida do partido:

*“A mitificação de Lula foi fortemente estimulada em 1996, até como reação aos ataques sofridos pelo líder petista por ocasião das denúncias do caso CPEM (denúncias feitas pelo militante Paulo de Tarso Venceslau, que acusou prefeituras petistas de firmarem contratos lesivos aos municípios com uma firma de consultoria, a CPEM, que seria ligada a Roberto Teixeira, compadre de Lula e dono da casa onde morava à época o presidente).nos primeiros programas gratuitos do partido na TV após as denúncias, a figura de Lula ocupou todo o tempo dos comerciais. “Querem destruir este homem”, dizia o texto inicial dos comerciais, que reproduziam em tom mítico a trajetória de Lula. Os comerciais foram tremendamente criticados dentro do PT por setores que o consideraram “culto à personalidade”<sup>82</sup>.*

A campanha para as eleições municipais de 1996 representou um grande laboratório para as mudanças que partido estava sofrendo. O partido lançou o *jingle* “Uh! Tererê”, e os slogans: “o PT faz bem”, “o PT é bom de governo”, “onde o PT governa dá certo”, que unificaram a publicidade petista em todos os municípios. Mais uma vez recorro a Leal para analisar o que se passava naquele momento no interior do partido:

*“Evidentemente, num partido como o PT, marcado naquele momento por relativo equilíbrio das forças internas em disputa, qualquer mudança de eixo mais drástica era extremamente difícil. A reação de setores petistas à propaganda do partido no município de São Paulo ( com o polêmico slogan “O PT que diz sim”) foi exemplar: os segmentos mais à esquerda exigiram – e conseguiram – a mudança de ruma da campanha, considerada excessivamente light”<sup>83</sup>.*

Em 1998 a direção política da campanha, com o objetivo de mostrar sua mudança de posição em direção a uma posição menos radical, resolveu abolir dos programas de TV as bandeiras vermelhas, adotando bandeiras brancas em seu lugar, além de eleger as cores verde e amarelo como as cores oficiais da campanha. Isto causou um profundo mal

---

<sup>82</sup>LEAL, Paulo Roberto F. *Os debates petistas no final dos anos 90*. Sotese, Rio de Janeiro, 2004, p.55

<sup>83</sup> LEAL, Paulo Roberto F. *Op. Cit. P.59*



estar na militância, mais identificada com o perfil de esquerda do partido, levando inclusive a que amplos setores se recusassem a participar da campanha. Foi uma situação típica da identificada por Pollak ao estudar a relação entre memória e história:

*“Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou a si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização”.*<sup>84</sup>

Em marketing político, a comunicação é como uma droga. Em doses adequadas é medicamento, em doses elevadas é veneno fatal. E para um amplo setor da militância prevaleceu a segunda hipótese.

Como vimos às mudanças foram se dando, mas não sem uma resistência de setores do partido, o que leva alguns autores a defenderem que ainda prevalecia a disputa de projetos no interior do PT, posição que discordamos. Um bom exemplo é o balanço que faz Leal sobre os debates dos anos 90:

*“O saldo dos debates nos anos 90 foi muito mais a clara indicação dos novos rumos, mais pragmáticos e voltados para o mercado eleitoral, do que sua efetiva e imediata implementação. Esses fenômenos ficaram para as vésperas da campanha de 2002, momento em que o partido fez um movimento de inflexão à direita como nunca antes havia feito.”*<sup>85</sup>

Mas foi na campanha eleitoral de 2002 que o PT se utilizou de todos os recursos para mostrar que era um outro partido e que já estava apto à subserviência dos ditames neoliberais. Tirando lições da campanha de 1998, trabalhou com inteligência a relação entre essência e aparência. Na aparência procurou capitalizar a insatisfação existente contra as políticas neoliberais de FHC, apoiando-se na trajetória política de Lula, dando

<sup>84</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, n 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 10.

<sup>85</sup> LEAL, Paulo Roberto F. *Op. Cit. P.87*

destaque ao seu passado de líder sindical, mas na essência organizou uma campanha de adaptação e sustentação do modelo econômico vigente. Na política de alianças, o Diretório Nacional estava mandatado pelo 12º Encontro Nacional a construir um arco que incorporasse as forças políticas de oposição a FHC:

*“O 12º Encontro Nacional autorizou a direção nacional a construir, com base em nossa candidatura e nas diretrizes do programa, um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice-presidente da República e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo FHC.”<sup>86</sup>*

A flexibilização deu lugar a um pragmatismo sem qualquer tipo de restrição, quer seja de caráter político-ideológico ou ético-moral, como demonstrou a procura ainda no primeiro turno do apoio de figuras como Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Roberto Jefferson, dentre outros.

Para a vice-presidência foi indicado José de Alencar, um dos maiores empresários do setor têxtil do país, dono de 11 fábricas e de um patrimônio de R\$ 13 bilhões, filiado ao PL, partido que possuía estreitas ligações com a Igreja Universal e que sempre reivindicou o projeto neoliberal.

A efetivação da aliança chocou parte da opinião pública e revoltou numerosos setores dentro do partido, gerando efeitos como a renúncia de Heloisa Helena à candidatura ao governo de Alagoas, a intervenção na chapa do PT mineiro, obrigado a dividir espaço com candidatos do PL; e os constrangimentos generalizados por todo país.

Setores nada marginais da burguesia compuseram com Lula, como Eugênio Staub, dono da Gradiente, e outros. Mas só isso não bastava; o “mercado” continuava nervoso e preocupado com a liderança de Lula nas pesquisas. Foi quando, através da imprensa burguesa, no dia 22 de junho de 2002, Lula lançou sua “*Carta ao Povo Brasileiro*”<sup>87</sup>, logo apelidada pela militância à esquerda de “Carta aos banqueiros”, assumindo compromissos de que honraria todos os contratos do país e que manteria o

---

<sup>86</sup> Resolução sobre Política de Alianças do Diretório Nacional-2002. Mimeo

<sup>87</sup> Jornal *O Globo*, de 22 de junho de 2002.

superávit primário. Eram, enfim, dadas as garantias exigidas pelo empresariado e pela comunidade financeira internacional. Mais tarde, para coroar este processo, Lula, bem como os outros três candidatos melhores colocados nas pesquisas (José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho), avalizaram o acordo feito pelo presidente FHC com o FMI.

Causou espécie o tratamento que foi dispensado a Lula pela imprensa burguesa, inteiramente distinto das hostilidades das campanhas anteriores. A maioria do empresariado, mesmo os que preferiam Serra, atuou no sentido de evitar qualquer radicalização, optando por “costurar” uma transição pacífica e aceitar com naturalidade a alternância do poder. José Sarney, um dos principais expoentes das oligarquias brasileiras, esclarece este clima em sua declaração à imprensa logo após a eleição de Lula:

*“Acho que Lula prestou um grande serviço ao País nesta sucessão, porque, com esta crise social, com este desemprego, a violência urbana, com o terror que a gente está vendo aí, com esta agitação nacional, se não fosse ele o homem que é, que catalisou as esperanças do povo, assegurou uma sucessão tranqüila, a campanha presidencial teria sido um momento de quase explosão social do país”.*<sup>88</sup>

Várias foram as análises nesse sentido veiculadas pela imprensa, tanto aqui no país, quanto no exterior. Em seu editorial, a revista *Época* dizia: *“Eleito, o candidato do PT recebeu a missão de colocar de pé um país que atravessa uma das crises mais dramáticas de sua história. A economia internacional vive uma etapa difícilíssima. Não seria uma missão fácil para nenhum dos adversários. Com os milhões de votos recebidos Domingo, pode ser menos difícil para Lula.”*<sup>89</sup> Já os principais jornais estadunidenses se referiram assim à vitória de Lula, primeiramente o *New York Times*: *“Lula terá de controlar (a expectativa) dos que esperam milagres (...) Lula pareceu estar preparando os 175 milhões de brasileiros para isso (no pronunciamento do dia seguinte da eleição). Acenou ao FMI e a outras instituições e pediu paciência aos que votaram nele”*<sup>90</sup> posteriormente o *Washington Post*: *“O tom tranqüilizador de Lula*

<sup>88</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*, de 27 de outubro de 2002.

<sup>89</sup> *Revista Época*, de 28 de outubro de 2002.

<sup>90</sup> *Jornal New York Times*, de 29 de outubro de 2002.

*marcou o começo de um esforço para transformar uma campanha populista num plano coerente para governar a Nação”.*<sup>91</sup>

Em nosso entendimento a vitória eleitoral de Lula foi um fato inédito na história brasileira. Pela primeira vez um operário era eleito o presidente da República e num partido como o PT. Isto sem dúvida abriu uma nova situação na luta de classes no país. As massas trabalhadoras depositaram muitas expectativas e ilusões nesse governo, porém ele já nascia comprometido com os ditames do FMI.

Lula encabeçou o que o marxismo revolucionário entende como um governo de frente popular, ou seja, um governo de conciliação de classes entre setores do proletariado e setores da burguesia, porém um governo burguês.

É só fazer um rápido balanço pra se constatar que: o projeto neoliberal continuou sendo implementado, os banqueiros aumentaram seus lucros, a concentração de renda aumentou, o arrocho salarial e o desemprego continuaram, e para os setores miseráveis, políticas compensatórias.

## **ATRÁS DOS MARQUETEIROS VÊM OS DOADORES DE CAMPANHA**

Uma consequência da adesão do PT à lógica do mercado eleitoral é a presença dos profissionais de marketing nas campanhas e a necessidade de financiá-las, pois são campanhas caras, daí a necessidade de se procurar doadores. Frei Betto, um dos principais colaboradores de Lula, traçou um paralelo entre as campanhas tradicionais do PT e as atuais:

*“O PT, como resultado da confluência de várias tradições de esquerda – desde o marxismo leninista ortodoxo ao trotsquismo, das Comunidades Eclesiais de Base ao sindicalismo combativo -, resultou num amálgama de tendências bastante flexíveis em seus pressupostos teóricos, sem dogmatismos, palavras de ordem e centralismo democrático. Mas havia consistência ideológica e princípios éticos. E objetivo estratégico: suplantar a velha política, erradicar a miséria, levar a classe trabalhadora ao poder, construir o socialismo.*

---

<sup>91</sup> Jornal *Washington Post*, de 29 de outubro de 2002.

*Com o passar dos anos, tanto a ideologia quanto os objetivos do PT desfiguraram-se como um velho tecido que perde as cores originais. Os interesses eleitorais sombrearam os ideológicos; o socialismo cedeu lugar a um capitalismo reformável, “humanizado”; abandonou-se a organização da classe trabalhadora (e dos desempregados) em prol do fortalecimento do partido como máquina eleitoral. O trabalho de base desapareceu e, com ele, os núcleos do partido, aquela organização capilar encontrada, nos primeiros anos da década de 1980, nas periferias, na roça, nas universidades, e que nos períodos de campanhas eleitorais emergia com toda sua mística militante e supria em entusiasmo o que faltava em dinheiro. Militantes atravessavam dias e noites em panfletagens e pichações, na conquista de votos casa a casa, pessoa a pessoa. Não se gastava um único tostão com cabos eleitorais e distribuidores de “santinhos”. Lembro-me de Marisa, mulher de Lula, na campanha de 1982, quando o marido concorreu ao governo de São Paulo, trabalhar arduamente com silks-screen, gravando milhares de camisetas no quintal de casa.*

*Admito, é bem melhor ter dinheiro em caixa e não precisar submeter militantes a jornadas heróicas noite adentro. Mas a que preço?”<sup>92</sup>*

É público e notório que para um empresário a doação para campanhas eleitorais é um investimento, cujos dividendos serão devidamente cobrados após as eleições.

A revista *Veja*, em matéria sobre financiamento de campanhas, publicou um estudo feito pelo professor David Samuels da Universidade de Minnesota, que em pesquisa realizada nos arquivos do TSE brasileiro “garimpou” 200 mil registros de doações nos pleitos de 1994 e 1998, e a partir daí estabeleceu um perfil dos doadores e seus interesses:

*“1- Os que mais ajudam candidatos a presidente da República são o setor financeiro e a indústria pesada, como a de aço e petroquímica. Isso porque cabe ao presidente lidar com o marco regulatório, concessões de*

---

<sup>92</sup> BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2006.

*subsídios, além de questões macroeconômicas, como juros, tarifas e câmbio, que afetam a vida das empresas exportadoras.*

*2-As empresas que mais ajudam os candidatos a governador são as empreiteiras. Isso porque, hoje em dia, as decisões sobre grandes obras estão mais nas mãos dos governadores de Estado que nas do presidente.*

*3-Os bancos costumam dar mais dinheiro aos candidatos a senador que aos candidatos a governador ou deputado federal. Talvez seja em decorrência do fato de que cabe ao senado supervisionar o Banco Central e autorizar empréstimos para entidades do setor público.”<sup>93</sup>*

A revista, tendo ouvido 20 especialistas em campanhas, entre cientistas políticos, publicitários, tesoureiros, candidatos e doadores, estimou que, por baixo, mais da metade do dinheiro envolvido em campanhas não aparece na prestação de contas. Ou seja, é dinheiro de caixa 2, que entra e sai dos comitês eleitorais sem registro oficial. A revista diz que é consenso entre os profissionais que, na maior parte das campanhas, o caixa 2 responde por algo entre 70% e 80% das despesas do candidato.

Com o sugestivo título “*Quem pagou pedirá a preferência*”<sup>94</sup>, a jornalista Maria Cristina Fernandes fez uma análise das contribuições nas últimas campanhas presidenciais, e os dados são bastante significativos. Os bancos e empreiteiras, principais credores e fornecedores do governo – sempre foram e continuarão sendo os principais doadores das campanhas. Mas, de 1994 para cá, as contas oficiais indicam que esses setores tendem a equalizar os valores doados aos finalistas e a reduzi-los.

Em 1989 o PT sequer aceitava doações de pessoas jurídicas. Os grossos das contribuições vinham de contribuições individuais dos militantes e filiados, e de atividades como festas, almoços, barraquinhas para vendas de materiais de campanha e etc...

Em 1994, dois sinais anunciavam os novos tempos no partido. Ainda que 55 empresas tenham doado mais de R\$ 500mil, cada uma delas, para FHC, pela primeira vez uma empresa alcançou este valor nas doações para Lula. Em ofício de prestação de contas de campanha, datado de 30 de novembro de 1994, assinado por Luiz Inácio Lula da Silva e por Maria do Carmo Godinho Delgado, tesoureira da campanha, encaminhado

<sup>93</sup> *Veja*, edição 1860, de 30/06/04.

<sup>94</sup> *Valor Econômico*, edição de 01/12/06.

ao Tribunal Superior Eleitoral e protocolado sob o nº 10.906/94, o PT relacionava seus doadores de campanha. Ao lado de milhares de doações individuais, pela primeira vez se viam doações de pessoas jurídicas. A maior parte dessas doações se verificou através de doações de materiais a serem utilizados na campanha. A Ripasa S.A. Celulose e Papel, a Klabin Fábrica de Papel e Celulose S.A., Cia. Suzano de Papel e Celulose e a Cia. Votorantim de Celulose e Papel, dentre outras, contribuíram com a doação de resmas de papel, mas que em sua totalidade não ultrapassaram a cifra de R\$ 300 mil. A Grendene S.A. emprestou seu avião para várias viagens de Lula e assim por diante.

Causou espécie a doação do Banco Itaú S.A. que em 11 de julho de 1994 doou R\$ 399.998,15 e em 14 de julho através da Itaú Superintendência de Contabilidade doou R\$ 99.999,62, beirando a cifra de R\$ 500 mil. O setor financeiro começava a entender e apostar nas mudanças que estavam havendo no PT.

Mas o mais significativo foi na campanha para o governo do estado de São Paulo 1994: empreiteira Odebrecht, acusada poucos meses antes por parlamentares do PT de participar do esquema de fraudes no Orçamento da União, fez doações à campanha de José Dirceu para o governo de São Paulo, o que provocou reações duras de vários setores do PT, inclusive da Articulação<sup>95</sup>. Mercadante em resposta a estas reações procurou dimensioná-las:

*“Receber recursos de empresas, com transparência, fornecendo bônus e declarando, nada tem de imoral ou anti-ético. (...) O que houve foi um erro político de receber da Odebrecht, uma empreiteira que acusamos na CPI do Orçamento de práticas ilícitas.”*<sup>96</sup>

Em 1998, refletindo a aposta no Plano Real, 46 empresas, cada uma, deram R\$ 500 mil ou mais para a campanha de FHC e nenhuma para a campanha de Lula. Segundo dados do ofício de prestação de contas de campanha datado de 3 de novembro de 1998, assinado por José Dirceu, presidente do Diretório Nacional e do Comitê Financeiro Nacional do PT, encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral e protocolado sob o nº 14878/98, o maior doador foi a empresa Triken S.A. com um total de R\$ 230 mil e a Companhia Brasileira de Metalurgia com R\$ 175 mil. O Banco Itaú S.A. voltou a contribuir, porém desta vez com apenas R\$ 175 mil.

---

<sup>95</sup> O jornal *Folha de São Paulo* divulgou os seguintes números: 72% dos recursos financeiros arrecadados pela campanha (810 mil de um total de 1,1 milhão de reais) foram doados por empreiteiras. A Odebrecht e uma subsidiária do mesmo grupo fizeram, juntas, a maior contribuição: 478 mil reais. A OAS, outra empresa acusada no esquema do orçamento federal, doou 215 mil. Construtoras Bancaram PT. *Folha de São Paulo*, 15 de outubro de 1995, p. (1) 14.

<sup>96</sup> Relatório e Resumo das Discussões. *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 55.

O alto custo do voto de FHC nos anos 90 mostra como a bandeira da estabilidade fez convergir os interesses dos grandes grupos econômicos.

Em 2002 se dá uma paridade maior. 22 empresas doaram mais de R\$ 500 mil para a campanha de Serra e 20 o fizeram para a de Lula. Ou seja, bem cotado nas pesquisas eleitorais e mostrando-se confiável em função de sua política de alianças e de sua flexibilização teórico-programática, o PT foi tratado de igual para igual com o PSDB, portanto ficando claro para a burguesia brasileira que independentemente do resultado eleitoral, o projeto neoliberal continuaria a ser implementado.

Em 2006, na campanha da reeleição, 49 empresas e pessoas físicas deram mais do que R\$ 500 mil para Lula, enquanto 28 o fizeram para Alckmin. Por este dado, pode-se inclusive afirmar que Lula era o candidato preferencial da burguesia.

Ricardo Almeida em artigo para a revista *Insight Inteligência* analisa a evolução das doações de campanha para Lula, comparando-as com as de seus respectivos concorrentes em 2002 e 2006, conforme tabela abaixo:

**Financiamento das campanhas eleitorais para a Presidência da República, segundo o setor econômico: 2002 e 2006** (valores em R\$ milhões e participação em porcentagem)

2002	Lula		Serra	
	Valor	Participação	Valor	Participação
Financeiro	6.080	10,9	12.750	22,9
Construção e imobiliário	2.490	4,5	750	1,3
Primário-exportador	1.610	2,9	4.440	8,0
Subtotal	10.180	18,3	17.940	32,2
Valor total	55.808	100,0	55.711	100,0
2006	Lula		Alckimin	
	Valor	Participação	Valor	Participação
Financeiro	12.705	10,5	13.461	11,1
Construção e imobiliário	18.028	14,9	5.051	4,2



Primário-exportador	12.511	10,4	9.666	8,0
Subtotal	43.244	35,8	28.178	23,3
Valor total	120.812	100,0	120.797	100,0

Fonte: Rodrigo de Almeida. Dos interesses. Revista Insight Inteligência, Ano IX, Nº . 36, 1º trimestre 2007, p.56-70. Nota: As percentagens referem-se aos dados totais dos setores identificados. O setor primário-exportador inclui açúcar e álcool, papel e celulose, mineração e agropecuária.

Percebe-se que em 2006, empreiteiras e bancos foram responsáveis por 25,4% do gasto total da campanha de Lula. As empreiteiras triplicaram sua contribuição de 4,5% em 2002 para 14,9 % em 2006. O setor financeiro manteve praticamente o mesmo percentual, porém dobrou as doações em valores. Significativo e emblemático foi o aumento da contribuição das empresas ligadas ao setor primário-exportador, que passou de 2,9% em 2002 para 10,4% em 2006. Estes três setores somados contribuíram para a campanha eleitoral de Lula com R\$ 43, 2 milhões em 2006, o que perfaz 35,8 % dos gastos totais declarados.

Estes dados são demonstrações inequívocas do comprometimento do grande capital com a campanha de Lula, e por sua vez da reciprocidade de seu governo para com estes setores, como bem analisam Filgueiras e Gonçalves:

*“Os principais financiadores da campanha de Lula exercem papel protagônico não somente na política, mas também na economia: os bancos são os principais beneficiários da política macroeconômica, via política monetária e cambial; as empresas do setor primário-exportador comandam o padrão de inserção do país no sistema mundial de comércio via mercado de commodities, inclusive com a revitalização do segmento do etanol; e as empreiteiras são os atores principais do Programa de Aceleração do Crescimento, cujos investimentos concentram-se, principalmente, em infra-estrutura.”<sup>97</sup>*

Apesar de Lula ser o candidato preferencial da burguesia, esta não abandonou a candidatura de Alckmin jogando nas duas pontas. São poucas as grandes empresas que

<sup>97</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

doam apenas para um único candidato – o Banco Safra, a Hering, a Duratex e o Grupo Monteiro Aranha só estão na lista de Alckmin. Além desses, também só doaram para a campanha tucana os empresários Olavo Setúbal, Miguel Etchenique, Edson Vaz Musa e Alfredo Rizkallah. Apesar de Olavo Setúbal aparecer só na lista tucana, o Banco Itaú, do qual é presidente do Conselho Administrativo, foi um dos maiores doadores da campanha de Lula.

A prestação de contas revela ainda que a bancada de empresários simpatizantes de Lula não se restringe mais a dupla Lawrence PIH e Oded Gragew. A Grendene deu dinheiro para os dois finalistas, mas seus acionistas só contribuíram com Lula. Carlos Jereissati aparece apenas na lista petista. As usinas de Maurílio Biagi também doaram para ambos os candidatos, mas a contribuição do empresário como pessoa física só consta das contribuições a Lula. A Sadia apenas doou a Alckmin, mas o ministro Luis Fernando Furlan achou por bem doar só para Lula. As indústrias Votorantin contribuíram com Alckmin, mas o banco do Grupo deu dinheiro para a campanha de Lula. A Pirelli e a Dedini só constam da lista do presidente.

Lula nunca gastou tanto dinheiro para conseguir o voto do seu eleitor. Dividindo-se os gastos declarados à Justiça pelo número de seus eleitores chega-se a R\$1,7 por voto. É mais do que o dobro do que gastou em 2002 e corresponde a 5 vezes o custo do seu voto na campanha que reelegeu FHC.

Dentre estes gastos R\$ 2,7 milhões foram destinados a radio e TV, R\$ 2,77 milhões a placas e estandartes, R\$ 1,988 milhão com material impresso e R\$ 1,18 milhão com pesquisas eleitorais.

Como o presidente admitiu que seu partido faz caixa 2 como todos os partidos, é de se supor que as doações tenham sido superiores às declaradas. Um grande número de empresários preferiu doar para os partidos, que podem repassar o dinheiro para o candidato sem revelar a origem. Só há caixa 2 na política porque há sonegação na economia . O “valerioduto”, na melhor das hipóteses, envolveu um emaranhado de “recursos não-contabilizados” das campanhas petistas.

Em um outro artigo o jornal *Valor Econômico*<sup>98</sup> procura identificar os valores dos principais doadores da campanha de Lula. É sintomático que a maior doadora da campanha tenha sido a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a mineradora privatizada em 1997, e na qual a **PREVI** tem poder de mando, com vários ex-sindicalista petistas no

---

<sup>98</sup> *Valor Econômico*. Edição de 29/11/2006.

seu Conselho de Administração. A Vale doou R\$ 4,05 milhões ao comitê financeiro do PT, que repassou ao caixa da campanha do candidato.

As doações legais foram feitas por meio de duas empresas controladas pela Vale do Rio Doce. Por lei a mineradora não pode fazer doações diretas porque ela é dona de concessões públicas no setor de ferrovias. Por conta desta limitação, o dinheiro foi entregue pela Caemi e a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR).

A Vale do Rio Doce, também foi a empresa que mais financiou candidaturas vitoriosas à Câmara Federal, elegendo 46 deputados, conforme levantamento feito pelo jornal. No legislativo, a Vale “investiu” R\$ 5,3 milhões.

As empreiteiras Camargo Corrêa, OAS, e Andrade Gutierrez; os bancos Itaú, Bradesco, ABN AMRO Real e Unibanco; e as siderúrgicas CSN e Gerdau, voltaram a figurar no topo da lista dos maiores doadores de campanha do candidato a presidente. Diga-se de passagem, a **PREVI** tem assento nos Conselhos de Administração do Banco Itaú e na siderúrgica Gerdau.

A segunda maior doadora foi a Cutrale, maior fabricante de suco de laranja do mundo, doou R\$ 4 milhões ao cofre do candidato do PT. As usinas de açúcar e álcool compareceram maciçamente. A Coopersucar, maior cooperativa do setor, destinou R\$ 1,28 milhão. Embora com valores inferiores a R\$ 500 mil, pelo menos cinco usinas – Cosan, Caeté, Moema, Dedini e Cerradinho – destinaram entre R\$ 374 mil e R\$ 50 mil ao candidato reeleito.

No rol das doações pessoais, os irmãos Pedro e Alexandre Grendene tiraram R\$ 1 milhão, cada um, de suas fortunas pessoais para bancar a campanha. O empresário Eike Batista, dono da holding EBX, também tirou R\$ 1 milhão do próprio bolso. Em 2002, sua então mulher, a modelo Luma de Oliveira, havia sido a maior doadora como pessoa física da primeira vitória de Lula, com R\$ 27 mil. Executivos da PETROBRÁS também ajudaram a financiar a campanha do PT. O presidente José Sergio Gabrielli, doou R\$ 20 mil e o diretor da área de gás, Ildo Sauer, doou R\$ 22 mil.

Empreiteiras que prestam serviços à PETROBRÁS também estiveram presente entre os doadores. A FSTP Brasil, consórcio responsável pela construção de plataformas de petróleo, e a Companhia Nacional de Dutos, que faz montagens de oleodutos e gaseodutos, contribuíram com R\$ 2 milhões e R\$ 1 milhão.

Contudo, as receitas arrecadadas pelo partido foram insuficientes para cobrir os gastos da campanha. O partido fechou a campanha eleitoral com dívidas de R\$ 9,8 milhões. O PT arrecadou \$ 93,4 milhões e gastou 103,3 milhões.

Este comportamento da burguesia leva a um questionamento: mudou a burguesia, se transformando em mais democrática, ou mudou o PT, se ajustando às suas necessidades enquanto classe dominante? A resposta para esta questão é categórica: mudou o PT, se transformando num partido de sustentação da ordem neoliberal.

Estas mudanças ocorreram, a nosso ver, com a burocratização do partido que deu base às alterações nos seus postulados teórico-programáticos, porém existem outras leituras desse processo.

Alguns autores recorrem a Gramsci para classificar o que ocorreu no PT como sendo o fenômeno do “*transformismo*”: “*absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos*”<sup>99</sup>.

Coelho ao analisar a trajetória das duas principais correntes – Articulação e Democracia Radical – que formam o chamado Campo Majoritário do PT, e portanto sua direção, afirma que:

*“O aspecto determinante do transformismo das duas tendências petistas foi a dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora... organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do “espírito de cisão” foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante.”*<sup>100</sup>

Filgueiras e Gonçalves se alimentam do mesmo referencial teórico para identificar as mudanças ocorridas com o PT e com Lula;

*“O governo Lula tem sido uma grande surpresa para a maioria das pessoas que acompanham o processo político brasileiro. Esse espanto se*

<sup>99</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.5. Op. cit., p. 63, grifo meu.

<sup>100</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos do Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH-UFF, 2005. Mimeo.

*expressa nas esferas econômica, social, política e ética. Para a grande maioria, a nova realidade era inimaginável. De fato, as trajetórias históricas do candidato e do PT estão organicamente ligadas aos movimentos sociais, ao movimento sindical, à fração progressista da Igreja Católica e à esquerda socialista-marxista que sobreviveu à ditadura militar. Há registro da firme oposição político-institucional, comandada pelo PT ao projeto e às políticas liberais. Esses dados fáticos não pareciam apontar para um “transformismo” político tão rápido e amplo promovido por Lula e pelo PT, que também pegou de surpresa representantes do bloco dominante.”<sup>101</sup>*

Um bom exemplo de como a classe dominante assimilava e se surpreendia com as transformações no PT era a avaliação feita por Olavo Setúbal sobre as eleições de 2006, em entrevista pra o jornal *Folha de São Paulo*:

*“Havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador... A visão era que o Lula iria levar o país para uma linha socialista. O sistema financeiro estava tensionado, mas, como ele [Lula] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranqüilo. Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alckmin é igual. Os dois são conservadores. Cada presidente tem suas prioridades, mas dentro do mesmo leque de premissas econômicas. Acho que o Lula vai conservar a premissa de superávit primário, de metas de inflação e tudo o mais. São evoluções que estão consolidadas no Brasil e serão mantidas por qualquer presidente.”<sup>102</sup>*

---

<sup>101</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *Op. Cit.*

<sup>102</sup> *Jornal Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 2006.

## A CRISE DO MENSALÃO E A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PETISTA

É a partir dos envolvimento com os esquemas de financiamentos de campanha que o PT vai mergulhar na maior crise de sua história. Uma crise de identidade, pois se na essência o partido já tinha mudado, ele pelo menos mantinha uma aparência que o vinculava ao seu passado, mas que a crise do “mensalão” descortinou.

Vou partir do entendimento de Castells sobre identidade, embora reconhecendo os limites de sua visão, que a define como a fonte de significado e experiência de um povo, negligenciando os elos entre tal dimensão identitária e a vida social material. Em suas palavras:

*“... identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Defino significado como identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator.”<sup>103</sup>*

Como o objeto de nosso estudo está no campo das representações políticas, recorrerei a Bourdieu para nos aprofundarmos na discussão sobre a identificação simbólica, incluída na análise das relações desiguais e conflituosas de poder. Para ele “*O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma, uma, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.*”<sup>104</sup> Neste sentido o Partido dos Trabalhadores ao longo de sua trajetória construiu uma imagem de que seria o representante dos interesses dos trabalhadores e o guardião da ética na política.

Fontes num artigo sobre a política e a arte da desqualificação, baseando-se em Gramsci (e, portanto, conferindo materialidade à questão ideológica, ao associá-la à luta de classes), analisavam a atuação do PT na década de 80 e sua capacidade de realizar a reforma intelectual e moral necessárias para se alterar a prática política sem perder os

<sup>103</sup> CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Vol. II. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1998.

vínculos de classe. Via muitas dificuldades no tocante a reforma intelectual pela fragilidade da produção de conhecimento e sua socialização no interior do partido, porém uma reforma moral por si só teria grande utilidade e o partido poderia cumprir este papel:

*“Ainda assim, dado o contexto de profunda desqualificação intelectual e moral da política parlamentar no Brasil, considerando-se tanto o conjunto de referências da imprensa como a própria literatura especializada, uma reforma moral profunda teria impacto significativo. E isso começou a ocorrer. O partido, no plano nacional – com a atuação que pejorativamente chamaram de denunciismo e de purismo – através de seu próprio comportamento passou a instaurar-se como o pólo moral, como uma espécie de repositório da coerência partidária e de classes frente às práticas que se reconheciam abertamente como amorais, com a banalização da corrupção, de apadrinhamentos, de negociações de troca de votos por cargos, etc.*

*À medida que o partido se consolidava na sua atuação organizativa, passava progressivamente a pautar, a definir pautas de comportamento (de fato) para os procedimentos parlamentares e eleitorais, ainda que fosse minoritário, ainda que contasse com pequena expressão numérica. O cunho moral mais relevante era o de que era possível participar da política de outra forma. E que essa outra forma seria a forma correta, não corrompida de fazer política.”<sup>105</sup>*

Do ponto de vista ideológico o PT já havia abandonado seus pressupostos teórico-programáticos, como procuro mostrar em minha pesquisa, porém do ponto de vista do trato com a coisa pública ainda mantinha uma aura que o distinguia dos partidos burgueses. Não que não houvesse existido denúncias de corrupção em suas administrações, mas eram tratadas como coisas pontuais, como foi o caso do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, e na prefeitura de Ribeirão Preto, mais tarde reativadas pelas denúncias do ex-assessor de Antonio Palocci, Rogério Buratti, em depoimento à Polícia Civil de São Paulo e ao Ministério Público daquele estado.

---

<sup>105</sup> FONTES, Virgínia. *A política e a arte da desqualificação*. Mimeo.

Quanto mais o PT se assemelhava aos partidos burgueses na defesa do ideário neoliberal, mais concentrava sua identidade no pólo moral, fazendo da “ética na Política” seu diferencial em relação a estes partidos e se apoiava na imagem de seus principais dirigentes, vários deles ostentando uma trajetória de lutas pelas reivindicações da classe trabalhadora, a começar pelo presidente Luis Inácio da Silva, secundado por José Dirceu, José Genoíno e tantos outros, para firmar a identidade de um partido defensor dos trabalhadores. Todos os homens políticos na acepção do termo utilizado por Bordieu; “*o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele*”.<sup>106</sup>

Foi esta identidade construída ao longo da sua história que propiciou ao PT a acumulação de um capital político que deu base para a vitória de Lula nas eleições de 2002, semeando a esperança para milhões de brasileiros, que enfim tinha chegado o momento dos explorados e oprimidos conquistarem seu espaço na sociedade.

Segundo Castells a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história e pela memória coletiva, dentre outros elementos. Ele distingue três formas e origens de construção de identidades:

*“Identidade legitimadora - introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.*

*Identidade de resistência - criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade.*

*Identidade de projeto - quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”<sup>107</sup>.*

---

<sup>106</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*

<sup>107</sup> CASTELLS, Manuel. *Op. Cit.*



O PT iniciou sua história com uma identidade de resistência e depois transformou-a em identidade de projeto. Contraditoriamente quando teve a oportunidade de moldar uma identidade legitimadora negou as identidades de resistência e de projeto que havia construído.

O PT detinha um enorme capital político que lhe permitiu nas eleições de 2002 encarnar o ideal antineoliberal, ainda que, na prática, ao longo da década de 90 tenha se colocado como um sócio minoritário na implementação do projeto neoliberal, principalmente através do aval que os fundos de pensão, em grande parte co-dirigidos por sindicalistas petistas, deram à política de privatização de Fernando Henrique Cardoso, conforme vimos no capítulo 1.

Com a chegada ao governo o PT assumiu espaços dos acionistas majoritários, lançando-se com avidez na implementação do mesmo projeto do seu antecessor, a começar pela implementação da reforma da previdência dos servidores públicos, o que causou perplexidade nos chamados setores de vanguarda da classe trabalhadora e no seio dos movimentos sociais organizados. Logo surgiu a tese defendida por setores da esquerda petista de que o Governo Lula era um governo em disputa, entre os setores burgueses que participaram da aliança eleitoral e os movimentos sociais.

À medida que o tempo ia passando, foi ficando claro que se alguma disputa havia, ela se dava entre o setor financeiro e o setor industrial do capital, no tocante aos altos juros praticados no país. Para a classe trabalhadora continuava o arrocho salarial, o desemprego e, quando muito, políticas compensatórias. Mas a esperança é a última que morre..., pelo menos este era um governo ético, um governo que não roubava, o que fazia com que o capital político petista se mantivesse, e isto se expressava nas pesquisas de popularidade do presidente Lula.

Segundo Bourdieu, “*o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem*”<sup>108</sup>. Assim era com a ética atribuída ao PT.

Até que no dia 6 de junho de 2005 o deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, envolvido desde o mês anterior em denúncias de corrupção nas Empresas de Correios e Telégrafos, em entrevista para o jornal *Folha de São Paulo* lança as acusações sobre a existência de um suborno mensal de 30.000 reais feito a

---

<sup>108</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*

deputados da base aliada do governo, em especial do PP e do PL, e nomeia como seu principal operador Delúbio Soares, tesoureiro do PT.

Em 12 de junho, em nova entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, Jefferson amplia o ataque. Afirmar que o dinheiro do “mensalão”, termo já consagrado, vinha de estatais e empresas privadas e chegava a Brasília em malas. As negociações se davam numa sala ao lado do gabinete do ministro José Dirceu, onde ficava instalado o secretário-geral do PT, Silvio Pereira. E pela primeira vez cita o nome do personagem que se tornaria o símbolo da crise: o publicitário Marcos Valério.

Em 14 de junho, em depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson confirma todas as denúncias e manda um recado para o ministro José Dirceu: “*Dirceu, se você não sair daí rápido, vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula*”. 16 de junho, José Dirceu pede demissão. Um dos principais ícones petistas estava ferido mortalmente.

Em 21 de junho, o presidente Lula faz o primeiro pronunciamento sobre a crise: “*Ninguém neste país tem mais moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país*”. A partir daí o presidente começa a se dirigir às camadas populares em tom de campanha e alardeando uma tentativa de “golpe das elites” contra seu governo.

Em 2 de julho, a revista *Veja* revela que Marcos Valério foi avalista, junto com Delúbio Soares e José Genoíno, de um empréstimo ao PT de 2,4 milhões de reais no BMG, em Belo Horizonte, em 2003. Em 9 de julho, José Genoíno renuncia a presidência do PT. Era o segundo ícone petista atingido mortalmente.

Em 15 de julho, no *Jornal Nacional* Rede Globo de Televisão, Marcos Valério dá a versão de que os vultosos empréstimos eram para pagar dívidas de campanhas eleitorais do PT. No dia seguinte, Delúbio Soares confirma a versão, assumindo para si exclusiva responsabilidade na operação do caixa 2. Em 17 de julho Lula, em entrevista dada em Paris e veiculada pelo programa *Fantástico*, Rede Globo de Televisão, aliás muito questionada nos meios de comunicação, admite que isto é feito sistematicamente no Brasil.

Pela primeira vez Lula admitia que a ética petista não era tão distinta da ética dos partidos burgueses no nosso país. Desse dia até o bombástico depoimento de Duda Mendonça, o criador do *Lulinha, paz e amor*, na CPI dos Correios, realizado em 11 de agosto, as denúncias se multiplicaram, cabeças rolaram, muitas “lágrimas de crocodilo” foram vertidas diante das câmeras de TV, desmentidos se sucederam, com direito a

cenas patéticas como o dinheiro encontrado na cueca de um assessor do PT. A crise foi se agravando dia a dia.

Durante todo aquele período uma pergunta não se calou: Lula sabia? A resposta provocava polêmicas acaloradas, desesperanças e indignação. Como não saber se tudo se passava praticamente na sua ante-sala no Palácio do Planalto.

O depoimento de Duda Medonça atingiu Lula em cheio, ao admitir ter recebido 10 milhões de reais referentes a dívidas da campanha de 2002, através de uma conta bancária aberta nas Bahamas por orientação de Marcos Valério.

No dia seguinte, 12 de agosto, Lula faz um pronunciamento em que afirma desconhecer “*práticas inaceitáveis*” e se desculpa pelos erros: “*Não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas*”. O pronunciamento sofreu uma série de críticas, desde o fato de ter sido usado um plural majestático para o pedido de desculpas, passando pela falta de emoção e chegando ao fato vazado pela imprensa de que a discussão se o presidente deveria pedir desculpas ou não levou cerca de quatro horas.

A crise se agravou e alguns dos principais *homens políticos* do PT estavam envolvidos nos escândalos de corrupção. Bourdieu assinala que:

*“O homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor - e isto, como se verá, de modo tanto mais completo quanto o seu capital deve menos à delegação. Este capital supremamente hábil só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito: daí, toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião, pela preocupação constante de nada dizer ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade,*

*de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo.”<sup>109</sup>*

O capital político petista começou a erodir-se de uma maneira, talvez, irreversível. Seus principais dirigentes passaram a ser acompanhados nos telejornais como personagens de um melodrama de mau gosto, no qual só não havia o “mocinho”, pois “bandidos” se multiplicam em profusão. Também não se sabe ao certo o papel que Lula se reservou: o do “bobo” que não sabia de nada e foi traído, ou o da “virgem” que quer ser resgatada pela população indignada.

A novela do “mensalão” tornou-se sucesso de público ratificando a afirmação de Castells de que *“Somente as “más notícias”, referentes a conflitos, cenas dramáticas, acordos ilícitos ou comportamentos questionáveis são notícias interessantes”<sup>110</sup>*. Se nisso a oposição burguesa buscou destruir a imagem do PT, o que ainda segundo Castells é a mais poderosa das armas na política. Para ele *“estudos demonstram que a probabilidade de reter mensagens negativas e, com elas, influenciar a opinião política, é bem maior.”<sup>111</sup>*

A crise do “mensalão” nada mais representou do que uma crise da democracia burguesa. O PT sucumbiu às regras impostas pela mídia. Os veículos de informação passaram a ser a principal fonte de informação e de formação de opinião para a sociedade em geral. Ou seja, a mídia torna-se o campo de batalha pelo poder, porém ela tem suas regras e cada vez mais rígidas, como observa Castells: *“A política da mídia é uma atividade cada vez mais dispendiosa, encarecida ainda mais pela parafernália da política informacional: realização de pesquisas, publicidade, marketing, análises, construção de imagem e processamento de informações”<sup>112</sup>*. E mais adiante o autor parece estar dando um parecer sobre a crise de identidade petista:

*“Os atuais sistemas institucionais de captação de recursos adotados na política não dão conta do recado. Os atores políticos estão com problemas crônicos de caixa de campanha, e a diferença entre as despesas e as contribuições aos partidos permitidas por lei tem aumentado em escala exponencial, e continua a aumentar. Portanto,*

---

<sup>109</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*

<sup>110</sup> CASTELLS, Manuel. *Op. Cit.*

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Ibidem.

*após esgotar todos os meios legais, contribuições pessoais e transações comerciais, os partidos e os políticos normalmente recorrem à única fonte real de recursos: contribuições “por debaixo do pano” de empresários e grupos de interesse, obviamente em troca de futuras medidas governamentais a favor desses interesses. Essa é a matriz da corrupção política sistêmica, a partir da qual se desenvolve uma rede oculta de empresários e intermediários.”<sup>113</sup>*

A partir dessas reflexões, fica mais fácil de entender o papel dos PCs Farias, dos Marcos Valérios, dos Delúbios Soares, dos Josés Dirceus e outros. Lamentavelmente, este é um caminho sem volta e que pavimenta o caminho da *política do escândalo*. Uma vez mais recorro a Castells:

*“Uma vez generalizada a corrupção, e após um pequeno grupo de pessoas darem a sua parcela de contribuição aos canais de recursos de campanha, todos os envolvidos na política e na mídia sabem (ou pensam que sabem) que, se fizerem um exame mais minucioso, ou demorado, informações capazes de denegrir imagens podem ser encontradas praticamente em qualquer pessoa. Assim, começa a caça a tais informações por assessores políticos que se municiam de armas de ataque ou defesa; por jornalistas, no cumprimento de sua função de repórteres investigadores, em busca de material para conquistar maior audiência e aumentar as vendas; pelos freelancers e foras-da-lei, procurando informações que possam ser utilizadas para potenciais chantagens, ou vendidas a quem possa interessar. De fato, a maior parte da publicidade negativa divulgada pela mídia resulta de informações que vazam das próprias fontes políticas, ou de interesses corporativos associados. Uma vez estabelecido o mercado de informações políticas destrutivas, se não há quantidade suficiente de evidências claras, então podem aparecer alegações, insinuações e mesmo invencionices, dependendo, naturalmente, da ética individual dos políticos, jornalistas e da mídia. A estratégia adotada pela política do escândalo não visa necessariamente um único e decisivo golpe na base de um escândalo. Ao*

---

<sup>113</sup> Ibidem.

*invés disso, reflete o fluxo ininterrupto de diversos escândalos de diferentes tipos, e com diversos níveis de probabilidade, desde informações fidedignas acerca de um pequeno incidente a alegações altamente comprometedoras sobre uma questão de grande importância, que tecem a teia em que as ambições políticas são estranguladas e os sonhos políticos, subjugados - a não ser que se faça um acordo, e a informação seja reabsorvida pelo sistema. O que vale é o impacto final sobre a opinião pública, a partir do acúmulo de diversas visões.”<sup>114</sup>*

A crise política aberta com as denúncias do “mensalão” tem todos os ingredientes assinalados por Castells: *“Uma das características essenciais da política do escândalo é que todos os atores políticos que a praticam acabam caindo na armadilha do sistema, não raro invertendo papéis: o caçador de hoje é a caça de amanhã”<sup>115</sup>*. É só lembrarmos que a crise começou com a revelação de uma fita de vídeo, filmada por “arapongas”, que incriminava o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) por corrupção na gestão dos Correios. Como resposta o deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, denunciou o esquema do “mensalão”.

É importante destacar que, infelizmente, as denúncias do “mensalão”, bem como outras que surgiram neste período se confirmaram uma a uma, não se caracterizando como meras invencionices, para tristeza e indignação do eleitorado de Lula.

A segunda quinzena de agosto de 2005 reservou para os historiadores e cientistas políticos duas cenas inéditas na Esplanada dos Ministérios em Brasília. No dia 16, foi realizada uma manifestação convocada pela CMS (Coordenação de Movimentos Sociais), da qual fazem parte a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes), entidades que outrora lutaram contra os planos neoliberais, mas que hoje encontram-se totalmente cooptadas pelo governo que implementa o neoliberalismo, e, também, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A manifestação falava na necessidade de mudanças na política econômica do governo, mas fundamentalmente defendia a preservação do mandato do presidente Lula contra um pseudo “golpe das elites”, tese defendida pela esquerda petista, mas que beira ao ridículo devido a férrea aliança do governo Lula com estas elites.

---

<sup>114</sup> CASTELLS, Manuel. *Op. Cit.*

<sup>115</sup> *Idem.*

Já no dia 17, a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas), entidade que está se construindo em alternativa à CUT, apoiada pelo PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), por setores do PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade), por uma série de entidades sindicais, pela CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes) e por outros partidos de esquerda, realizou a primeira marcha de protesto contra a corrupção do Congresso Nacional, do governo Lula e por mudanças radicais na política econômica, a partir do rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa. Esta marcha, que contou com mais do dobro da manifestação do dia anterior, fez ecoar em Brasília os gritos de FORA LULA E FORA TODOS: LULA E O CONGRESSO DO PT, PSDB E PFL.

Aquele que é sem dúvida alguma a maior liderança operária forjada nas lutas em nosso país teve sua cabeça pedida nas ruas, acarretando, a nosso ver, graves danos para a imagem do PT e contribuindo para a desconstrução de sua identidade.

Entendemos que a reeleição de Lula não contradita esta avaliação, uma vez que para os setores mais conscientes e formadores de opinião em nossa sociedade a imagem de Lula, mais ainda a do PT, está irremediavelmente descaracterizada. Por outro lado, também é verdadeiro afirmar, que uma nova imagem de Lula estava sendo construída e teve grande importância no resultado eleitoral: a de presidente dos pobres. Esta subordina uma outra que tem sido responsável, apesar dos escândalos, por manter o PT como uma força eleitoral: o partido do presidente.

### **A CRISE DO MENSALÃO É A CRISE DA DEMOCRACIA BURGUESA.**

A crise aberta com as denúncias do “mensalão” vai muito além da crise do PT e de sua respectiva desconstrução de identidade, ela evidencia a crise da democracia burguesa. Uma democracia cada vez mais subordinada às regras da mídia. É de se notar os ataques feitos pela própria mídia contra a medida que proibia a divulgação de pesquisas nos últimos 15 dias da campanha eleitoral, sendo que o próprio TSE (Tribunal Superior Eleitoral) se apressou em dar declarações arguindo a inconstitucionalidade da medida.

Todos sabem o quanto as pesquisas são manipuladas e quanto manipulam a opinião pública: são perguntas dirigidas, ausência de candidatos de partidos pequenos, só para mencionar alguns aspectos. Nessa democracia, os partidos políticos tornam-se

produtos descartáveis nas mãos dos marqueteiros, enfraquecendo-se paulatinamente e dando margem ao surgimento de “salvadores da pátria”.

O diferencial petista na década de 80 era o seu vínculo com os movimentos sociais e a garra de sua militância de base. Mas o PT se curvou à lógica atribuída a alguns dirigentes da social-democracia europeia de que 5 minutos na televisão são mais importantes que 5 mil militantes organizados.

Esta crise da democracia formal ou representativa se manifesta de diversas formas. Castells assinala que: “Assim *as pessoas, descontentes e desapaixonadas, mudam de uma alternativa para outra em velocidade constante, passando por sucessivas desilusões. A cada uma dessas experiências, a moral é denegrada, instaura-se o cinismo, e a esperança se esvai*”<sup>116</sup>.

Mas não é só através da desilusão e da desesperança que essa crise se manifesta. Temos assistido em alguns países da América Latina um questionamento da democracia burguesa que se manifesta através de processos insurrecionais, nos quais a revolução e a luta pelo poder estiveram colocadas na ordem do dia. Organismos de duplo poder ocuparam a cena política tais como a COB (Central Obreira Boliviana) e a Assembléia Popular de El Alto, na Bolívia e o Parlamento dos Povos Indígenas, no Equador.

Não queremos em absoluto minimizar a democracia burguesa que, em nosso país, já demonstrou a sua força, ao garantir até agora a implantação do projeto neoliberal, absorver a crise da queda de Collor e incorporar a maior liderança operária e o maior partido de esquerda que o Brasil já teve. No entanto, as instituições vivem uma crise importante, que não se manifestam em toda sua extensão pela ausência de lutas generalizadas.

Esta crise da democracia somada à necessidade da continuidade da implementação dos planos neoliberais, abre a possibilidade de um processo de lutas no qual poderão ser forjadas alternativas pelos movimentos sociais organizados de maneira autônoma e independente, a medida que for se ampliando a experiência com o segundo governo Lula.

---

<sup>116</sup> CASTELLS, Manuel. *Op. Cit.*



## CAPÍTULO 3

### PT: DO APOIO À COOPTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao tratarmos aqui de movimentos sociais queremos nos reportar a Gramsci e sua definição de partidos políticos como sendo “aparelhos privados de hegemonia”. São setores ou frações de classe que se aglutinam em torno a objetivos comuns, para analisar a realidade, produzir projetos de intervenção e mobilizar forças para a ação coletiva político-social. Não é por outro motivo que invariavelmente no interior desses movimentos vez por outra se discute sua transformação em partido institucional ou não. Um bom exemplo é a discussão no interior do Movimento Negro Unificado de criação de um partido dos negros.

Surgido dos próprios movimentos sociais oriundos da luta contra a ditadura militar, o PT foi ao longo da década de 80 um grande sustentáculo e incentivador desses movimentos e de suas ações. Sabedor dos limites da democracia representativa no nosso país, o partido tinha plena clareza de que o alargamento desses limites só seria possível através do protagonismo dos setores explorados e oprimidos representados por esses movimentos.

Diversos foram os movimentos que contribuíram para a transição democrática no país. O movimento sindical e suas greves, os movimentos urbanos organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos rurais aglutinados pela Pastoral da Terra, o movimento pela anistia e pelos direitos humanos, o movimento feminista, o movimento negro, dentre outros.

Em seus primórdios o PT tinha uma relação dialética com esses movimentos. Vários deles contribuíram diretamente para a formação do PT, notadamente o movimento sindical, e o PT por sua vez os apoiava e contribuía para o seu fortalecimento. Este apoio não era apenas retórico: o PT apoiava os movimentos e suas formas de luta. O apoio às greves era irrestrito, bem como o apoio às ocupações de terras no campo. Nas passeatas, atos e qualquer manifestação estavam presentes e desfraldadas as bandeiras do PT.

Devido ao grande peso de sindicalistas no seu interior, desde o nascedouro propugnou pela necessidade da fundação de uma Central Única dos Trabalhadores que se opusesse à estrutura sindical herdada do varguismo e atrelada ao estado.

Na Declaração Política do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores já constava:

*“Dessa forma o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa ,necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.”<sup>117</sup>*

Posteriormente, nos documentos de fundação constou no item I do Plano de Ação, que tratava da liberdade de organização partidária e sindical, a reivindicação de uma *“Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado.”<sup>118</sup>*

A necessidade de uma Central Sindical era sensível. As greves eram deflagradas em profusão. Desde a greve da Scania de 1978 até a grande greve metalúrgica de 1980, inúmeras foram as categorias que paralisaram suas atividades, porém faltava um instrumento que pudesse unificar e generalizar estas lutas.

É importante lembrar que estas greves se davam ainda em pleno regime militar, e por isto mesmo ainda que suas motivações fossem econômicas, assumiam um caráter eminentemente político já que as greves eram proibidas, portanto ilegais. O eixo central das reivindicações se dava em torno da derrubada dos mecanismos da legislação sindical corporativista e da legislação salarial da ditadura, que visava a manutenção do arrocho salarial para os trabalhadores. Defendiam a livre negociação com os patrões, que tinha como pressuposto básico a liberdade e a autonomia sindical.

Todo esse processo de lutas foi dirigido em quase sua totalidade pelo chamado “novo sindicalismo”. Ainda que a maioria dos analistas reconhecesse a dimensão política deste movimento, segundo Mattos, haviam interpretações diferenciadas:

*“Para alguns, o elemento político das lutas do “novo sindicalismo” só existiria como reação às intermediações impostas pelo Estado. A mobilização dos trabalhadores dos setores de ponta das indústrias paulista apresentaria, a princípio, um projeto sindical “despolitizado” de tipo associativo, como no sindicalismo anglo-americano. Em lado oposto, situa-*

<sup>117</sup> Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. Editora Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 56

<sup>118</sup> Idem. P.72

*se a perspectiva que vê no campo das reivindicações de natureza social e política a manifestação explícita das demandas por cidadania operária que transcendem o universo sindical e integralizam-se na política partidária.*  
„119

A nosso ver, ainda que do ponto de vista subjetivo, ou seja, da sua direção, por diversas vezes não havia este entendimento, e expoentes do “novo sindicalismo” como Lula se esforçavam por reivindicar o caráter “apolítico” das greves, do ponto de vista objetivo essa politização era inegável. Este debate se dava no interior do “novo sindicalismo” opondo de um lado os dirigentes sindicais e de outro as “oposições sindicais”, que por estarem ligadas em grande parte a correntes marxistas-revolucionárias, tentavam conscientemente dar um conteúdo político as greves.

Em importante estudo sobre as greves desse período Antunes faz uma análise sobre o caráter do movimento no biênio 1978/1979 com a qual temos total concordância:

*“A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política. Superava-se, então, a fase inicial de resistência operária dos anos setenta e abria-se caminho para ações mais generalizantes.”*<sup>120</sup>

A margem dessa discussão os trabalhadores foram protagonistas de um movimento que fustigou a ditadura e contribuiu enormemente para a aceleração e o alargamento da política de “abertura” da ditadura militar. Em que pese a presença maciça nesse movimento dos integrantes do “novo sindicalismo”, é importante resgatar que aconteceram greves com características espontâneas em categorias sem qualquer tipo de organização, dentre as quais a mais emblemática foi a greve dos coveiros.

No período que antecedeu a fundação da CUT, segundo dados do NEEP/Unicamp<sup>121</sup> aconteceram nas regiões urbanas 118 greves em 1978, 246 em 1979,

<sup>119</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Vício de Leitura, Rio de Janeiro, 1988. p. 67

<sup>120</sup> ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991.

<sup>121</sup> NEEP/Unicamp. *Brasil 1986 – Relatório sobre a situação social do país*.

144 em 1980, 150 em 1981 e 144 em 1982. Já em 1983, ano de fundação da Central, foram 347 greves, porém não sabemos precisamente quantas ocorreram antes da fundação, que se deu em agosto daquele ano.

Outra fonte importante foi o DIEESE<sup>122</sup> que contabilizou 500 mil grevistas em 1978, em 1979 a soma cresceria para 3.241.500 trabalhadores, caindo para 800 mil em 1980. A queda em 1980 explica-se pela derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980, fazendo retroceder o pólo mais avançado da luta dos trabalhadores naquele momento.

Este fato abriu um interregno no movimento grevista, que se agravou devido ao aumento da recessão no país. O arrefecimento das lutas teve duas conseqüências imediatas, por um lado uma mudança no caráter das greves, que se tornaram mais defensiva, e por outro um momento em que se privilegiou o debate sobre a necessidade de ampliar a organização do movimento.

É neste contexto que se inicia de uma forma mais aprofundada a discussão sobre a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Vários foram os encontros intersindicais que antecederam ao congresso de fundação da CUT. Por iniciativa de setores progressistas da igreja<sup>123</sup>, que sofriam influência das oposições sindicais, foram realizados vários encontros que visavam articular o movimento sindical com organizações dos movimentos sociais não sindicais. Aconteceram os encontros de Monlevade - MG em 1980, São Bernardo do Campo - SP também em 1980, Vitória-ES em 1981 e em Goiás em 1982. Estes encontros deram origem a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais).

Um outro viés foram os encontros restritos ao movimento sindical. Se realizou em agosto de 1980 o Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS) em São Paulo, e em setembro do mesmo ano o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical (ENTOES), em Nova Friburgo no Rio de Janeiro, que reuniu as oposições sindicais e os “sindicalistas autênticos”.

Estes encontros tinham uma característica comum que era a predominância de uma hegemonia dos setores ligados ao PT. Porém o PT não estava sozinho nesse processo. Havia, também, os setores ligados aos partidos comunistas (PCB e PC do B) que atuavam institucionalmente dentro do PMDB e no movimento sindical se organizavam na “Unidade

---

<sup>122</sup> DIEESE, *Balanço Anual, Greves*. Setembro de 1980.

<sup>123</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In BOITO Jr, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

Sindical”, que também era integrada por velhos pelegos, como Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, que tinham servido à ditadura, mas que colocaram suas “barbas de molho” e se “reciclaram” para não serem atropelados pelas oposições sindicais. Estes setores ligados aos partidos comunistas também eram identificados como parte dos “sindicalistas autênticos”, apesar de terem cumprido um papel secundário no movimento grevista acima descrito, chegando muitas vezes a se chocar com este movimento, boicotando-o ou traindo-o, como por exemplo, na greve dos bancários de 1979.

Os setores ligados a “Unidade Sindical” faziam uma análise da conjuntura de que as greves poderiam comprometer o processo de “aberturas”, dando os elementos necessários ao regime militar para um recrudescimento da repressão.

Em um estudo sobre as greves de bancários e metalúrgicos do Rio de Janeiro deflagradas no ano de 1979, Mattos identifica estas diferenças de concepções:

*“Embora oficialmente capitaneadas pelo sindicato, foram resultado muito mais da força de pressão dos grupos oposicionistas não alinhados com essas diretorias. Estes se apresentavam como portadores do descontentamento salarial das bases, insistindo na deflagração das greves, assumindo a organização quotidiana dos movimentos (via piquetes e comissões) e procurando sustentá-los pelo maior período de tempo possível, muitas vezes com propostas contrárias às das diretorias, o que se explicitava nas assembléias gerais.*

*Nesta dinâmica, começavam a se vislumbrar diferenças entre as várias “oposições” sindicais, antes não tão nítidas. Tomando as greves como referência, os grupos oposicionistas às diretorias de metalúrgicos e bancários denunciavam a traição das bases, contaminadas pelo discurso radical das lideranças, mas abandonadas no momento crucial da paralisação. Destacavam ainda que as diretorias apropriavam-se dos ganhos obtidos com as mobilizações que boicotavam, brandindo-os como símbolo de sua eficiência. De outro lado, as direções repudiavam o “aventureirismo” dos grupos mais radicais, que teriam lançado as categorias à greve sem organização e conscientização suficientes, abrindo o flanco para a repressão ministerial (o Sindicato dos Bancários passou*

*alguns meses após a greve sob intervenção) e patronal (demissões em massa seguiram-se as greves nas duas categorias).”<sup>124</sup>*

Foi assim, com a confluência de todos estes setores, que se realizou em agosto de 1981 na Praia Grande-SP o mais representativo encontro sindical até então, no período pós-64, que foi a CONCLAT (I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora)<sup>125</sup>. Participaram 5.036 delegados de 1091 entidades representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários industriais e servidores públicos, assalariados médios e bóias-frias.

Nesse encontro deu-se uma forte polarização entre o setor que representava o “novo sindicalismo”, constituído majoritariamente pelos sindicalistas ligados ao PT e pelas oposições sindicais, de perfil mais classista, e o setor composto pelos sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e MR8 e pelos pelegos reciclados, de perfil mais conciliador e moderado. Este setor era chamado no movimento de “Bloco da Reforma”. Esta divisão se deu basicamente em torno à análises distintas de conjuntura, já expressas anteriormente, que levavam a uma dinâmica distinta quanto ao ritmo de fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Para solucionar o impasse foi criada uma Comissão Nacional Pró-CUT, com uma participação equitativa entre os dois blocos. Sua tarefa era organizar o congresso de fundação da CUT que ficou indicado para o ano de 1982.

O PT se preparou efetivamente para este encontro. Em seu I Encontro Nacional, realizado em São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, aprovou a seguinte resolução:

*“O PT conclama seus militantes sindicais, delegados eleitos à CONCLAT, a participarem da reunião que dirigentes sindicais combativos, não necessariamente vinculados ao Partido, estão convocados para os dias 19 e 20, em São Bernardo do Campo. Esses sindicalistas, identificados com as posições que defendemos, articularão uma participação na CONCLAT que garanta a realização de um encontro democrático e que responda realmente aos anseios dos trabalhadores brasileiros.”<sup>126</sup>*

---

<sup>124</sup>

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Vício de leitura, Rio de Janeiro, 1998. p. 147

<sup>125</sup> *I Conclat CUT*. Tempo e Presença Editora, São Paulo, 1984.

<sup>126</sup> *Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 100

As disputas existentes entre os dois blocos, e que levaram o adiamento do congresso votado na CONCLAT de 1982 para 1983, tinham pelo menos três motivos básicos:

- 1- Divergências quanto à estrutura sindical. O setor do “novo sindicalismo” defendia a liberdade e autonomia sindical, expressas na Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O setor da “Unidade Sindical” era contra.
- 2- Seus vínculos partidários. O “novo sindicalismo”, em sua esmagadora maioria, era vinculado ao PT. O outro bloco se vinculava majoritariamente ao PMDB.
- 3- O equilíbrio numérico entre os dois blocos não permitia previsões seguras sobre quem seria maioria no congresso. Apoiando-se na estrutura sindical oficial, o “Bloco da Reforma” questionava o direito de participação como delegados das oposições sindicais e das associações de funcionários públicos. O bloco do “novo sindicalismo”, por sua vez, procurava reduzir ao máximo o peso das federações e confederações.

Estas divergências permaneceram e acabou gerando um racha entre os dois setores quando da discussão do regimento do congresso, principalmente no tocante a eleição de delegados. Porém o estopim se deu por um elemento objetivo da luta de classes. A Comissão Nacional pró-CUT convocou uma greve-geral para o dia 21 de julho de 1983 contra a política econômica do governo. Os setores ligados ao “novo sindicalismo” encaminharam de fato a proposta, paralisando vários setores da economia, cerca de 3 milhões de trabalhadores<sup>127</sup>. O mesmo não se deu em relação ao “Bloco da Reforma”.

Tanto esta questão foi decisiva que Lula, em seu discurso no I Encontro Nacional do PT, ao se referir a fundação da CUT o fez nos seguintes termos:

*“Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.*

*A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admitem que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política.*

<sup>127</sup>

NEEP/Unicamp. Brasil 1986 – Relatório sobre a situação social do país.

*Não é em aliança com pelego que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?”<sup>128</sup>*

Com isto realizaram-se dois congressos: em agosto um em São Bernardo do Campo - SP, que resultou na fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, e em novembro um outro na Praia Grande-SP que criou a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, que anos mais tarde, 1986, transformar-se-ia na Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

No congresso de São Bernardo do Campo estiveram presentes 5.059 delegados, representando 912 entidades sindicais, sendo apenas uma confederação, 5 federações, 355 sindicatos urbanos, 310 sindicatos rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos e 8 entidades nacionais sem especificação. Vale ressaltar que quando se fala em sindicato, vários deles eram representados por oposições sindicais às suas diretorias.

Para a fundação da CUT acorreram os mesmos setores do movimento sindical que participaram da fundação do PT: os sindicalistas do “novo sindicalismo”, os militantes da chamada ala progressista da igreja católica abrigados em inúmeras oposições sindicais e os militantes marxistas-revolucionários, que também se abrigavam em outras tantas oposições sindicais.

Comin procurou traçar um perfil do militante cutista das origens, partindo da premissa de que possuíam um solo comum, identificável em pelo menos três elementos:

*“- No horizonte estratégico, todas estas correntes compartilhavam a rejeição ao capitalismo como modelo de organização social, ao mesmo tempo que recusavam a matriz comunista de socialismo, encarnada basicamente pelas experiências dos países do Leste Europeu, representadas no Brasil pelos dois partidos comunistas. Essa “homogeneidade” no plano estratégico (ou ideológico, se preferir) refletia-se nitidamente no plano partidário pela adesão quase unânime dos sindicalistas cutistas a um*

---

128

Idem. P. 108



*mesmo partido, o PT, cujas bases sociais, em grande medida, coincidiam com as da central.*

*- A despeito das experiências diversificadas em termos da maior ou menor proximidade com os sindicatos oficiais, as correntes que compuseram a CUT partilhavam uma postura bastante crítica em relação à estrutura sindical corporativa, em particular ao intervencionismo estatal nas relações capital-trabalho e à burocratização dos organismos sindicais.*

*- Finalmente, um forte elemento de comunhão residia na valorização das práticas voltadas para a organização e a mobilização das “bases” na ação sindical, por oposição a uma estratégia de intervenção nos espaços institucionais e nas negociações de cúpula.”<sup>129</sup>*

No decorrer da década de 80 tanto o PT quanto a CUT foram instrumentos importantíssimos para as lutas dos trabalhadores, organizando-os de maneira autônoma e independente dos partidos burgueses e dos governos. Este foi o período do maior ascenso grevista da história do país e ambos cumpriram um papel determinante.

No seu III Encontro Nacional, realizado em São Bernardo do Campo, em abril de 1984, o PT discutia a necessidade de fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, neste sentido num documento intitulado Teses para a Atuação do PT, defendia que:

*“Ao lado da organização partidária, é preciso ajudar o fortalecimento do movimento sindical e popular. Daí a necessidade de o PT usar todos os meios que contribuam para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do movimento sindical; ao PT cabe contribuir para que a CUT se consolide e amplie suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento concreto dos trabalhadores . Aí estão, nas lutas sindicais de julho de 1983, os sinais de que o movimento dos trabalhadores se prepara para lutas de caráter cada vez mais amplo, que podem vir a desembocar na greve geral.*

---

<sup>129</sup>

COMIN, Álvaro Augusto. *A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil*. In?

*É, pois, no rumo do reforço das organizações dos trabalhadores que devemos, nós do PT, lutar para enfrentar a crise.”<sup>130</sup>*

As greves se davam aos borbotões e de diversas maneiras. Com pequenas discrepâncias, de acordo com as fontes, elas se deram às centenas, notadamente após a fundação da CUT. De 1978 a 1986 se dá um predomínio do setor industrial, que foi responsável por quase 50% do total de paralisações. Ver tabela abaixo:

Números de greves por grupos de atividades Brasil, Região Urbana, 1978/86										
	78	79	80	81	82	83	84	85	86	Total
TI	84	77	43	41	73	189	317	246	534	1604
TCC	8	20	19	7	4	10	18	23	45	154
ACM	8	55	43	48	31	85	84	211	237	802
TBS	13	50	21	20	25	47	62	125	187	550
Outros	5	44	18	34	11	16	11	14	1	154
Total	118	246	144	150	144	347	492	619	1004	3264

Fonte: NEEP/Unicamp – Brasil 1986

TI: Trabalhadores da Indústria.

TCC: Trabalhadores da Construção Civil.

ACM: Trabalhadores da Classe Média.

TBS: Trabalhadores de Serviços.

Segundo dados do NEPP/Unicamp, desde o início do ascenso em 1978 até 1989, foram realizadas 12.673 greves com a participação de 53.464.989 trabalhadores. O ápice foi o ano de 1989, quando a classe trabalhadora se viu fortalecida pelos resultados eleitorais do ano anterior, no qual o PT ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, dentre elas São Paulo. Foram 3.943 greves envolvendo 18.378.623 grevistas.

Foram greves de todos os tipos, desde greves por empresas a greves gerais por categoria, greves com uma grande dose de espontaneísmo, como a dos operários da

<sup>130</sup> *Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

construção civil a greves nacionais envolvendo toda uma categoria e com um grande grau de organização. Uma das mais emblemáticas deste período foi a greve bancária de 1985 que contou com um comando nacional unificado e uma adesão generalizada das bases em praticamente todo o país. Mais tarde vários dos dirigentes daquela greve cumpriram destacado papel no Governo Lula, tais como Luis Gushiken, Ricardo Berzoini e Olívio Dutra, todos nomeados ministros. Também era dirigente da greve Sergio Rosa, hoje presidente da PREVI, objeto de análise do primeiro capítulo desta pesquisa.

Os métodos de luta dos grevistas eram os mais diversos e radicalizados. Os bancários se utilizavam dos arrastões, que envolviam centenas pessoas e se tornavam verdadeiras passeatas. Os metalúrgicos fizeram greves com ocupação da fábrica, dentre as quais se destacou a greve da GM de São José dos Campos, realizada em 1985 e que durou 28 dias.

Em 1988 os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda fizeram uma greve com ocupação. Apesar de o país estar sob a égide do primeiro governo civil após a derrubada da ditadura militar, o exército foi enviado para reprimir a mobilização, resultando no assassinato de três jovens operários: **Carlos Augusto Barroso**, 19 anos; **William Fernandes Leite**, 22 anos; e **Walmir Freitas Monteiro**, 27 anos.

Em 1989 na região de Contagem em Minas Gerais aconteceram duas greves com ocupação: na Belgo Mineira e na Mannesmann.

Além de todas estas greves por categorias, a década de 80 assistiu também a retomada das greves gerais como método de luta. Ao todo foram quatro, sendo a primeira delas a de 21 de julho de 1983 a que já nos referimos. A segunda foi a de 12 de dezembro de 1986, convocadas pela CUT e pela CGT. A CUT calculou o índice de paralisação em 50% de um total de 50 milhões de trabalhadores enquanto o SNI (Serviço Nacional de Informações) calculou em 20%, ou seja, 10 milhões de trabalhadores. A terceira se deu no dia 20 de agosto de 1987, também convocada pela CUT e a CGT, porém com índices de paralisação bem inferiores à anterior. E por último a greve geral de 14 e 15 de março de 1989, que tinha como reivindicação principal a reposição das perdas dos Planos Cruzado e Verão. De acordo com as centrais sindicais, a greve paralisou cerca de 35 milhões de trabalhadores, tornando-se o movimento de maior abrangência da década de 80 e, também, a maior greve geral do país.

Sandoval<sup>131</sup> em pesquisa sobre as greves gerais, com dados da CUT, chega a números mais modestos, porém que para nada diminuem a pujança e o significado desses movimentos.

Para este quadro o PT contribuiu de maneira decisiva, debatendo com clareza em suas instâncias a necessidade da ampliação das lutas para que os planos da classe dominante, tanto do ponto de vista político quanto econômico, não se consolidassem, numa clara perspectiva de projetos antagônicos, como pode se depreender nas resoluções aprovadas no Encontro Nacional Extraordinário realizado em Diadema - SP, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985:

*“Frente à conjuntura que analisamos nos itens anteriores, o PT deve concentrar sua atuação política no combate ao pacto social e à transição conservadora. Isso significa que devemos privilegiar o movimento popular e sindical e as formas de lutas de massas. Só com este acúmulo de forças no plano não-institucional será possível obter mudanças democráticas no País. Neste sentido, o PT deve retomar sua política de apoiar e incentivar as lutas sociais, principalmente aquelas que ganham caráter nacional e de massas, como a luta dos mutuários, dos sem-terra, dos professores e, especialmente, a luta sindical, com a CUT à frente, que hoje encaminha as campanhas de reajuste trimestral, {jornada semanal de} 40 horas, salário-desemprego e reforma agrária.”<sup>132</sup>*

Fica evidente que do ponto de vista do PT havia plena clareza do papel político das greves dos anos 80. Desse ponto de vista podemos afirmar que a relação que o partido mantinha com a CUT era a mesma visão que Marx tinha dos sindicatos ao afirmar que: *“os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas a sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência”*.<sup>133</sup>

Antunes ao analisar o movimento grevista dos anos 80 o caracteriza como um movimento político de classe, também, recorrendo a Marx, em sua *Carta a Bolte*:

<sup>131</sup> SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param. Greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. Ática, São Paulo, 1994.

<sup>132</sup> *Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 187

<sup>133</sup> MARX, Karl. *Sindicalismo*. Ched, São Paulo, 1980.

*“Todo movimento em que a classe operária se apresenta como classe contrariamente às classes dominantes e procura impor-se por pressão externa, é um movimento político... Por exemplo, a tentativa em uma fábrica particular ou ainda em uma indústria particular, de obrigar os capitalistas a estabelecerem uma jornada de trabalho menor, mediante greves etc., é um movimento puramente econômico. Ao contrário, o movimento que se dirige a conquistar uma lei de da jornada de 8 horas etc., é um movimento político. E desta maneira, a partir de distintos movimentos econômicos dos operários, cresce em toda parte um movimento político, quer dizer, um movimento de classe, que tem por objetivo impor seus interesses de forma geral, numa forma que possui uma força social de compulsão geral ”<sup>134</sup>*

A relação entre o partido e o movimento sindical era uma discussão permanente nas instancias partidárias. Desde o nascedouro preconizava a necessidade da independência dos sindicatos em relação ao Estado, como também em relação aos próprios partidos políticos.

Lênin ao analisar o desenvolvimento da classe operária nos primórdios do capitalismo procurou estabelecer a importância que tiveram tanto os sindicatos quanto o partido da classe para tal ao afirmar que: *“Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. (...) O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem podia realizar-se, em nenhum país de outra maneira senão por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária.”<sup>135</sup>*

Era desse prisma que o partido identificava o seu papel na década de 80. Reconhecia na sua fundação uma necessidade e uma superação da atuação do

---

<sup>134</sup> MARX, Karl. *Carta de Marx a Bolte. Londres, 29/11/1871*, In *Marx-Engels, Correspondência*. E. da Cultura Popular, México, p. 405 Apud. ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991. p. 25

<sup>135</sup> LÊNIN, Vladimir Ilich. *Os Revolucionários Devem Atuar nos Sindicatos Reacionários*, In. *Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*.

movimento sindical, como se vê no Plano de Ação aprovado no IV Encontro Nacional, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 1986 em São Paulo-SP:

*“Os dirigentes sindicais petistas devem entender que, além de imprimir ao Partido um forte conteúdo de classe, eles são a representação do PT no próprio movimento sindical. Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem explorados e exploradores. Esse instrumento é um partido de trabalhadores, o PT.”<sup>136</sup>*

Na verdade, historicamente, partido e sindicato sempre caminharam juntos, porém com tarefas distintas. Os sindicatos devem lutar para construir a unidade dos trabalhadores, na condição de órgãos de frente única dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Já o partido deve cumprir o seu papel enquanto instrumento histórico da classe trabalhadora, atuando no movimento operário, sem atrelar os sindicatos, garantindo plena autonomia do movimento sindical. Porém não pode haver neutralidade nesta relação entre ambos, sendo que cada um deve cumprir o seu papel para organizar os trabalhadores contra a exploração, bem como fortalecer a luta pela emancipação dos explorados rumos ao socialismo.

No V Encontro Nacional realizado em Brasília de 4 a 6 de dezembro de 1987, nas resoluções sobre a política sindical do PT, reafirmava-se estas posições: *“A política do PT para os sindicatos tem como objetivo fortalecê-los enquanto autênticas organizações de massas, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões, voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores.”<sup>137</sup>*

Inegavelmente a CUT era um instrumento de luta dos trabalhadores contra o capital e se preocupava em superar os limites meramente sindicais, atentando para as

<sup>136</sup> *Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p.290

<sup>137</sup> *Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 329

preocupações de Marx ao afirmar que: “*os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.*”<sup>138</sup>

Em que pese o inegável êxito da CUT, ao longo da década de 80, no papel de organizar e estimular a luta dos trabalhadores contra as políticas econômicas do governo, o mesmo não podia se dizer da luta contra a estrutura sindical, uma das razões de sua criação. Ao contrário, assistimos a uma adaptação paulatina da CUT à estrutura sindical, com a criação de departamentos por categoria, que num segundo momento se transformaram em federações e confederações concorrentes com as oficiais que já existiam, ou mesmo absorvendo-as (como no caso da CONTAG).

São inúmeras as tentações que levaram a esta adaptação: prestígio, poder de mando, dinheiro, satisfação pessoal, estabilidade no emprego, apego aos cargos e tantas outras.

Uma demonstração inequívoca desta adaptação se deu nas mudanças estatutárias realizadas pela Central no III CONCUT (1988), onde se aprovou novas regras para os seus congressos que restringiam o número total de delegados, particularmente, o número de delegados eleitos diretamente pelas bases, e, também, a participação das oposições sindicais. Quando da realização do IV CONCUT, em 1991, se deu um processo análogo ao ocorrido no I Congresso Nacional do PT, analisado no capítulo 1 desta pesquisa. Segundo dados levantados por Rodrigues<sup>139</sup>, 83% dos delegados eram diretores de sindicatos e apenas 17% eram militantes de base. Quase 70% dos delegados eram sindicalistas “liberados” do trabalho para o exercício do mandato sindical (no III CONCUT eram apenas 34,1%), e os representantes de oposições sindicais eram menos de 2%.

Entretanto o autor via estes elementos como positivos, identificando no processo de burocratização a criação da figura do “sindicalista profissional”.

As mudanças realizadas no III CONCUT pavimentaram o caminho para as transformações que a CUT ia passar ao longo dos anos 90.

<sup>138</sup> MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. In: *Obras Escolhidas*. Alfa Omega, São Paulo.

<sup>139</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e Democracia. A Trajetória da CUT*. Scritta, São Paulo, 1997. capítulo 4 do livro.

Antes, porém, de tratarmos delas é importante localizar uma polêmica que se estabeleceu no partido em fins dos anos 80. Com o crescimento da campanha de Lula, em 1989, alguns setores começaram a defender a tese de que o partido deveria amenizar sua participação nas greves, pois o objetivo que estava colocado naquele momento era ampliar a aceitação da candidatura Lula nos setores de classe média e pequena burguesia.

Diante do debate, o 6º Encontro Nacional, realizado de 16 a 18 de junho de 1989, em São Paulo, no documento “*As eleições presidenciais e a candidatura Lula*”, viu-se forçado a aprovar uma resolução de apoio às greves. Para os setores mais à esquerda no interior do PT, isto soava como uma redundância, que os deixava com uma certa desconfiança:

*“O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários. O que julgamos apropriados é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu pólo combativo, classista e conseqüente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.*

*Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.”<sup>140</sup>*

*O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a*

---

<sup>140</sup>

*Resoluções de Encontro e Congressos: 1978-1998.* Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.



*eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.”<sup>141</sup>*

A derrota de Lula combinada com outros fatores conjunturais, notadamente a queda do “socialismo real” no Leste Europeu e a consolidação da hegemonia neoliberal em nível planetário, inclusive no Brasil com a vitória de Collor, deram a justificativa para as mudanças teórico-estratégicas, bem como a relação que o partido passaria a ter com os movimentos sociais nos anos 90.

Os anos 90 assistiram a grandes mudanças no mundo do trabalho com impactos no sistema produtivo que ocasionaram uma grande perda de postos de trabalho. A reestruturação produtiva imposta pelo capital alterou radicalmente o perfil da classe trabalhadora. As transformações tecnológicas da era da informática, a automação na área de serviços e, também, no setor industrial em áreas como as montadoras de automóveis e no setor petroquímico, acarretaram ganhos elevados de produtividade com uma significativa redução de mão de obra.

Com a justificativa de ter de enfrentar esta nova realidade o PT vai alterando suas formulações e, simultaneamente, a sua prática em relação ao movimento sindical. É o caso do conceito “sindicato classista e de luta” dos anos 80, decisivo para a consolidação do perfil lutador da CUT, como podemos ver nesta resolução sobre estrutura sindical aprovada no I Congresso Nacional da CUT: *“Sindicalismo classista: dentro da realidade do conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores.”<sup>142</sup>* Tal linha foi reafirmada em 88, na tese aprovada pelo III Congresso da CUT:

*“Combater o sindicalismo reformista e de colaboração de classes. O sindicalismo classista se opõe às concepções sindicais que se desenvolveram no final do século passado, nos países centrais do capitalismo, que propunham a adaptação da classe trabalhadora às democracias parlamentares. Isto significa que combatemos o sindicalismo reformista e conciliador de interesses antagônicos, que*

141

*Resoluções... Op. Cit.. P.377*

142

*Texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, 1983. p. 4*

*procura enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista.”<sup>143</sup>*

*Em seu lugar surge o “sindicato cidadão e negociador” dos anos 90. Esta questão é tratada amplamente no I Congresso do PT, realizado em São Bernardo do Campo - SP, de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. A resolução sobre socialismo trata do papel da CUT: “É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego, e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais.”<sup>144</sup>*

Mais adiante retoma a questão:

*“O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos”.<sup>145</sup>*

Soares ao analisar as resoluções do IV CONCUR, que considera o congresso mais despolitizado da Central até então, e que, para o autor, não teve nenhuma utilidade no sentido de armar as lutas da classe trabalhadora, se debruça sobre o novo conceito:

<sup>143</sup> Caderno de Resoluções do III CONCUR, 1988,p.22

<sup>144</sup> Resoluções...Op. Cit. p.482

<sup>145</sup> Resoluções...Op. Cit. p.506

*“Já a proposta de “sindicato-cidadão” está inserida no mesmo esquema que vem defendendo a tendência Articulação nos acordos setoriais, nas câmaras setoriais regionais, fóruns tripartites envolvendo trabalhadores, empresários, governos municipais e estaduais, movimentos sociais, comunidade local, movimentos “meninos de rua”, “menores abandonados” etc. Ou seja, os sindicatos deixariam de cumprir seu papel enquanto organismo de unidade da classe trabalhadora contra o capital, para se converter numa espécie de ONG. De acordo com essa concepção, o referencial de classe ficaria subsumido, uma vez que os conflitos seriam resolvidos fora do chão-de-fábrica, nos fóruns amplos, com a presença de “indivíduos”, dos “cidadãos”, não importando as classes sociais envolvidas. Tudo passa a ser resolvido não mais através do embate entre as classes, mas através da participação dos “indivíduos”, no jogo do novo consenso e da parceria.”<sup>146</sup>*

Já em setembro de 1990, a CUT que ao longo da década de 80 rejeitara todas as propostas de pactos sociais, surpreende a todos com a aceitação de participar do “Entendimento Nacional” proposto por Collor de Mello. Seu presidente Jair Meneguelli comparece a uma reunião convocada pelo presidente da República com o objetivo de viabilizar este entendimento.

É claro que esta atitude se deu em base a uma grande polêmica no interior da Central, uma vez que todos os congressos anteriores tinham se manifestado categoricamente contra qualquer proposta de pacto social. A Articulação Sindical impôs a sua maioria nas instâncias dirigentes da Central, sob protestos das correntes minoritárias, e, posteriormente, referendou sua posição votando-a no IV CONCUR, ainda que em sua tese recusava-se a admitir o “entendimento nacional” como sendo *um pacto social, argumentando que*, “através da tática de disputar com o governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de treze pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a do governo, em um fórum de negociações, em que a reposição das perdas, necessidade de política salarial,

---

<sup>146</sup> SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Fortium, Brasília, 2005. p. 213

assentamento de trabalhadores rurais e reversão de demissões de grevistas se constituíram em prioridade de discussão.”<sup>147</sup>

Essa posição continha uma ilusão de classe que foi repudiada pela quase totalidade das demais teses que seriam debatidas no congresso. A CUT pela Base, em sua tese, considerava a participação da CUT no “entendimento nacional” como participação no pacto social e neste sentido um “retrocesso histórico”.<sup>148</sup> No mesmo sentido ia a tese da Convergência Socialista, que criticava a ida ao “entendimento nacional” e argumentava que a CUT estaria diante dois caminhos: “o da Articulação, de pretensas reformas possíveis nos limites do capitalismo, que foi o que vigorou todo o ano de 1990; ou retomar o caminho da CUT das origens, baseado na luta, na independência de classe e na democracia operária, colocando um objetivo estratégico claro de transformações revolucionárias de fundo que ponham fim à sociedade capitalista brasileira, baseada na exploração, na fome e na miséria”.<sup>149</sup>

Além da participação no “Entendimento Nacional” com Collor, outra prática que anunciava os novos tempos na Central era a participação nas câmaras setoriais. Esta, também, foi uma questão polêmica, mas foi colocada em prática pelos sindicatos dirigidos pela Articulação Sindical desde o início da década, como observa *Rodrigues*: “As práticas, ainda que localizadas, de alguns grandes sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores – particularmente com a experiência das câmaras setoriais – estão indicando mudanças perceptíveis de uma ação sindical que se apoiava no conflito para outra que privilegia a negociação.”<sup>150</sup>

As câmaras setoriais nada mais foram do que o colocar em prática aquilo que já vinha sendo alterado do ponto de vista teórico no interior da Central. A CUT aderiu de “malas, cuias e bagagens” aos fóruns tripartites, renunciando uma pauta de defesa dos trabalhadores, para incorporar no seu ideário também os interesses do capital. Ao contrário do que era sustentado pelos dirigentes da Central, que afirmavam que a participação nestes fóruns aumentava a capacidade da Central de defender os interesses dos trabalhadores e interferir nos destinos da economia do país, sua participação só legitimava os interesses do capital.

<sup>147</sup> Caderno de Teses preparatórias ao IV CONCUR.

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. Scritta, São Paulo, 1997.

Estamos de pleno acordo com a posição de Maciel e Faria ao abordarem o papel dos fóruns tripartites nas variações da democracia burguesa sob o neoliberalismo, que se prestam a anular a oposição radical dos trabalhadores, com a cooptação dos setores mais integrados e excluindo o restante:

*“No caso das instâncias definidas corporativamente, muitas vezes convocadas pelos próprios governos, a participação de entidades de trabalhadores é invariavelmente subrepresentada, pois só participam de questões com às quais possuem uma ligação direta (questões trabalhistas e afins) e mesmo nestas dividem as mesas de negociação com os representantes do Estado (burguês) e com as entidades empresariais. Além disso, a intervenção das entidades de trabalhadores nestas instâncias é reduzida a propostas econômico-corporativas, distanciadas de um projeto político mais global e classista, e que interessam apenas às categorias profissionais e setores sociais específicos. Dessa forma, este processo, chamado neocorporativismo é extremamente prejudicial aos trabalhadores, reduzindo sua intervenção política quantitativa e qualitativamente.”<sup>151</sup>*

Existe uma vasta bibliografia sobre o tema das câmaras setoriais, com posições contrárias e a favor da participação da CUT nestes fóruns. Para efeito do nosso trabalho vou tomar dois autores, que, a nosso ver, sintetizam ambas as posições.

Em uma visão mais distante do nosso horizonte teórico, identificando como um avanço esta participação, encontra-se a posição de Comin:

*“O ingresso dos sindicatos nas câmaras setoriais, além de patentear a nova postura do sindicalismo cutista frente aos espaços de representação de interesses, significou a incorporação de uma ampla agenda de temas até então ausentes do repertório habitual dos sindicatos, tanto quanto das mesas de negociação: investimentos públicos e privados, impostos, regras para o comércio exterior, mix de*

---

<sup>151</sup> MACIEL, David e FARIA, Paulo. *Crise do capital, dominação burguesa e alternativa dos trabalhadores*. In. *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Sindicato dos Eletricitários de Brasília, Brasília, 1996.

*produção, competitividade, modernização, tecnológica, novas modalidades de gestão da força de trabalho, requalificação profissional. Ao padrão mais puramente reivindicativo, característico da década anterior, começa a se sobrepor um tipo de intervenção que exige elevada capacidade de formulação e planejamento de propostas amplas de desenvolvimento setorial, o que no limite significa formular propostas que contemplem não apenas o interesse do trabalho, mas também do capital e do próprio Estado. Além disso, a sistemática das câmaras impõe uma modalidade de negociação inteiramente nova, substituindo as negociações em bloco e concentradas em datas-bases anuais por extensas e detalhadas negociações que geram acordos de mais longo alcance do que as tradicionais convenções e dissídios coletivos.”<sup>152</sup>*

Representando uma outra vertente de análise, com a qual temos total concordância, entendendo que, independente dos fatores conjunturais e/ou estruturais, esta participação significou um retrocesso, recorreremos a Coelho:

*“Para os metalúrgicos que conservaram seu emprego e ainda obtiveram alguns reajustes salariais na esteira dos acordos, não resta dúvida de que houve algum benefício. Segundo Alexandre Comim, houve um ganho salarial real de aproximadamente 10% para estes trabalhadores.<sup>153</sup> Os militantes sindicais que se pronunciaram contra o acordo para esta platéia tinham pouca chance de não serem ignorados ou mesmo hostilizados. Mas para considerar vantajoso o acordo para os trabalhadores era preciso olhar somente para este setor específico da categoria. Os vários grupos de metalúrgicos que ficaram fora dos acordos (sobretudo do segundo, bem mais restrito), para não mencionar as demais categorias da classe trabalhadora, nada tinham a comemorar – embora tenha sido acenada a sedutora miragem de que a experiência dos metalúrgicos automobilísticos poderia ser reproduzida*

<sup>152</sup> COMIN, Álvaro Augusto. *Op. Cit.*

<sup>153</sup> COMIM, Alexandre. *De volta para o futuro. Política e Reestruturação Industrial do Complexo Automobilístico nos anos 90.* Anablume-Fapesp, São Paulo, 1998.

*para outras categorias. A “mudança no comportamento dos empresários” nem mesmo devolveu o emprego de milhares de metalúrgicos demitidos nos anos anteriores e, ao menos para aqueles trabalhadores, não houve qualquer “mediação de interesses”. O que prevaleceu como resultado do acordo das montadoras, (...), foi um rápido e consistente aumento da produtividade do trabalho cujos ganhos foram apropriados pelas empresas. Antes do primeiro acordo o crescimento da produção era acompanhado pela expansão no nível de emprego, mas após 1992 há um incremento acentuado na produção anual enquanto o número total de empregados é declinante.”<sup>154</sup>*

Além das câmaras setoriais, um outro momento significativo do papel de subordinação da CUT ao capital se deu no momento da discussão da reforma da previdência do Governo FHC, quando o então presidente da CUT, Vicentinho, deu o seu aval para o objetivo do governo.

Esta reforma através da Emenda Constitucional 20/98, prevê a criação de regimes previdenciários complementares, tanto para a Previdência Geral, quanto para os sistemas próprios dos servidores públicos. Ocorre que não existe Previdência Complementar Pública no Brasil e, portanto, ao se falar em Previdência Complementar, está-se falando em Previdência Privada, e já nos referimos no capítulo 1 ao verdadeiro papel da previdência privada, que é formar capital para o mercado financeiro.

O Governo FHC representou um grande avanço da implementação do projeto neoliberal no país, como já foi visto no capítulo 1. A proposta tinha o objetivo de conter o gasto público com a previdência através da redução de benefícios, aumento das contribuições e do tempo de contribuição. Vicentinho começou a participar das negociações no Congresso nacional em 1996 sem que a CUT deliberasse sobre a questão, mas a maioria da Direção Nacional, controlada pela Articulação Sindical, terminou por referendar, posteriormente, seu presidente. Ele apoiou a proposta do governo de fim das aposentadorias integrais no serviço público fazendo coro com a crítica neoliberal aos “privilégios” dos trabalhadores deste setor. Mais absurdo ainda,

---

<sup>154</sup> COELHO, Eurelino. *UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

aceitou também a tese de que a concessão das aposentadorias deveria estar condicionada ao tempo de contribuição, e não ao tempo de serviço. O apoio a esta proposta, num momento em que o emprego precarizado crescia de forma avassaladora tinha um significado taxativo: expressou o efetivo abandono da perspectiva de classe.

Este comportamento da CUT assumia proporções mais alarmantes se levarmos em consideração que no ano anterior, os trabalhadores franceses tinham protagonizado poderosas lutas contra a tentativa de implantação de uma reforma da previdência naquele país, que tinham impactado positivamente os setores mais combativos da Central, que defendiam em suas bases que este era o exemplo a ser seguido e não a negociação desvinculada de um processo de mobilização da classe trabalhadora.

Já foi visto no capítulo 1 que os sindicalistas petistas/cutistas nos anos 90 passaram a integrar instituições de gestão do capital financeiro, notadamente os fundos de pensão. Isto chegava a estabelecer uma contradição aparente entre estes sindicalistas, que participavam do processo de privatizações do governo FHC e a Central, que realizava mobilizações de rua contra estas privatizações. Mas no caso do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) era a própria CUT, enquanto instituição, que tomou assento no seu Conselho Gestor.

Coerente com as posições aprovadas no IV CONCURT caberia a CUT ocupar os espaços existentes no Estado, propondo políticas e assumindo, inclusive, a execução de serviços relegados por ele. É com esta visão que representantes da CUT atuarão no FAT representando a Central.

A partir daí se deu uma ampla utilização dos recursos para a prestação de serviços de educação e formação profissional pelos sindicatos ou por ONGs a eles associadas. Além de financiar a qualificação de mão-de-obra, o FAT tornou-se segundo Oliveira: “o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES”.<sup>155</sup> A CUT participando da gestão do FAT significava, então, que ao invés de se opor ao capital na disputa pela taxa de mais-valia, estes sindicalistas estavam agora participando da direção de uma instituição que tem por objetivo gerir o capital – facilitar e promover a reprodução ampliada –, seja através da formação do “trabalhador coletivo”, seja mediante a gestão do financiamento direto aos investimentos.

---

<sup>155</sup> OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitórrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitórrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003, p. 146



Apesar do retrocesso na conjuntura do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, aconteceram lutas importantes no Governo FHC. O movimento social que esboçou uma maior resistência foi o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que a despeito da política repressiva do governo protagonizou uma série de ocupações de terra vitoriosas.

O movimento sindical teve uma redução considerável no número de greves, fruto da repressão e das mudanças que foram sendo operadas na CUT. Contudo os petroleiros deflagraram em 1995 uma poderosa greve que foi duramente reprimida pelo Governo FHC.

A greve se deu entre 3 de maio e 2 de junho daquele ano. Foi deflagrada como forma de pressionar pelo cumprimento do acordo firmado, no ano anterior, entre os trabalhadores, a direção da Petrobras e ministros do governo Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso, se recusou a reconhecer a validade jurídica do acordo e negou-se a cumpri-lo, alegando que ele poria em risco a estabilidade monetária. Todas as tentativas de abrir negociação foram rechaçadas pelo governo, que adotou a estratégia de impor uma derrota exemplar aos grevistas. Dentre as armas que empregou destacou-se a investida sobre a opinião pública, influenciada por táticas como o da ocultação, anterior à greve, de parte dos estoques de gás de cozinha e de caracterizar a greve como um movimento corporativista de um setor privilegiado contra os interesses gerais da sociedade. Esta medida antecipou a crise de abastecimento e fortaleceu a tática governista de criminalização da greve. Jornais faziam terrorismo sobre os petroleiros, divulgando pesquisas que mostravam a opinião pública contrária à paralisação. A justiça decretou o caráter abusivo da greve e, pela primeira vez, o estabelecimento de multas de cem mil reais para cada dia de paralisação posterior à divulgação da sentença. No dia 25 de maio tropas do Exército ocuparam quatro refinarias, enquanto helicópteros militares, em operações de alto risco, transportavam petroleiros aposentados para a refinaria de Paulínia.

O governo conseguiu derrotar a greve, nenhuma das reivindicações fora sequer ouvida, dezenas de trabalhadores foram demitidos, o patrimônio dos sindicatos, inclusive as sedes, foi penhorado e a contribuição sindical confiscada para pagar as multas. Toda esta truculência tinha um objetivo preciso: dar um recado ao conjunto da classe trabalhadora, derrotando uma categoria de ponta, de que a partir daquele momento aquelas eram as regras do jogo.

No balanço da greve, parte da direção dos petroleiros avaliava que, além da ferocidade do governo, eles tiveram de enfrentar, também, a omissão da CUT, que, segundo eles, se recusou a fazer uma campanha de fato para tirar a greve do isolamento, mantendo-a nos marcos corporativos. Esta crítica pode ser mais bem entendida recorrendo-se a Coelho: *“O risco de que estas manifestações de descontentamento ultrapassassem os níveis mínimos dos anos 90 não podia, no entanto, ser desconsiderado. O sentido da atuação do campo majoritário foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe (“espírito de cisão”) e o de dirigi-lo para manifestações dentro da ordem, e não contra a ordem.”*<sup>156</sup>

A greve dos petroleiros foi um contra-ponto na prática cutista dos anos 90, uma vez que a maioria de seus dirigentes eram petistas e ligados a Articulação, porém a derrota da greve acabou por fortalecer o projeto que vinha sendo colocado em prática na Central.

O processo ocorrido na CUT, de adaptação à estrutura sindical e às próprias instituições de gestão do capital, como observamos acima, estavam inseridos num contexto mais amplo de profundas modificações que o partido vinha passando. Dentre essas mudanças em seus postulados teórico-estratégicos, que analisaremos com mais profundidade no próximo capítulo, encontrava-se a ampliação do arco de alianças para as eleições parlamentares e executivas, admitindo-se a coligação com partidos da burguesia.

Do ponto de vista eleitoral o partido continuou crescendo e ainda era visto por amplos setores como de oposição, se não ao capitalismo, pelo menos ao neoliberalismo de FHC.

## **GOVERNO LULA ALTERA QUALITATIVAMENTE A RELAÇÃO DO PT COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Como vimos anteriormente a hegemonia do neoliberalismo em nível planetário contribuiu para as mudanças ocorridas no PT. Porém o neoliberalismo enfrentou algumas turbulências no decorrer da década de 90, a começar pelo México em 1994, passando pelos “tigres asiáticos” e Rússia em 1997, chegando inclusive no Brasil em

<sup>156</sup> COELHO, Eurelino. *UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

fins de 1998, quando se deu a quebra da paridade dólar/real. Porém em 2000/2001 o coração do imperialismo foi atingido com uma crise econômica em pleno EUA.

Esta crise teve um forte impacto na América Latina. Aconteceram mobilizações insurrecionais, com uma forte participação de trabalhadores e setores explorados, com fortes questionamentos aos planos neoliberais, e que culminaram com queda de governos em vários países: Equador em 2000, Argentina em 2001, Bolívia em 2003 e 2005. No Brasil, a vitória de Lula, em 2002, é uma expressão eleitoral desse processo.

Deu-se uma guinada à esquerda no continente latino-americano com a eleição de vários governos de frente popular (governos de conciliação de classes entre a burguesia e o proletariado) ou nacionalista-burgueses. No Brasil, tivemos a ascensão de um governo com o principal líder operário do país e membro do maior partido da classe trabalhadora, encabeçando uma chapa que tinha como vice um dos maiores empresários do país e membro do PL (Partido Liberal), partido que sempre foi um ardoroso defensor do liberalismo burguês.

A presença do PT no governo deu um salto de qualidade no relacionamento entre o PT e os movimentos sociais. Alguns governos e prefeituras petistas já tinham se enfrentado com movimentos grevistas de servidores. Mas o salto de qualidade está na cooptação das organizações do movimento de massas por parte do Governo Lula, através da concessão de verbas públicas.

Logo no início de 2003, Lula apresentou uma proposta de reforma da previdência que retirava direito dos servidores públicos e estabelecia as pré-condições para a privatização da previdência social. Como não podia ser diferente os servidores se levantaram na defesa de seus direitos históricos. Realizaram a primeira greve nacional contra o Governo Lula, que durou vários dias. A CUT se recusou a assumir a luta contra a reforma, se propondo a negociá-la no sentido de torná-la mais palatável.

O ministro da previdência, responsável pela implementação da proposta era o ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e, portanto um cutista de carteirinha, Ricardo Berzoini. Homem de confiança de Luis Gushiken, também ministro, das comunicações sociais, e também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, além de ser um dos principais fomentadores da previdência privada no país.

A greve foi fortíssima, mas esbarrou numa enorme intransigência do governo, que acabou impondo sua proposta na íntegra. Por ocasião da votação o PT expulsou quatro parlamentares que votaram contra a proposta de reforma. Estes parlamentares

juntamente com outros ativistas e militantes petistas vieram a criar o PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade). Vários foram os sindicatos de servidores que a partir daquele momento começavam a construir um processo de ruptura com a CUT.

Também causou espécie a atitude de alguns dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, cidadela da CUT, que no dia 18 de julho de 2003, agrediram fisicamente os servidores que tinham ido fazer uma manifestação pacífica de denúncia da postura traidora de Lula. Estes metalúrgicos, petistas e cutistas, já tinham clareza do papel da Central a partir de então: correia de transmissão do Governo Lula.

Um outro exemplo desse novo papel da CUT pode ser obtido pela atuação da Central em São José dos Campos. Naquela cidade, apesar da existência de uma grande montadora de automóveis, a General Motors, o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido por militantes ligados ao PSTU, se recusou a participar do processo das câmaras setoriais. Postura semelhante havia tido também, o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas.

Mas é na Embraer que se destaca o papel dos sindicalistas petistas da CUT. A fábrica foi privatizada em dezembro de 1994 e passou por um radical processo de reestruturação produtiva que acarretou milhares de demissões. O controle acionário majoritário era de dois fundos de pensão (PREVI e SISTEL). Dentre os membros do Conselho de Administração indicados pela PREVI havia nome de sindicalistas, inclusive o de Henrique Pizollato, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Toledo-PR e ex-presidente da CUT-PR, personagem que ganharia notoriedade coma crise do mensalão.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos como já foi dito era composta em sua maioria por militantes do PSTU, porém contava em seus quadros com a presença de sindicalistas ligados ao PT. Sabedora disso a empresa começa a utilizar a velha tática de cooptar os sindicalistas mais “responsáveis” e isolar os “radicais”. Criam o cargo de representante dos funcionários, nomeando um dirigente petista, e aprofunda seu acirramento com o Sindicato, incluindo aí uma série de atitudes anti-sindicais: centenas de cartas de advertência a quem participasse de manifestações sindicais, abertura de inquérito e demissões dos dirigentes sindicais mais combativos.

A atitude belicosa da empresa era tanta que, em novembro de 1999, foi elaborado um manifesto de repúdio a esta postura que foi encabeçado pela deputada federal Ângela Guadagnin, que também ganharia notoriedade com a crise do “mensalão”, e

assinado por todos os parlamentares petistas de São José dos Campos, por toda bancada federal do PT e por parlamentares de outros partidos, inclusive um do PSDB, Alberto Goldmann. O teor do manifesto dava a medida da política de recursos humanos da empresa:

*“Nós trabalhadores deste país, repudiamos e denunciemos a atitude da direção da Embraer, pela sua total prepotência e covardia, ao castigar seus trabalhadores com a aplicação de 426 cartas de advertência. Estamos estarecidos e chocados com tamanha brutalidade e arrogância que ela adota para tratar de assuntos sindicais. Os trabalhadores têm o direito de participar de assembleias, manifestações e atos públicos para defender seus interesses e direitos. A greve é um movimento legítimo e legal.”<sup>157</sup>*

Com a chegada ao governo de Lula as coisas se alteram no Sindicato, os petistas rompem com a diretoria do Sindicato, formam uma oposição e tentam, através de duas eleições sindicais, assumir a direção da entidade, sendo frustrados neste intento.

Em 2004 acontece um fato que aprofunda o papel da CUT em sua parceria com a empresa. No dia 19 de agosto foi realizada uma assembleia que votou pela desfiliação do Sindicato da CUT. Estiveram presentes cerca de 600 metalúrgicos, sendo que apenas 20 votaram pela manutenção do Sindicato na Central.

Como resposta, os petistas liderados por Edmilson Rogério da Silva, o “Toquinho”, no dia 23 de março de 2005 entraram no Ministério do Trabalho com um pedido de criação do SindiAeroespacial (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção de Aeronaves). Na ocasião o titular do ministério era Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, que prontamente aceitou o pedido.

Em entrevista ao jornal Vale Paraibano, de 14 de julho de 2005, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos Luis Carlos Prates, o “Mancha” acusa os membros do novo sindicato de terem criado uma instituição “fantasma”: *“Fizemos assembleias nas principais fábricas do setor e a reação dos trabalhadores foi de repúdio. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José existe há 50*

---

<sup>157</sup>

*Manifesto em defesa dos trabalhadores da Embraer.* Novembro de 1999. Mimeo.

*anos e sempre representou os interesses da classe em toda a indústria metalúrgica.*"<sup>158</sup> Mais adiante ele denuncia que a articulação no novo sindicato teve a participação direta do ministro, que tinha visitado a empresa no ano anterior com este claro objetivo: "A visita foi feita dias antes da nossa desfiliação da CUT e logo depois de uma negociação intermediada pela CUT junto ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para a liberação de recursos para a **Embraer**."<sup>159</sup> Informou, também, que dos 5.000 empregados da Embraer que trabalham na produção 2.500 são sindicalizados.

Este é um ótimo exemplo da relação promíscua da CUT com o empresariado e governo. Segundo declaração de Luis Carlos Prates, o "Mancha", ao jornal *Vale Paraibano*: "O apoio da empresa à iniciativa de se criar um novo sindicato é uma forma de agradecer a intervenção de um grupo de ex-sindicalistas que atuou nas negociações para a liberação de US\$ 700 milhões pelo BNDES para as exportações da **Embraer**".<sup>160</sup>

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos entrou com uma medida judicial contrária a criação do novo sindicato e no dia 15 de agosto de 2005 foi noticiado no *Globo Online* que:

*"O juiz federal Cleberson José Rocha, da 22ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, concedeu ontem liminar ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos em processo que questionava a legalidade da criação do SindiAeroespacial e pede que ele não seja autorizado a funcionar.*

*O novo sindicato foi oficializado pelo Ministério do Trabalho no mês passado para representar funcionários da **Embraer** e de outras empresas ligadas ao setor, como também do setor de aeropeças.*

*Assim, esses trabalhadores deixariam de estar vinculados ao Sindicato dos Metalúrgicos.*

*Em sua decisão, o juiz Rocha afirma que "a publicação da assembléia do novo sindicato não se deu em jornal de grande circulação, como*

---

<sup>158</sup> Jornal *Vale Paraibano*, de 14 de julho de 2005.

<sup>159</sup> *Idem*.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

*determina a norma", e esse seria um dos motivos de concessão da liminar.*

*Além disso, o juiz justifica a liminar --decisão rápida, mas que pode ser revertida-- por ver "perigo na demora (da decisão) em decorrência dos efeitos irreparáveis, tanto para a categoria representada quanto para o impetrante, que decorrem do registro concedido (ao novo sindicato)"<sup>161</sup>.*

Este é um exemplo cabal do salto de qualidade na relação do PT com as entidades dos trabalhadores. A CUT atuou decididamente com o intuito de assegurar os objetivos tanto do Governo Lula, quanto da Embraer, tentando dividir os metalúrgicos da região e, portanto, fragilizá-los em seu combate contra o empresariado e o próprio governo.

Apesar de estar fora dos objetivos desta pesquisa, informamos que o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos posteriormente se filiou a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas), nova central sindical e popular fundada em maio de 2006, e que nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2006 ocorreram novas eleições com a vitória da chapa da CONLUTAS sobre a chapa da CUT de 7.671 votos (65%) a 4.150 votos (35%), sendo que contribuiu para este resultado uma votação expressiva dos metalúrgicos da Embraer.

#### **A GREVE BANCÁRIA DE 2004: LULA QUERIA UMA DERROTA EXEMPLAR**

A atuação da CUT à frente das campanhas salariais da categoria bancária, através da CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro), é um outro ótimo exemplo de sua subordinação aos interesses do capital, e principalmente, do Governo Lula.

A categoria teve um peso importante no processo de fundação da CUT. Participou com destaque do ascenso grevista iniciado em fins da década de 70. Em 1985 protagonizou uma greve que chegou a constar do *Guinness Book* como a que envolveu a maior quantidade de trabalhadores ao mesmo tempo. Foram 700 mil bancários espalhados em todo o território nacional. Chamou a atenção a organização da greve, com um Comando Nacional, além de comandos regionais e por banco. A

---

<sup>161</sup> *Globo Online*. 15 de agosto de 2005.

unificação das reivindicações entre o setor público e o privado permitiu a unidade de uma categoria heterogênea, unidade esta que seria fraturada de maneira irreversível na campanha salarial de 1987.

A greve conquistou e institucionalizou, para as demais categorias, uma reposição de perdas de 12,5%, elevação dos pisos salariais e negociou uma antecipação salarial no ano seguinte fora da data-base.

Os bancários fizeram greves regularmente em todo o decorrer da década, sempre com um alto grau de organização e com a obtenção de êxitos maiores ou menores a depender da conjuntura.

Em 1991 este ciclo grevista na categoria é fechado com a realização de uma greve no Banco do Brasil de 21 dias, já no Governo Collor de Mello. A greve foi considerada legal pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) nos seus 19 primeiros dias, porém a sentença determinava o retorno imediato ao trabalho. As assembleias das principais bases ignoraram esta determinação, e através de um novo julgamento solicitado pelo banco os dois dias seguintes foram considerados ilegais.

A partir daí a categoria bancária foi uma das mais atingidas com o processo de reestruturação produtiva que ocorreu no mundo do trabalho na década de 90. A automação, a introdução de novas tecnologias e a precarização do trabalho, via terceirizações, suprimiu centenas de milhares de postos de trabalho. Segundo Filgueiras<sup>162</sup>, entre 1986 e 1996 o número total de bancários caiu um terço, de 705 mil para 480 mil, enquanto o número de estabelecimentos bancários em funcionamento quase não se alterou e o volume de negócios e de lucros se multiplicou.

Neste período os bancários fizeram apenas lutas de resistência, com paralisações parciais e esporadicamente greves de 24 horas, notadamente nos bancos públicos.

## **GREVE DE 2003: CUT COMEÇA A MOSTRAR A SUA CARA AOS BANCÁRIOS.**

Mas a vitória de Lula traz um novo ânimo à categoria bancária, e, também, o novo “ânimo” da CUT. Desde a campanha salarial de 2003 a categoria bancária tem

---

<sup>162</sup> FILGUEIRAS, Luis. *Reestruturação Produtiva e Emprego Bancário*. In: GOMES, Álvaro (org.). *O Trabalho no Século XXI*. Anita Garibaldi, São Paulo – Sindicato dos Bancários da Bahia, Salvador, 2001.



deflagrado movimentos grevistas, centrados principalmente nos bancos públicos, e assistido as lideranças cutistas se preocuparem cada vez mais com a preservação do Governo Lula e de sua política econômica do que com o fortalecimento das lutas da categoria. Ao contrário, ao longo da década a CUT foi se esmerando na sua função de “correia de transmissão” dos interesses do governo e desenvolvendo táticas conscientes no sentido de arrefecer o ânimo da categoria e, em geral, preparar suas derrotas.

Para cumprir este papel a CUT tem um verdadeiro arsenal para desmobilizar os trabalhadores, porém este arsenal se apóia principalmente em quatro elementos: a) mesa única da FENABAN; b) reivindicação de aumento real; c) assinatura de acordos com o desconto dos dias parados e d) discussão da PLR, que apesar de ter legislação específica, no bojo das campanhas salariais.

Na campanha salarial de 2003 a CUT tentou aplicar o primeiro item do tripé. Na Conferência Nacional Bancária este item foi aprovado como sendo a grande novidade da campanha, como podemos ver na publicação do Sindicato dos Bancários de Santos sobre o evento: *“A grande novidade da pauta de reivindicações da Campanha Salarial é a realização de mesa única de negociações com a Fenaban envolvendo bancos públicos e privados. Esta estratégia irá aglutinar cerca de 400 mil bancários em torno de uma só negociação, dando mais força e capacidade de mobilização para a categoria.”*<sup>163</sup>

A necessidade da recomposição da unidade da categoria era uma questão que vinha sendo debatida ao longo dos anos na categoria bancária. Na campanha salarial de 1987, o Banco do Brasil apresentou uma proposta envolvendo uma equiparação com os funcionários do Banco Central, que acabou sendo aceita pelos funcionários daquela empresa e ocasionando a retirada da greve dos funcionários daquela instituição, enquanto os demais bancários permaneciam na greve. Desde aí se deu uma fratura na categoria.

Esta fragmentação se acentuou na década de 90 com a prática diferenciada de políticas salariais por parte do setor privado que, em geral, aplicou índices de reajuste próximos aos da inflação, e do setor público que aplicou na maioria dos acordos o reajuste zero. Isto acumulou perdas diferenciadas entre os setores o que dificultava a obtenção de uma proposta unitária de índice de reajuste. O dirigente Sebastião Carlos,

---

<sup>163</sup> *Informativo Bancário*, nº 689 de 14 a 18 de julho de 2003. Órgão informativo do Sindicato dos Bancários de Santos-SP.

o Cacau, membro da Executiva nacional da CNB-CUT, analisava a questão em artigo no jornal *Opinião Socialista*:

*“Os bancários têm data-base em setembro e estão em campanha salarial, reivindicando reajuste de 21,58%. As perdas salariais são, no entanto, muito superiores. Nos bancos federais, devido aos anos de arrocho do governo FHC, os empregados do Banco do Brasil precisam de um índice de 110,47% e os da Caixa Econômica Federal de 123,38% para voltarem a ter o poder de compra da época do Plano Real.*

*Mas a Articulação Sindical, corrente majoritária no movimento nacional dos bancários, fez aprovar esse índice na conferência nacional da categoria, usando o argumento da necessidade de unificar a campanha salarial numa única mesa de negociação com a Federação Nacional dos Bancos.*

*Se, por um lado, é óbvio que unificada a categoria tem mais força, por outro também é óbvio que as reivindicações específicas podem ajudar no processo de mobilização de toda a categoria. O que é errado é rebaixar as reivindicações, justamente quando os bancários começam a retomar a mobilização.*

*A campanha salarial deste ano será o primeiro teste da autonomia das direções sindicais frente ao governo.”<sup>164</sup>*

O índice de 21,58% definido pela categoria era composto por: 16,43% que era o índice de reajuste da inflação definido pelo DIEESE, mais 0,42% de resíduo, mais 3,99% de produtividade.

Nas negociações a FENABAN ofereceu inicialmente um índice de 6% a título de reajuste, com o desenrolar, após várias paralisações parciais e uma greve de 24 horas realizada nas principais bases bancárias do país, ela elevou este índice para 9% e posteriormente atingiu a 12,6% mais um abono de R\$ 1.500,00, além de outras cláusulas econômicas. A mesa única de negociações, que seria a grande novidade da campanha, foi rejeitada pelos bancos oficiais.

No dia 08 de outubro são realizadas assembleias em nível nacional para avaliação da proposta. A orientação da Executiva Nacional dos Bancários, integrada

---

<sup>164</sup>

Jornal *Opinião Socialista*, nº 158 de 04 a 17 de setembro de 2003.

pelos principais sindicatos de bancários do país filiados à CNB-CUT (Confederação Nacional dos Bancários da CUT), era de aceitação pelos avanços alcançados. As assembleias votaram pela aprovação, sendo que a do Rio de Janeiro contou com a presença de cerca de 1.200 bancários. Depois de muitos anos a categoria bancária obtinha uma vitória com luta.

Porém esta proposta não era extensiva ao conjunto da categoria. Os bancos públicos até aquela data não se sentavam à mesa de negociações da FENABAN, mantendo negociações em separado. No dia 10 de outubro, realizou-se em São Paulo na sede da CNB-CUT, uma negociação com o Banco do Brasil. Na ocasião a empresa foi representada pelo gerente-executivo de Relações do Trabalho do Banco do Brasil, Joel Bueno, ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro, ambos filiados à CUT. Joel era um exemplo típico de sindicalista petista, analisado no capítulo 1 deste trabalho, que tinha se integrado às instituições de gestão do Estado burguês. Era velho conhecido de todos os sindicalistas presentes naquela negociação, pois quando foi indicado para exercer o cargo de executivo do BB estava em plena vigência de seu mandato na Federação dos Bancários do Rio de Janeiro.

A proposta da empresa previa um índice de reajuste de 6%, sendo que para algumas verbas salariais atingia os 12,6% da FENABAN. A proposta causou uma grande indignação e levou a Executiva Nacional dos Bancários e a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB a orientarem pela sua rejeição nas assembleias que se realizariam na segunda-feira, dia 13.

No mesmo dia deu-se uma negociação com a Caixa Econômica Federal que, diferentemente do BB, apresentou uma proposta que contemplava o índice de reajuste da FENABAN, os 12,6%, os R\$ 1.500,00 de abono, porém era inferior em outros itens. A Executiva Nacional dos Bancários e a Comissão Executiva dos Empregados da CEF de pronto orientaram a aprovação da proposta nas assembleias que, também, se realizariam na segunda-feira, dia 13.

Na edição do jornal BancáRio, do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, de 13 de outubro, a proposta foi saudada como uma grande vitória: *“Após quase uma década sem qualquer reajuste salarial, os empregados da Caixa conseguiram arrancar 12,6% de reajuste salarial e um abono de R\$ 1.500,00. Independentemente da decisão que será tomada na assembleia desta segunda-feira, dia 13, às 18:30(...), a Campanha Salarial foi vitoriosa para os funcionários, que conviveram com pressões,*

*ameaças de demissão e o arrocho (reajuste zero) imposto pelos governos neoliberais de Collor e Fernando Henrique.*”<sup>165</sup>

Mais adiante o dirigente Enilson Nascimento, filiado ao PT, avaliava: “*Este é um momento histórico. Os companheiros da Caixa devem registrar na memória este dia. Após dez anos sem receber praticamente nada, nós conseguimos, com unidade e solidariedade, arrancar os 12,6% de reajuste salarial aprovado pelos bancos privados.*”<sup>166</sup> Na mesma edição o diretor Carlos Alberto Oliveira Lima (Caco), filiado ao PC do B, avaliava a proposta como uma grande vitória e critica a postura da diretoria do Banco do Brasil: “*Diante da postura atrasada de manter uma proposta rebaixada, vamos fortalecer a greve dos companheiros do BB para que a empresa finalmente aceite seguir a FENABAN. Teremos empregados da Caixa nos piquetes do Banco do Brasil.*”<sup>167</sup>

Esta edição do jornal BancáRio continha duas orientações distintas: para os bancários da CEF a aceitação da proposta, e para os bancários do BB a proposta era deflagração de uma greve por tempo indeterminado. Uma declaração do diretor do sindicato e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, José Alexandre, sindicalista filiado ao PT, dava conta da expectativa da diretoria: “*Não abrimos mão do índice da FENABAN como patamar mínimo de negociação. A direção do BB deveria seguir o exemplo da Caixa, que teve um lucro bem inferior ao BB, mas aceitou pagar o índice da FENABAN, aprovado por toda a categoria. Sem este patamar mínimo só nos resta partir para uma greve nacional por tempo indeterminado.*”<sup>168</sup>

Mas nem todas as correntes do movimento bancário tinham a mesma avaliação. A Democracia e Luta, corrente de bancários ligados ao PSTU, e que integrava a diretoria do Sindicato como setor minoritário, tinha acordo com a orientação para a assembleia do BB, porém entendia que, também, a Caixa deveria rejeitar a proposta e entrar em greve:

*“Depois de mais de um mês de espera, o BB e a CEF apresentaram suas propostas. A CEF mantém o patamar da Fenaban. No caso do BB, o índice da Fenaban se aplica sobre uma parte menor do salário e o*

<sup>165</sup> Jornal BancáRio, nº 3.594 de 13/10/2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

<sup>166</sup> *Idem.*

<sup>167</sup> *Idem.*

<sup>168</sup> Jornal BancáRio, nº 3.594 de 13/10/2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

*percentual sobre o VP é de míseros 6%. Ao invés de romper com as "divisões" dentro do funcionalismo, a aprofunda, concedendo reajustes diferenciados.*

*A cesta-alimentação, que passou para R\$200,00 para os bancários da rede privada, seria de apenas R\$150,00 no BB e R\$80,00 na CEF. Não podemos assinar um Acordo sem sequer recuperar as perdas do último ano. A mobilização construída até agora, demonstrou que temos força para avançar. Este é o momento de exigirmos isonomia, PCS e os demais direitos que nos retiraram. O acordo da Fenaban é insuficiente para os bancários da rede privada, é totalmente indecente para os bancos públicos.*

*Para atingirmos a equiparação de reajustes concedidos aos Bancos Privados, deveríamos receber 52% sobre os nossos salários. Precisamos unir todos os que trabalham nos bancos federais, somando-se à Campanha de Petroleiros, para fazer uma das maiores greves de nossa história e conquistar as reivindicações para todos. ”<sup>169</sup>*

A assembleia do BB aprovou a deflagração da greve por unanimidade, porém na assembleia da CEF a polêmica se explicitou e para surpresa dos dirigentes cutistas, por ampla maioria a greve foi deflagrada por tempo indeterminado. A greve ganhou uma forte adesão, tanto na Caixa quanto no BB, em todo o território nacional. As energias que estavam represadas pelos ataques da era FHC, enfim estavam sendo liberadas.

A greve transcorreu com uma grande força ao longo daquela semana, até que na quinta-feira, 16/10, o Banco do Brasil apresentou uma contra-proposta : reajuste de 12,6% sobre todas as verbas salariais; o mesmo índice para o auxílio-refeição, auxílio-creche, e indenização por morte e invalidez por assalto; cesta alimentação de R\$ 200,00 (que representou um reajuste de 66% neste item); abono de R\$ 1.500,00; PLR (Participação nos Lucros e Resultados) nos patamares da FENABAN; alguns itens de isonomia para os novos funcionários; e o fim do Banco de Horas.

A orientação da Executiva Nacional dos Bancários e da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB para as assembleias que se realizariam naquela noite era de aceitação. A Democracia e Luta, por outro lado, tinha uma avaliação de que pela força

<sup>169</sup>

Panfleto *Democracia e Luta*. Edição especial BB e CEF – Campanha Salarial 2003.

do movimento a proposta poderia avançar e, portanto, defendia a rejeição da proposta e a continuidade da greve. Por maioria a assembléia deliberou pela aceitação da proposta.

Na edição do Bancário do dia seguinte, sexta-feira 17, o diretor José Alexandre fazia a sua avaliação do movimento: “*Com essa greve, começamos a recuperar nossa auto-estima, nossos direitos, nossa renda. Agora, um novo horizonte se descortina para o funcionalismo do BB, numa nova conjuntura em que a nossa luta conquista o índice e a PLR da FENABAN, para todos os funcionários.*”<sup>170</sup>

Contraditoriamente, a CEF, que primeiro se sensibilizara em torno ao patamar da FENABAN, empacava em sua proposta, o que acarretou a continuidade da greve naquela instituição em nível nacional. Até que na quarta-feira, 22, a empresa apresentou uma contra-proposta semelhante a do Banco do Brasil. A Executiva Nacional Bancária e a Comissão Executiva dos Empregados da CEF, que já tinham se satisfeito com a proposta anterior, evidentemente orientaram a aceitação da proposta para as assembléias que se realizariam naquele dia. Por coerência a Democracia e Luta, que já havia achado insuficiente a proposta do BB, defendia a rejeição da proposta e a continuidade do movimento. Tal qual na assembléia do BB, por maioria a proposta foi aprovada.

Entretanto algumas bases rejeitaram a proposta: São Paulo, Baixada Fluminense, Maranhão, São José dos Campos, Extremo Sul da Bahia, Amazonas. Em algumas dessas bases a corrente Democracia e Luta, ou outras correntes de esquerda minoritárias da CUT se faziam representar, porém em outras a rejeição se apoiava exclusivamente na radicalização do movimento. Mesmo nas bases que rejeitaram a proposta a greve foi suspensa no dia seguinte por conta da aceitação da proposta na maioria do país.

Na edição do Bancário do dia 23, Carlos Alberto de Oliveira, o Caco, fazia a sua avaliação: “*Esta campanha salarial, ao contrário de anos anteriores, não representa um ponto final na nossa luta, mas é o início de uma nova fase, onde saímos mais fortalecidos para recuperar o que nos foi retirado **no período neoliberal.** (grifo nosso)*”<sup>171</sup> Caco, a exemplo de todos os bancários ligados ao campo majoritário da

<sup>170</sup> Jornal Bancário, nº 3.597, de 17 a 20 de outubro de 2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

<sup>171</sup> Jornal Bancário, nº 3.600 de 23, 24 e 27 de outubro de 2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

CUT, relacionava a campanha vitoriosa a nova conjuntura política inaugurada pelo Governo Lula.

Esta avaliação tinha concordância em parte entre as correntes do movimento bancário. Havia um consenso de que a vitória de Lula representava um fortalecimento da luta dos trabalhadores que, ao se sentirem identificados com o governo, se sentiam mais confiantes. Porém as correntes de oposição centravam sua análise no papel do próprio governo, cuja intransigência só foi quebrada com a força do movimento grevista nos bancos públicos, e no papel da CUT, que foi atropelada na CEF, e depois disso passou o tempo todo tentando arrumar uma maneira de por fim a greve, e não em fortalecê-la visando a vitória da categoria.

Além das conquistas econômicas, os dias parados não foram não foram descontados. A avaliação feita pela base da categoria é a de que a campanha tinha sido vitoriosa e que no ano seguinte teria mais.

Na luta de classes as vitórias fortalecem os trabalhadores e foi com grande expectativa por parte da categoria bancária que se aguardou a Campanha Salarial de 2004. A campanha começou como sempre, em que pese os lucros dos bancos multiplicarem-se ano após ano desde o Governo FHC, na mesa de negociações a intransigência e arrogância eram a mesma.

A CUT fazia uma avaliação da campanha anterior de que ela tinha sido surpreendida pelo ânimo de luta da categoria, o que levou a desgastes como na CEF. Daí ela começou a preparar o segundo tripé de seu arsenal contra as lutas da categoria. Na discussão sobre o índice a ser reivindicado se dá o pano de fundo da disputa.

No interior das correntes que dirigiam o movimento logo uma polêmica se estabeleceu: de um lado os setores do campo majoritário da CUT defendiam que a reivindicação econômica tinha que ser *aumento real de salários*, abandonando a reivindicação histórica de *reposição das perdas salariais* que era defendida pelas correntes oposicionistas.

Outra polêmica, porém secundária, era o ritmo da campanha salarial. Era um ano eleitoral e os sindicalistas petistas tentavam a todo custo construir uma proposta de acordo que impedisse a deflagração de uma greve, pois isto poderia atrapalhar seus projetos eleitorais, tanto pelo dispêndio de militância na campanha salarial que poderia ser aproveitado na campanha eleitoral, bem como no choque que sempre as greves causam com setores da população.

Na base do Rio de Janeiro estas polêmicas eram travadas entre o setor cutista da diretoria do sindicato e o setor de *Democracia e Luta*, que em julho colocava a questão nos seguintes termos:

*“Uma das grandes polêmicas que ocorreram nas Conferências da categoria, foi a questão da nossa reivindicação econômica. Apesar do índice de 25% coincidir com as perdas dos bancos privados desde set/94, os sindicalistas governistas andam alardeando na categoria que o que estamos reivindicando é aumento real.*

*Considerando que as perdas do ano passado até 31 de agosto deste ano vão ficar entre 6% e 7%, eles estão preparando o discurso de encerramento de campanha. Qualquer merreca além destes índices, será cantado como vitória.*

*Se nos bancos privados isso é uma aberração, nos bancos públicos, onde as perdas ultrapassam a casa dos 100%, se torna caso de polícia a tentativa de nos fazer engolir essa manobra através desse verdadeiro estelionato.*

*Sabemos que a campanha eleitoral estará acontecendo em meio a nossa campanha salarial, mas isso não pode pressionar o sindicato para fechar um acordo rápido e rebaixado. Os companheiros da diretoria que são candidatos têm que colocar suas candidaturas a serviço de construirmos a luta para conquistarmos o melhor acordo. Qualquer coisa diferente disso é um prejuízo para a categoria.”<sup>172</sup>*

A campanha foi se arrastando pelo mês de setembro adentro, até que os banqueiros chegaram a uma proposta, 8,5% de reajuste, que se amoldava as necessidades dos setores cutistas.

Decidiram em reunião da Executiva Nacional dos Bancários convocar assembléias de avaliação da proposta para o dia 15 de setembro e orientaram a **aceitação** da proposta por parte dos bancários. Na hipótese de rejeição da proposta novas assembléias no dia 20 com indicativo de greve a partir do dia 21. O objetivo era ganhar tempo, para caso a proposta fosse rejeitada, tentar se obter uma melhoria dela.

---

<sup>172</sup>

Panfleto *Democracia e Luta*, julho de 2004. Órgão dos bancários militantes do PSTU.



*“ A Fenaban formalizou no dia 8 de setembro a proposta de reajuste de 8,5%. Dois pontos e meio percentuais a mais que a última oferta (6%). Para quem recebe salários de até R\$ 1.500, além do índice, terá mais R\$30 fixos de aumento. Com isso, os bancários que recebem o piso da categoria teriam um reajuste de 12,77%. O percentual de 8,5% deve ser aplicado sobre o salário de agosto e em todas as demais verbas e benefícios.*

*Os banqueiros ofereceram de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 80% do salário mais um valor fixo de R\$ 705, limitados a R\$ 5.010. A Fenaban se comprometeu a distribuir um mínimo de 5% e no máximo 15% do lucro líquido de 2004. A antecipação de 60% desta regra básica seria paga em até dez dias úteis após a assinatura do acordo, garantindo o valor mínimo de R\$ 900 e respeitando o limite de 15% do lucro líquido do primeiro semestre, num teto de R\$ 3.006. Os outros 40% seriam pagos em março de 2005 e os bancos podem compensar os planos próprios de distribuição dos lucros. A novidade da proposta deste ano é o pagamento de uma cesta alimentação extra, uma espécie de 13º salário. O benefício de R\$ 217 seria pago no mês em que forem acertados os valores da nova convenção coletiva. No dia 14, deverão ser realizadas assembleias para aprovação ou não da proposta.”<sup>173</sup>*

A corrente *Democracia e Luta* em panfleto que convocava a assembleia do dia 14 explicita sua divergência com a proposta e com o cronograma de lutas de campanha, de cara estampava no título *8,5% é muito ruim!* E prosseguia:

*“Os banqueiros e o governo estão de provocação. A última proposta ainda é muito ruim diante da alta lucratividade do sistema financeiro. Não há outro caminho que não seja a greve por tempo indeterminado a partir do dia 15. Essa é a única forma de dobrarmos a intransigência da FENABAN e do governo. De um lado os banqueiros privados continuam com sua velha mesquinha enquanto estão nadando em dinheiro. De outro o Governo Lula, que além de ter uma política*

173

Informe CNB-CUT, 08 de setembro de 2004.

*econômica que favorece o sistema financeiro, ainda quer arrochar os salários nos bancos públicos para sobrar mais dinheiro para continuar pagando em dia os juros da dívida. Ou seja, os banqueiros ganham de todo jeito*

*Greve somente no dia 21/09 é inaceitável*

*Não bastasse a fraca campanha realizada até agora, o rebaixamento da nossa pauta com a mentira do aumento real e o sumiço do nosso índice de 25%, agora o jornal Bancário convoca a assembléia com um edital que chama a greve apenas para o dia 21/09. Um absurdo! Não dá para esperar mais. Chega de trégua para os banqueiros e o governo! Os sindicalistas governistas instalados em nosso sindicato tem que decidir se estão com Lula e os banqueiros ou se estão com os bancários. A categoria está mais do que pronta para a greve. Há muitos anos esperamos por este momento. Mais do que uma campanha unificada temos a oportunidade de fazermos a luta unificada dos bancários do BB, da CEF, do Bradesco, do Itaú, do Unibanco, do ABNReal, do HSBC, enfim todos juntos para conquistarmos um acordo que atenda o conjunto da categoria.”<sup>174</sup>*

No Rio de Janeiro devido ao grande peso na base dos bancos públicos, que em geral são maioria nas assembléias, da corrente minoritária Democracia e Luta, a rejeição da proposta foi defendida por toda a liderança do movimento. A divergência se deu no calendário de lutas. Os setores cutistas defenderam a realização de nova assembléia dia 20 e greve a partir do dia 21. Já a Democracia e Luta defendeu greve por tempo indeterminado a partir do dia seguinte, e saiu vitoriosa na assembléia.

Também em São Paulo, principal centro financeiro do país, a greve foi deflagrada por tempo indeterminado a partir do dia 15. Vale destacar que em São Paulo a diretoria do sindicato, composta majoritariamente pela Articulação Sindical e na verdade o núcleo dirigente da CNB-CUT, defendeu a aceitação da proposta de acordo pelo fato de que ela representava um **aumento real** para a categoria, mas foi derrotada. A proposta de rejeição foi defendida pelo MNOB (Movimento Nacional de

---

<sup>174</sup> Panfleto *Democracia e Luta: construindo a CONLUTAS*. Edição Especial, setembro/04. Campanha Salarial de 2004.

Oposição Bancária). O MNOB havia sido constituído no ano anterior e era formado pela corrente Democracia e Luta, única corrente nacional do movimento, e por uma série de correntes regionais. Tinha o objetivo de se organizar nacionalmente para se contrapor aos setores governistas da CNB-CUT.

Neste momento os bancos públicos continuavam fora da mesa de negociações da FENABAN. É importante ressaltar que apesar da greve ser geral da categoria bancária, ela era muito mais forte no setor público. Porém, tanto o BB quanto a CEF alegava que só poderiam fazer qualquer proposta após a proposta final da FENABAN. Na verdade se dava uma divisão de tarefas, por um lado os banqueiros argumentavam que não podiam ir além para não prejudicar a política econômica do governo, e por outro o governo, através das direções dos bancos públicos, dizia que não podia fazer uma proposta num patamar distinto dos bancos privados.

Nesse jogo de empurra a greve foi se estendendo e as eleições se aproximando. A direção do movimento, CNB-CUT, tentava jogar a responsabilidade pelo impasse na intransigência da FENABAN, tentando tirar a responsabilidade do governo Lula, como se ele não tivesse nada a ver com a greve. Já os setores oposicionistas encabeçados pelo MNOB (Movimento Nacional de Oposição Bancária), procuravam responsabilizar principalmente o governo, que além de responsável pela política econômica e salarial, também era patrão de parte da categoria.

Na edição do jornal Bancário de 27 de setembro de 2004 foi veiculada uma manchete: “*Lula está conosco.*”<sup>175</sup> A matéria se referia a uma declaração dada pelo presidente à imprensa de que a greve dos bancários era “*democrática*”. Entretanto este não era o entendimento da categoria. Na assembléia daquele mesmo dia à noite, os bancários do Rio de Janeiro aprovaram uma moção de repúdio ao governo Lula que foi divulgada no *Bancário* do dia seguinte:

*“A assembléia decidiu ainda fazer uma moção de repúdio ao governo Lula que se mantém numa posição de morde e assopra. Lula disse nos meios de comunicação que a greve dos bancários é democrática, mas o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, negou-se a intermediar uma negociação entre os bancários e os banqueiros. Os oradores classificaram de “vergonhosa e covarde” a posição de*

---

<sup>175</sup> Jornal *Bancário*, nº 3.693, de 27 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

*Berzoini, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e da CNB e deputado federal eleito principalmente com os votos dos bancários.*<sup>176</sup>

Neste mesmo dia a posição de Lula ia ficando mais clara para os bancários. Em sua coluna no *Globo On Line*, o jornalista Ricardo Noblat noticiava:

*“Lula enfrenta bancários*

*Ora, ora, ora ... O governo não disse que ficaria de fora da greve dos bancários? Que a greve é um instrumento legítimo de luta e que os bancos ganharam muito dinheiro nos últimos anos – e, portanto, poderiam abrir mão de algum?*

*Pois Lula, o próprio Lula, o líder de muitas paralisações por melhores salários na época em que era sindicalista, ele mesmo, mandou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal endurecerem com os grevistas. Ordenou que não sejam apresentadas novas propostas salariais, que se corte o ponto dos funcionários em greve e que se prepare um recurso para dar entrada no Tribunal Superior do Trabalho.*

*O medo de Lula é que o prosseguimento da greve afete o pagamento de benefícios concedidos pelo governo à população mais carente. E, por tabela, acabe prejudicando os candidatos a prefeito apoiados pelos partidos.*<sup>177</sup>

Na edição do *Bancário* do dia 29 os sindicalistas cutistas não tem mais como ignorar esta situação. Vinícius Assumpção, presidente do Sindicato e membro da Articulação Sindical do PT, admite que o governo Lula agiu da mesma forma que governos anteriores apostando no desgaste do movimento, dizia ele: *“Não queremos que o governo estatize a greve, não pretendemos que o governo seja o pai da greve, mas que use seu poder de mediação para ajudar na solução do impasse entre a*

<sup>176</sup> Jornal *Bancário*, nº 3.694, de 28 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

<sup>177</sup> *Globo On Line*, de 28 de setembro de 2004.

*categorias e os banqueiros.*”<sup>178</sup> Ainda aqui, mesmo acusando o golpe, o dirigente faz um malabarismo para tentar minimizar a responsabilidade do governo.

A greve ultrapassou as eleições e seguiu adiante pelo mês de Outubro. O impasse continuava e o governo deixava claro sua intenção: derrotar a greve a qualquer custo. A explicar esta postura estão questões de fundo, que iam muito além da greve em si.

O governo Lula tinha uma agenda de reformas neoliberal a implementar, sendo que particularmente duas delas acarretariam grande impacto nas vidas dos trabalhadores: a reforma sindical e a reforma trabalhista. Da mesma forma que o governo FHC utilizou a greve dos petroleiros para dar um recado à classe trabalhadora, chegava a vez do governo Lula fazer o mesmo. Era importante aplicar uma derrota exemplar a greve de uma categoria de ponta como a dos bancários, para abrir caminho para a aprovação de suas reformas sem resistência.

Isto ficou tão evidente que a Executiva Nacional dos Bancários, formada majoritariamente por dirigentes que apoiavam o governo Lula, se viu obrigada a divulgar uma nota onde denunciava este objetivo:

*“... A greve nacional dos bancários está num impasse porque enfrenta uma estranha e poderosa aliança: de um lado os bancos privados, estes sob o comando da Fenaban. De outro, sob o comando do governo federal, os bancos públicos e os federalizados, com a interveniência do Poder Judiciário os quais, ao invés de buscarem o diálogo para construir uma solução negociada, preferem adotar medidas truculentas que visam claramente aniquilar e humilhar o movimento sindical bancário, violando o direito constitucional de greve e colocando em risco a própria democracia.*

*Caso similar e de triste memória ocorreu durante o Governo FHC, quando a justa greve dos petroleiros foi destroçada pelo mesmo poder dominante que se uniu buscando quebrantar os sindicatos e os grevistas, utilizando os mesmos métodos policiaiscos.*

*A intransigência descabida do segmento mais privilegiado da economia parte não apenas dos bancos privados altamente lucrativos..., mas*

---

<sup>178</sup> Jornal *Bancário*, nº 3.695, de 29 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

*também do governo federal, principal acionista do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste. Além de não negociar, as direções dos bancos públicos estão exercendo violenta pressão sobre seus funcionários, em telefonemas para suas residências, ameaçando-os a retornarem ao trabalho, com assédio moral. Os bancos públicos estão adotando métodos coercitivos e truculentos só empregados em governos que não têm compromisso com a classe trabalhadora.*

*... Os bancários estão particularmente decepcionados e indignados com o comportamento do governo federal, que está traindo seu discurso e seus compromissos ao empregar essas práticas anti-sindicais contra um movimento legítimo dos trabalhadores do ramo financeiro... ”<sup>179</sup>*

Apesar da denúncia contundente do governo federal, a nota não menciona em um momento sequer o nome de Lula. Mais uma vez os dirigentes bancários ligados à CUT faziam contorcionismo para blindar a figura do chefe do governo. Ao não serem conseqüentes na luta contra o governo que, como vimos, já tinha deixado claro seu objetivo, acabavam contribuindo para a manutenção do impasse.

A greve já tinha alcançado o seu 24º dia e o impasse continuava. Como não havia perspectiva de acordo e o governo insistia no corte de ponto dos grevistas, começou-se a discutir a possibilidade de uma saída jurídica, através da instauração de dissídio coletivo. Esta foi uma discussão bastante difícil, pois até então era um patrimônio comum a todos os que tinham participado do ascenso grevista nos anos 80 de que recorrer à justiça burguesa era um equívoco, pois colocava a solução do conflito nas mãos do Estado.

O MNOB também era parte desta tradição, uma vez que sua maior corrente, a Democracia e Luta, somente no ano anterior tinha rompido com a CUT, por ocasião da votação da reforma da previdência. Mesmo assim em uma reunião de sua coordenação nacional decidiu que iria defender nas assembléias a proposta de instauração do dissídio, uma vez que a CUT estava deixando o movimento ir para uma situação em que a manutenção do impasse poderia levar o movimento a uma derrota brutal e, com certeza, atingiria o objetivo do governo Lula.

---

<sup>179</sup> Jornal *Bancário*, nº 3.702, de 8 de outubro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Na assembléia do dia 7 de outubro os bancários do MNOB defenderam a proposta de instauração do dissídio coletivo, que foi vitoriosa por ampla maioria. Na edição do jornal *Bancário* do dia 8 de outubro em uma nota com o título “*DISSÍDIO COLETIVO: Aposta no TST*” se informava sobre a resolução da assembléia: “*A maioria dos presentes na assembléia de ontem aprovou a proposta da Oposição Bancária, apresentada por Cyro Garcia, de ajuizar dissídio coletivo no TST. A diretoria do sindicato, de forma unitária, foi contra a proposta e alertou os presentes dos graves riscos de tal decisão...*”<sup>180</sup>

A proposta foi derrotada em São Paulo e em outras bases importantes. Começou-se uma discussão jurídica se o Sindicato tinha competência para pedir a instauração de um dissídio em nível nacional, uma vez que sua base de representação é regional. Porém a CONTEC (Confederação Nacional dos Empregados em Estabelecimento de Crédito), filiada à época a CGT, se apoiando na decisão da assembléia do Rio de Janeiro decidiu instaurar o dissídio. O julgamento foi previsto para o dia 21 de outubro.

A greve, apesar de muito forte e radicalizada, em algumas bases começava a dar sinais de dificuldade. No dia 14 a Executiva Nacional dos Bancários orientou a suspensão da greve com novas assembléias marcadas para o dia 20.

A partir da suspensão da greve as lideranças cutistas começaram a desfechar uma série de ataques contra a opção de procurar o TST, inclusive insinuando que o MNOB estaria aliado à CONTEC. No Rio de Janeiro, onde a proposta foi aprovada o debate foi mais acalorado. Em uma edição especial os bancários de Democracia e Luta defendiam a sua posição:

*“Está mais do que provado que foi correta a decisão de buscar o TST. O ajuizamento deu fôlego a nossa greve que se encontrava sem perspectiva e sem nenhuma negociação em vista. A partir do debate ocorrido em várias assembléias em todo o país e a efetiva instauração do dissídio, foi retomada a discussão de propostas, mesmo que elas ainda estejam num patamar muito ruim. Ou seja, o jogo estava parado e a partir daí, começou a andar. Se dependesse da diretoria do nosso*

---

<sup>180</sup> Jornal *Bancário*, nº 3.702, de 8 de outubro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

*sindicato e dos traidores da Executiva Nacional/CNB-CUT, o destino da nossa greve seria terminar por inanição.*

*Se há hoje uma possibilidade de um desfecho que contemple minimamente a categoria num julgamento ou até mesmo uma retomada das negociações, foi porque a categoria impôs uma alternativa diferente da que queriam que engolíssemos. Portanto, o fato político criado com a discussão do ajuizamento do dissídio foi mais do que correta. Já a interferência da CONTEC nessa questão é de inteira responsabilidade da diretoria do sindicato que deu espaço para isso. A pelegada da CNB/CUT não quer ir para a cova sozinha. Depois de ter mentido muito sobre o dissídio, fez questão de participar dele como assistente da CONTEC, com poder real de se pronunciar perante o TST na audiência de conciliação e, uma vez lá, calou-se. Nem o governo nem a CNB têm certeza sobre o que poderá acontecer. Por isto, estão buscando, ansiosamente, fechar o acordo antes do dia 21/10. Não somos contrários a buscar um acordo prévio, desde que seja preservado o abono integral dos dias parados e tenhamos algum ganho financeiro.”<sup>181</sup>*

O julgamento se deu no dia 21 e a sentença do TST acabou impedindo a derrota que o Governo Lula queria aplicar no movimento. Manteve os 8,5% de índice de reajusta, porém acrescentou um abono de R\$ de 1.000,00, e, mais importante, determinou o não desconto dos dias de greve, desmoralizando o BB e a CEF que já tinham descontado os dias parados de seus funcionários.

Depois de 30 dias de um embate tão vigoroso a sensação que ficava era a de um empate como bem assinalou Luis Osvaldo Grossmann em artigo no *Correio Braziliense*:

*“Não houve vitoriosos no dissídio coletivo dos bancários, julgado ontem pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A decisão unânime dos oito juízes que participaram do julgamento manteve o índice de reajuste oferecido pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, de 8,5%. Mas os trabalhadores vão ganhar um*

181

Panfleto *Democracia e Luta*. Edição especial, Campanha Salarial 2004.



*abono de R\$ 1 mil e não terão os dias parados descontados do salário. Empregados que recebem até R\$ 1,5 mil terão outro abono, de R\$ 30. A decisão não empolgou os cerca de cem bancários que fizeram vigília, do meio-dia e até o final do julgamento, às 17h, em frente à sede do TST.*<sup>182</sup>

A sensação foi de empate, mas o resultado objetivo foi bem mais contraditório. Se por um lado é verdade que a categoria saiu frustrada com ganhos tão pequenos diante de uma luta tão árdua, é verdade, também, que o governo foi derrotado no seu projeto de tentar desmoralizá-la, a exemplo do que FHC fez com os petroleiros. Tanto é assim que ela saiu em greve nos anos posteriores.

Por seu turno a CUT foi claramente derrotada em sua estratégia. A tática da obtenção de aumento real foi atropelada pela base da categoria que queria lutar por reposição de perdas, a mesa única mais uma vez não se deu, e os dias parados não foram descontados.

Mas torna-se de fundamental importância que conheçamos sua própria avaliação da campanha. No dia 19 de outubro a Executiva Nacional dos Bancários tornou pública a sua avaliação:

*‘Após intensas negociações com os representantes dos banqueiros, no início de setembro foi construída uma proposta que não apenas repunha a inflação do período de setembro de 2003 a agosto de 2004 (6,64% pelo INPC) como garantia **aumento real de salário**. A proposta contemplava os seguintes itens:*

*a) 8,5% de reajuste nos salários e demais verbas de natureza salarial — 1,7% acima da inflação•*

*b) Incorporação de R\$ 30,00 fixos para salários até R\$ 1.500,00. Para o piso de R\$ 702,66, o reajuste e a parcela fixa equivalem a um aumento de 12,77% sobre as verbas salariais. O aumento real, considerando-se o ICV Dieese, chega a 4,60%. Para quem ganha R\$ 1.500,00, o reajuste atinge 10,50%, com aumento real de 2,5%.*

*... Dentro dos princípios que norteiam a CUT, seguidos pelos sindicatos e federações que compõem a Executiva Nacional dos Bancários, a*

182

Correio Braziliense, de 22 de outubro de 2004.

*proposta foi submetida às assembleias, com **indicativo de aceitação**. A categoria, de forma democrática e soberana, na esmagadora maioria das bases rejeitou a proposta e decidiu pela deflagração da greve nacional e unificada da categoria bancária.*

*Com o passado de perdas e os incontestáveis avanços econômicos representados por essa proposta, a **Executiva Nacional dos Bancários acabou subestimando o anseio da categoria por um processo de reposição mais acelerado** (grifo nosso) Construimos a mais longa e forte greve da categoria, com adesão dos bancários de instituições privadas e públicas, das capitais e do interior, em todos os Estados da federação.*

*Apesar da força da greve e da disposição de luta dos bancários, esbarramos na intransigência dos banqueiros e do governo federal, que fecharam todas as portas de negociação e lançaram mão de todos os meios, muitos ilegítimos, para impor uma derrota à categoria.*

*Recorreram à justiça e conseguiram interditos proibitórios, para impedir que os sindicatos fizessem seu trabalho de esclarecimento nas portas das agências; recorreram às polícias militar e federal para agredir sindicalistas, bancários e bancárias que estavam exercendo seu legítimo direito de greve; recorreram ao uso das ameaças de demissão, telegramas para as residências dos grevistas, telefonemas aos familiares; e muitas outras formas de pressão.*

*Aliados à Contec, os pseudo-revolucionários propuseram a divisão da categoria e a ida ao TST para entregar a maior greve bancária aos alcos dos trabalhadores.”<sup>183</sup>*

Esta avaliação ainda foi feita no calor da refrega. Mais uma vez se minimizava o papel do Governo Lula para o resultado final da greve e procurava jogar a responsabilidade sobre os setores de oposição que defenderam a saída do impasse através do TST. Chega a ser um deboche a maneira como tratam a necessidade de reposição de perdas por parte da categoria, quando usam o termo “*processo de reposição mais acelerado*”, em se tratando de uma categoria em que setores passaram anos sem reajuste.

---

<sup>183</sup>

Nota da Executiva Nacional de Bancários de 19 de outubro de 2004. CUT Notícias.

Em dezembro, o presidente da CNB-CUT Vagner Freitas, militante do PT, em entrevista para a *Revista dos Bancários* retoma o balanço, reafirmando seus pontos centrais e procurando aprofundar a análise no que toca ao papel do Governo Lula. Esquece totalmente que foi o próprio Lula a determinar o corte de ponto, e tenta fazer uma separação entre as administrações dos bancos públicos e o governo federal, como se estas instituições não fossem parte integrante dos instrumentos de aplicação da política econômica do governo e cujas diretorias não fossem nomeadas pelo próprio governo:

*“É diferente ter um trabalhador na Presidência em lugar de quem faz tudo pelos banqueiros, como era o governo FHC. Temos contato e fomos recebidos por diversos membros do governo, como o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. Mas ainda há muitos problemas que não foram resolvidos. E sabemos das disputas que existem na sociedade brasileira e que só avançaremos por meio de nossa força e pressão, não por concessão de nenhum governo. Negativa foi a atuação das direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Não foi a que esperávamos de um governo popular, pois demonstraram desrespeito pela lei de greve e pela livre manifestação. A repressão interna também foi muito parecida com a que ocorria nos governos passados, mostrando a falta de compromisso com os trabalhadores. Sabíamos que existiriam conflitos, mas não esperávamos repressão como a da direção da Caixa, que chamou a Polícia Federal para reprimir o movimento em sua sede. **Em um governo do Partido dos Trabalhadores isso é um absurdo** (grifo nosso).”<sup>184</sup>*

Apesar de todas as tentativas de blindar a figura de Lula, tentando inclusive estabelecer uma diferença entre ele e FHC, no que toca a relação com os banqueiros, o que é um total despropósito, haja vista a lucratividade do setor financeiro que aumenta ano após ano em seu governo. É importante para o objetivo de nosso trabalho a última parte da entrevista quando denuncia a repressão brutal havida na Caixa Econômica Federal, que também tem em seus quadros dirigentes ex-sindicalistas petistas.

---

<sup>184</sup> *Revista dos Bancários*, nº 101 de dezembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários de São Paulo-SP.

A greve de 2004 causou um profundo impacto nas campanhas salariais posteriores. Apesar da derrota aplastante ter sido evitada, o instrumento da greve saiu desgastado. Além da direção cutista tentar mistificar o balanço da greve, responsabilizando a ida ao TST como sendo o fato responsável pelo insucesso do movimento, um setor da base da categoria abstraiu a intransigência do governo e dos banqueiros, e viu no processo de automação o grande vilão da greve.

É verdade que o processo de automação dificulta em muito o trabalho de organização da categoria bancária. Grande parte dos serviços é executada através de sistemas que prescindem da presença física do bancário, embora muitas vezes necessitem de trabalhadores para operar, como os vigilantes e técnicos de manutenção, sempre contratados via empresas terceirizadas. Na tecnologia do Banco do Brasil, onde sempre se dá um quadro de greves com grande adesão, se comenta que com um CD você pode botar o banco para funcionar sem sair de casa. Porém, quando falamos em greve, falamos em um fato social por excelência, que se insere num contexto de luta de classes e que, portanto, vai muito além de dar ou não prejuízo ao empregador. A greve tem repercussões sociais, econômicas e políticas. Várias foram às análises no sentido de que parte da queda do desempenho eleitoral do PT no segundo turno das eleições de 2004 foi provocada pela greve dos bancários.

Independente de qualquer coisa não é objetivo deste trabalho fazer uma discussão mais aprofundada sobre o real significado das greves bancárias nos dias atuais. O certo é que a categoria se sentiu fragilizada para as campanhas dos anos seguintes, o que facilitou a tarefa da CUT de continuar construindo o seu tripé.

Na campanha salarial de 2005 a Conferência Nacional dos Bancários convocada pela CNB-CUT, fórum basicamente de dirigentes sindicais com quase nenhuma participação da base, realizada em São Paulo de 30 a 31 de julho daquele ano, aprovou como índice de reivindicação 11,77% (5,69% de inflação do período, mais 5,75% de aumento real). A maioria cutista impôs sua estratégia de campanha derrotando os setores que defendiam a luta pela reposição das perdas salariais. Só no Banco do Brasil chegava a 80%.

Os bancos públicos, por seu lado, passaram a participar da mesa única de negociações da FENABAN. Após um balanço das duas últimas greves os dirigentes dessas empresas constataram que, apesar de se deflagrar greve no conjunto da categoria, ela só acontece de fato nos bancos públicos e, portanto, estas instituições poderiam se blindar com a dificuldade de mobilização do setor privado.

Após seis dias de greve se fechou um acordo que contemplava 6% de índice de reajuste, um abono de R\$ 1.700,00, além de outras cláusulas. Na assinatura do acordo o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal impuseram o desconto dos dias de greve e os dirigentes cutistas aceitaram.

Enfim estava composto o tripé da traição aos interesses da categoria bancária: 0,31% de aumento real, mesa única da FENABAN e desconto dos dias parados.

Para viabilizar sua estratégia a direção cutista passou a priorizar nas mesas de negociação o pagamento da PLR (Participação dos Lucros e Resultados), que nada mais é do que o retorno de parte da mais valia extraída dos bancários, mas que devido a situação de arrocho da categoria sempre se rende ao imediatismo. Para as empresas, trata-se, além disso, de uma forma de transformar parte da remuneração em parcela isenta da maioria das contribuições sociais que recaem sobre os salários propriamente ditos.

Como se fosse a repetição de um filme, o mesmo se deu na campanha salarial de 2006. A Conferência Nacional Bancária da CONTRAF-CUT, realizou-se de 27 a 30 de julho em São Paulo. A CNB mudou de nome para CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) em função de algumas disputas judiciais com a CONTEC.

O índice a ser reivindicado era 7,05 % de aumento real mais a inflação do período. Após 16 dias de greve do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, com desigualdades em nível nacional, foi assinado um acordo com 3,5% de índice de reajuste, índice que já havia sido assinado com a FENABAN. Os bancos públicos alegavam os limites impostos pelo setor privado e, apesar da greve, só se limitou a apresentar algumas propostas pouco substanciais de isonomia e se utilizaram mais uma vez da chantagem da PLR. Dessa vez a compensação dos dias parados não foi obrigatória.

Mais uma vez a categoria saiu se sentindo derrotada, afinal fazer greve para levar 3,5% e a PLR realmente era muito pouco.

Na campanha de 2007 o enredo se repetiu. A Conferência nacional Bancária da CONTRAF-CUT realizou-se em São Paulo de 27 a 29 de julho de 2007. O índice a ser reivindicado aprovado foi de 10,3% (4,8% de inflação do período mais 5,5% de aumento real). Tal qual nos anos anteriores as correntes majoritárias da CUT

impuseram a tática da obtenção de aumento real. Falar em reposição de perdas nos fóruns da CUT estava se tornando uma heresia.

Esta campanha se deu em base a uma grande desigualdade no processo de mobilização. Além da tradicional desigualdade entre o setor público e o privado, também havia uma desigualdade na mobilização entre os próprios bancos públicos. O BB tinha sofrido no primeiro semestre uma reestruturação que provocou um êxodo nos antigos funcionários, através de um Plano de Aposentaria Incentivada, e um ataque aos remanescentes com extinção de dependências, corte de comissões, etc...Tudo isto interferiu negativamente no ânimo do funcionalismo. Já os funcionários da CEF estavam bastante radicalizados.

A FENABAN sempre fez a sua parte no teatro das negociações. Neste ano ofereceu como índice os 4,8% da inflação do período, porém alegava não ter como arcar com qualquer índice de aumento real. No dia 28 de setembro a categoria entra em greve e no dia 02 de outubro a FENABAN oferece 1,13% de aumento real, para júbilo dos setores cutistas. A proposta atinge 6% e é aceita no mesmo dia 2 pelo setor privado, posteriormente pelo Banco do Brasil, que faz greve até o dia 3. Porém os bancários da CEF só saíram da greve no dia 09 de outubro. As propostas de PLR foram melhoradas, foram oferecidas algumas questões específicas nos bancos públicos e os dias parados não foram compensados.

A intenção não era fazer um balanço detalhado das campanhas de 2005 a 2007, sendo certo que em todas elas se deu um embate fortíssimo entre os setores governistas do movimento e os setores de oposição ligados ao MNOB/CONLUTAS. Em várias assembleias a CUT foi derrotada, tendo que rever seus planos mais imediatos.

O que queremos sim é reafirmar a hipótese de que a CUT cumpriu um papel determinante para impedir o avanço da categoria bancária, que tem demonstrado ao longo desses anos sua disposição de luta, mas que tem esbarrado sistematicamente com o governismo cutista. Quer seja através da tática falaciosa de lutar por um aumento real, que impõe índices rebaixados à categoria, bem aquém do seu potencial de luta, sem falar que são índices construídos em parceria com os banqueiros e o governo com o intuito de preservar a política econômica do Governo Lula. Quer seja através da mesa única da FENABAN, que hoje nada mais é que uma divisão de tarefas onde os banqueiros dizem que não podem ir além no atendimento das reivindicações para não prejudicar a política de Lula, e os bancos públicos dizem que não podem ir além pois não podem romper com os limites impostos pela FENABAN. Sem falar no crime que

foi a assinatura de acordos prevendo o desconto dos dias parados com o claro objetivo de desgastar o instrumento da greve perante a categoria.

A CUT de hoje não representa nem uma pálida lembrança da CUT dos anos 80. Foi cooptada pelo governo Lula e hoje representa um obstáculo ao desenvolvimento das lutas dos trabalhadores. Sua grande preocupação hoje é apoiar as reformas neoliberais do governo como a sindical e a trabalhista.

Ao rever a trajetória da CUT nos reportaremos a Trotsky, que ao analisar os sindicatos na época de decadência do imperialista e a integração das organizações sindicais ao poder de Estado, admitia que para eles só havia dois caminhos: *“os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado”*.<sup>185</sup>

Guardadas as devidas proporções fica claro que a CUT escolheu o primeiro caminho. Não existe nenhum processo revolucionário em curso no momento no país, mas é categórico que a CUT hoje se presta a subordinar e disciplinar os trabalhadores de acordo com os interesses do Governo Lula.

Mas como dizia o poeta *“o novo sempre vem”* e estamos assistindo no país um novo momento na reorganização da classe trabalhadora. Surgem organizações como a CONLUTAS que aglutina setores que já fizeram a experiência com a CUT e pretendem construir um organismo de luta, autônomo e independente dos patrões e dos governos.

Encerraremos este capítulo mais uma vez recorrendo a Trotsky:

*“Portanto, as seções da IV Internacional não devem somente esforçar-se sempre para renovar o aparelho dos sindicatos, propondo decididamente, nos momentos críticos, novos líderes dispostos à luta no lugar dos líderes rotineiros e carreiristas. Devem também criar, em todos os casos em que seja possível, organizações de combate autônomas que respondam melhor aos objetivos da luta de massas contra a sociedade burguesa, não retrocedendo, se necessário, nem ante um rompimento direto com o aparelho conservador dos sindicatos. (...) Os sindicatos não são um fim em si mesmos, são apenas meios que*

---

<sup>185</sup>

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicatos*. Editora Kairós, São Paulo, 1978.

*devem ser empregados na marcha em direção à revolução proletária.”<sup>186</sup>*



## CAPÍTULO 4

### DO PT RADICAL AO PT NEOLIBERAL

Ao longo da década de 90 a corrente majoritária do PT realizou um profundo movimento para enquadrá-lo em seu projeto de conciliação de classes. Assistimos a uma série de modificações em suas formulações teórico-estratégicas ou bases programáticas, compreendendo-se aí a sua política de alianças. Passam a dominar nos pressupostos teóricos do partido a “democracia como valor universal”, a disputa da “hegemonia” nas instituições democráticas, a “ética na política”, a “cidadania”, a “inclusão” social dos despossuídos e a “inserção soberana” na economia globalizada.

Consolida-se no interior do partido um projeto de reformas do capital. A defesa da “cidadania” se transforma no eixo do programa “propositivo” do PT. O partido abandona as mais elementares medidas antiimperialistas e anticapitalistas, além de qualquer resquício de independência de classe. Nos debates preparatórios do I Congresso do PT, realizado em 1991, Luis Gushiken, um dos principais dirigentes petistas e futuro integrante do ministério de Lula, defendia com clareza o porquê dessas mudanças:

*“Os textos nossos tem um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação antiimperialista como um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergência – é a questão do imperialismo. Porque qual a idéia de imperialismo que tem o PT? E a empresa estrangeira? Uma coisa concreta. Nós podemos nos relacionar com o capital estrangeiro tal como nós tínhamos formulado, na relação com o imperialismo. Acho que mudou. Mudou. Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se forem perguntar para o Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele*

*tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contrapartida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação do preço, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas, desagregou. E, durante longo tempo, ele era uma referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação antiimperialista como centro.”<sup>187</sup>*

Como vimos no capítulo anterior a CUT e os sindicatos ligados à Articulação começaram a assumir o perfil do sindicato “cidadão” mudando o centro de sua atuação para as câmaras setoriais, os organismos tripartites, as bolsas de emprego e as escolas de qualificação profissional financiadas com o dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Estas mudanças não se deram sem uma profunda crise no seu interior, bem como, com profundas contradições entre suas resoluções congressuais e a prática de seus militantes. Um ótimo exemplo disso constatamos com mais profundidade no primeiro capítulo da tese, ao confrontarmos as resoluções dos Congressos e Encontros petistas no tocante a política de privatizações do governo FHC, que eram de rechaço a esta política, com a prática de seus militantes que integravam os fundos de pensão de trabalhadores.

Uma outra transformação importante se operou nas campanhas eleitorais, envolvendo a política de alianças, programas de governo e, inclusive, os financiamentos de campanha, como vimos no capítulo 2, se assemelhando cada vez mais aos grandes partidos burgueses.

A derrota nas eleições de 1994 acelerou este processo. O otimismo quanto ao resultado das eleições era enorme no interior do partido. Por ocasião do 9º Encontro

---

<sup>187</sup>

Disgravação de debate preparatório ao 1º Congresso do PT, 1991. CSBH. Mimeo.

Nacional, realizado de 29 de abril a 1º de maio daquele ano, na resolução de conjuntura em seu item 6 a eleição de Lula era dada como certa: *“A ofensiva neoliberal, viabilizada pela eleição de Collor, sofreu um duro golpe com o impeachment. Desde então, fica cada vez mais claro para o País que só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retornar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se desde 1992, com um único intuito: impedir nossa vitória eleitoral.”*<sup>188</sup>

Mais adiante, numa avaliação da candidatura FHC, subestimava-se os efeitos do Plano Real sobre a consciência dos trabalhadores: *“Mas as chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas: falta ao “cruzado dos ricos” o mínimo apelo popular.”*<sup>189</sup>

Contrariando as expectativas o “cruzado dos ricos” ganhou, trazendo uma grande perplexidade para as hostes petistas. Tanto assim que no dia seguinte ao das eleições, Francisco Weffort, um dos fundadores do partido e ex-secretário-geral, publica um artigo na *Folha de São Paulo* saudando o novo governo:

*“Se sua [de FHC] obra permite alguma previsão sobre a sua conduta futura, esta será a de um chefe de Estado empenhado na modernização e na democratização da sociedade brasileira. Ele desejará que o país continue crescendo mas que seja menos injusto –esse é o ponto. Significa dizer, desde logo, que quem quiser fazer oposição ao novo governo supondo que seu presidente é um conservador, estará tomando o caminho errado”.*<sup>190</sup>

É emblemático que o nome do artigo seja: *“A segunda Revolução Democrática”*, o mesmo nome adotado por Lula para ao seu programa de governo: *“Programa da Revolução Democrática”*. As mudanças que aconteciam no interior do partido levavam Weffort a avaliar que não tinha tanta diferença assim entre o PT e o PSDB. Era muito desconfortável alguém que gozava da máxima confiança da corrente majoritária sair do partido para o governo FHC sustentando que havia mais

---

<sup>188</sup> *Idem*, p 578

<sup>189</sup> *Idem*, p 580

<sup>190</sup> WEFFORT, Francisco. A Segunda Revolução Democrática. *Folha de São Paulo*, 04/10/94, caderno especial, p. A 2.

semelhanças que diferenças entre o PSDB e o PT: *“Tanto quanto escolher entre Caetano e Chico, escolher entre FHC e Lula é uma vontade de se torturar. Fico com os dois, admiro os dois, são líderes muito importantes para o Brasil.”*<sup>191</sup>

No 10º Encontro Nacional, realizado de 18 a 20 de agosto de 1995, em Guarapari, o partido faz um profundo balanço sobre as eleições: *“A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambigüidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia”*<sup>192</sup>

Este balanço tem conseqüências imediatas no programa do partido. No mesmo Encontro estabelece que a defesa da nação passa pela elaboração de uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla: *“A defesa da Nação exige uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e valorização do trabalho. Não se trata de assumir uma posição isolacionista no mundo, mas de assegurar a complexidade do nosso sistema produtivo, garantindo maior equidade social (em um País que detém a pior distribuição de renda do planeta) e preservando o meio ambiente”*<sup>193</sup>

Lula, no mesmo Encontro, em seu discurso de despedida da presidência do partido é mais explícito no que significa uma aliança social mais ampla:

*“Criamos o PT para que o povo brasileiro tenha um canal político, uma legenda que represente os interesses da maioria, uma bandeira em torno da qual se mobilizam as donas de casa e os sem-terra os operários e desempregados, negros e mulheres, estudantes e intelectuais, produtores culturais e **empresários interessados na modernização do Brasil**, compatível com a redução das desigualdades sociais”*<sup>194</sup>

<sup>191</sup> Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1994, p. 2.

<sup>192</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998, p. 629

<sup>193</sup> Idem, p. 623

<sup>194</sup> [www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

Lula deixou claro, com todas as letras, que o PT das origens, sem padrão, já não existia mais. De certa forma era uma resposta nas entrelinhas às correntes da esquerda do partido, que na sua luta contra as mudanças que estavam sendo impostas no partido pelo chamado Campo Majoritário (Articulação e Democracia Radical), clamavam pelo “PT das origens”.

As mudanças programáticas atingiram, também, o perfil oposicionista do partido. Nas eleições municipais de 1996 vimos Luiza Erundina, candidata a prefeita de São Paulo, ser a principal porta-voz do “PT que diz sim”, o que escandalizou amplos setores da base do partido. Em 1998, Lula, em seu primeiro programa de TV da candidatura presidencial, trocou as bandeiras vermelhas do PT por bandeiras brancas.

O que se operou no PT, segundo alguns autores, foi um processo de “transformismo”, conceito utilizado por Gramsci em sua análise do período da história italiana conhecido como *Risorgimento*, durante o qual se deu à formação do Estado moderno na Itália. Filgueiras e Gonçalves o definem da seguinte maneira:

*“O termo denomina o fenômeno de assimilação e implementação, por parte de indivíduos (transformismo molecular) e/ou agrupamentos políticos inteiros (transformismo de grupos), do ideário político-ideológico dos seus adversários ou inimigos políticos. Sinteticamente, trata-se de um processo de adesão (individual ou coletiva) ao bloco histórico dominante, por parte de lideranças e/ou organizações políticas dos setores subalternos da sociedade, com o abandono de suas antigas concepções e posições políticas.”*<sup>195</sup>

Coelho em sua pesquisa sobre a evolução teórica das correntes majoritárias do PT, estudou, a partir do conceito, as mudanças no interior do partido. E, também partindo de Gramsci, assim o definiu:

*“Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou “de grupo” e obtida por diferentes “métodos”, de intelectuais (“elementos ativos”) das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação*

---

<sup>195</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2007. p. 182

*“molecular” dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção do transformismo como mecanismo de atração de intelectuais exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função da sua “condensação ou concentração orgânica”. Na medida em que este conceito designa um dos elementos constitutivos do “mecanismo” geral de hegemonia, não é de estranhar que através dele se possa estabelecer certas analogias históricas. É com esta definição que se pode propor o emprego do conceito como critério de interpretação da história recente dos grupos de esquerda que pesquisamos.*

*O aspecto determinante do transformismo das duas tendências petistas foi a dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora. Vimos nos capítulos da segunda parte como esta dissolução aparece nas formulações das correntes: organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do “espírito de cisão” foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante.”<sup>196</sup>*

Entendemos que o “transformismo” petista se deu em função da burocratização do partido, fruto de seus êxitos eleitorais e de sua integração acelerada ao aparelho do Estado burguês.

Analisaremos, a partir de agora, como se deram na prática estas mudanças no ideário teórico-programático do partido. Tomaremos alguns aspectos do programa que sempre foram alvo de calorosos debates no interior do partido.

---

<sup>196</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH-UFF, Niterói, 2005.

## O SOCIALISMO PETISTA

Apesar de certa ambigüidade, quer seja por problemas de ordem legal, quer seja por falta de aprofundamento da discussão, o PT reivindicou o socialismo desde os seus primórdios. Nos documentos fundacionais era utilizada a expressão de Marx “*sociedade sem explorados nem exploradores*”. Entretanto, na Carta de Princípios, lançada no 1º de Maio de 1979, constava: “*O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.*”<sup>197</sup>

Somente por ocasião do 5º Encontro Nacional, realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987 em Brasília, é que o PT resolveu aprofundar a discussão sobre o tema do socialismo. Pressionado pelo ascenso do movimento de massas, após um amplo debate, as resoluções do 5º Encontro davam um destaque para o socialismo como um objetivo estratégico do PT:

*“A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT.*

*Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia-a-dia e a luta mais geral pelo socialismo.*

*Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar da sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.*”<sup>198</sup>

197

PEDROSA, Mario. *Op. Cit.* p.61

198

*Resoluções...Op. Cit.* p.316

A resolução, extensa, também dava conta da relação entre socialismo e democracia. Os ventos do Leste-europeu sopravam fortes e já havia muitos indícios da crise que, em breve, teria lugar naquele continente:

*“... A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado..*

*...Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como um instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.<sup>199</sup>*

As resoluções do 5º Encontro foram recebidas com entusiasmo pela militância do PT. O partido fortalecia seu conteúdo ideológico e se fortalecia como um instrumento de intervenção na luta de classes. Gurgel analisa as resoluções do 5º Encontro como uma resposta ao aumento da cobrança de definições mais claras e à necessidade de uma maior consistência política e orgânica:

*“Estas cobranças tiveram como porta-voz os próprios membros do Partido, como confessa a Resolução do V Encontro Nacional, no capítulo sobre o socialismo. A resposta veio na mesma Resolução, que reafirma o socialismo como objetivo estratégico, redescobre o Estado como instrumento de mudança, recupera propostas de socialização, estatização e coletivização das grandes empresas, dos bancos e das*

---

<sup>199</sup>

Idem. p.318.



*oligopolistas “cooperativas” agroindustriais, chama à centralização partidária, exige do partido que se torne o dirigente das lutas populares, reclama unidade partidária e, por fim, assume o centralismo democrático, sob uma fórmula discreta, porém inconfundível.”*<sup>200</sup>

O entusiasmo do autor vai além. Assevera ele que: “*O V Encontro Nacional parece ter desequilibrado o jogo interno em favor de um conceito de partido socialista mais próximo do modelo clássico.*”<sup>201</sup> O contraponto a este entusiasmo é feito por Azevedo que, em sua análise sobre as Resoluções do 5º Encontro, reconhece a mesma ambigüidade dos anos anteriores, acentuando a idéia de que o caminho para o socialismo deveria ser trilhado a partir da via democrática:

*“Sobretudo, há profundas contradições e dúvidas quanto à via petista para a pretendida transformação da sociedade no sentido do socialismo. É particularmente problemática a separação que se estabelece entre os momentos de “tomada do poder” e de “construção do socialismo”, incompatível com a idéia da via democrática ao socialismo.”*<sup>202</sup>

A discussão sobre o socialismo petista foi retomada no 7º Encontro que se realizou em meio a uma série de fatos marcantes da conjuntura nacional e internacional. O PT estava recém-saído da derrota eleitoral de Lula, numa campanha em que as chances de vitória estiveram realmente colocadas. Várias administrações de prefeituras petistas encontravam-se num impasse. As lutas dos trabalhadores começavam a arrefecer. Na esfera internacional, o neoliberalismo ia consolidando sua hegemonia e, por outro lado, o chamado “socialismo real” entrava em sua *debacle* definitiva.

Diferentemente das afirmações categóricas do 5º Encontro, no texto aprovado, podem ser verificadas várias questões em aberto:

<sup>200</sup> GURGEL, Cláudio. *Op. Cit.* p. 126.

<sup>201</sup> Idem. *Ibidem.*

<sup>202</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Op. Cit.* p. 66.

*“Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas arditos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.”<sup>203</sup>*

As respostas a tantas questões acabavam por ser dadas muito mais por negativas do que por elaborações afirmativas. Idéias de radicalidade e criatividade eram valorizadas, em nossa análise para tentar suprir o vácuo de definições mais contundentes. A isso se somava o uso bastante singular do arsenal conceitual de Gramsci, em que a idéia de hegemonia vinha combinada a uma dissociação entre sociedade civil e Estado, muito mais próxima da concepção liberal que da noção de Estado “ampliado” gramsciana:

*“Para algumas dessas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de luta. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.”*

---

<sup>203</sup> Resoluções...Op. Cit. p. 435

O mesmo tipo de indefinição parecia dominar a caracterização das relações econômicas projetadas para a construção do socialismo:

*“(...) O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.*

*(...) No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.”<sup>204</sup>*

Por ocasião do 1º Congresso, realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo, os elementos conjunturais existentes à época da

<sup>204</sup>

Resoluções...Op. Cit p.433/435

realização do 7º Encontro estavam todos mais agudizados. O “socialismo real” tinha entrado em colapso no Leste Europeu. O neoliberalismo ampliava a consolidação de sua hegemonia com a total dominação da América Latina, incluindo o Brasil de Collor de Melo. Nas Resoluções, foi aprovado o papel central da disputa de hegemonia.

No que diz respeito ao socialismo, o tema foi debatido com alguma profundidade, e somente será retomado no 2º congresso do Partido, em 1999. A resolução aprovada sobre o socialismo demonstrava o avanço das posições reformistas. De 1.196 delegados, a Articulação obteve 476 votos, enquanto a Nova Esquerda, que continha posições semelhantes obteve 127 votos. A Resolução negava o socialismo real e a social-democracia, porém elevava, cada vez mais, a democracia representativa a um valor universal e conciliava também com a economia de mercado:

*“É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc. onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder.*

*A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do “socialismo real” (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação do planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição da riqueza, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais...*

*O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob o controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.”<sup>205</sup>*

Passou-se quase uma década sem que o PT voltasse a discutir a questão do socialismo, até que nos debates preparatórios ao 2º Congresso do PT, que se realizou em Belo Horizonte - MG, de 24 a 28 de novembro de 1999, surgiu a discussão no interior do partido se o socialismo deveria ou não ser assumido pelo partido. O debate foi acompanhado pelos principais meios de comunicação, e tinha no deputado federal José Genoïno o mais enfático defensor do abandono do socialismo por parte do PT, no lado oposto se encontrava a então senadora petista Heloisa Helena, que elogiava a transparência de Genoïno, mas criticava duramente sua posição.

O Congresso acabou encontrando uma saída salomônica, reafirmando tanto a decisão do 7º Encontro, quanto a do 1º Congresso, que como vimos guardam ambigüidades entre si. Porém “avançava” em almas questões:

*“ O PT nasceu e se desenvolveu em meio à crise mundial dos grandes paradigmas de esquerda deste século e do colapso do modelo nacional-desenvolvimentista em nosso país.*

*O PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não busca o “assalto ao poder” por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de Estado para amenizar o capitalismo.*

*O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma Revolução Democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento.*

---

<sup>205</sup>

Idem. p.500

*A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas auto proclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos*

*O V Encontro do PT (1987) destacou a importância de uma política de acumulação de forças. É nesse processo que se alteram relações de poder, constrói-se uma nova hegemonia e criam-se condições para novos e decisivos passos visando a grande transformação da sociedade brasileira.*

*A acumulação de forças é um complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais. Temos responsabilidades com o país.*

*...O socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo. Os avanços produzidos pela revolução tecnológica em curso e a internacionalização da economia reforçam suas bases objetivas. Mas o socialismo não é uma inevitabilidade, mas construção histórica.*

*Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas. Nesse sentido, reafirmamos as resoluções do VII Encontro Nacional e do Primeiro Congresso do partido.”<sup>206</sup>*

Na verdade, apesar de se referir ao socialismo, a grande ênfase da resolução é sobre a Revolução Democrática e percebe-se que não se fala mais do socialismo como resultado de um processo de “reformas estruturais” de caráter econômico-social como, por exemplo, a estatização dos setores estratégicos da economia ligados à infraestrutura do país, mas sim como resultado de uma vaga “reorganização da sociedade, da economia e da política”. A saída para as indefinições continuava a ser a vaga afirmação de que o socialismo do PT seria definido depois, mas agora sequer pelos trabalhadores, e sim pelas “maiorias sociais”.

---

<sup>206</sup>

## O ABANDONO DA LUTA ANTIIMPERIALISTA

Como vimos a “Revolução Democrática” afastou cada vez mais o partido do caminho da construção do socialismo. Tampouco a “Revolução Democrática” se propunha antiimperialista. Num país de economia dependente como o nosso, para se ter uma inserção soberana de fato na economia globalizada o primeiro passo deveria ser a ruptura com os acordos mantidos com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa. O PT fez exatamente o oposto, abandonado paulatinamente qualquer traço de luta antiimperialista.

Procuraremos demonstrar essa situação, fazendo uma retrospectiva das posições do PT sobre algumas questões nevrálgicas relativas à reação contra o avanço do neoliberalismo no país. Tomaremos principalmente as resoluções sobre dívida externa e o sistema financeiro, questões que estão interligadas.

No que concerne à dívida externa, por seu forte caráter ideológico e até mesmo pela situação calamitosa em que vivia o país, as mudanças não são tão explícitas, porém elas se tornam evidentes, quanto ao sistema financeiro.

A plataforma política do Movimento Pró-PT de 1979, tinha um claro conteúdo antiimperialista. No item 3, denominado "Questão nacional", constava as seguintes consignas dentre outras:

- “. Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- . Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- . Estatização das grandes empresas e bancos;
- . Política externa independente.”<sup>207</sup>

Em 1980, no programa de fundação, apesar de bastante genérico pelo fato de ter que ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral, em plena vigência da ditadura militar, no item V, "Independência nacional", constava:

- “. Contra a dominação imperialista;
- . Política externa independente;
- . Combate à espoliação do capital internacional;

<sup>207</sup>

Resoluções... Op. Cit. p.59/60.

- . *Respeito à autodeterminação dos povos;*
- . *Solidariedade aos povos oprimidos.* ”<sup>208</sup>

Já no II Encontro Nacional, realizado em 1982, o PT se preparava para as suas primeiras eleições e no item 8 da plataforma política eleitoral abordava essas questões de uma maneira contundente:

*“Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos da dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população, e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.*

*O país não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.*”<sup>209</sup>

Por ocasião do VI Encontro Nacional, realizado em 1989, ao se discutir as bases do PAG (Plano de Ação do Governo), da campanha de Lula as questões foram tratadas. Em relação à dívida externa, o partido manteve sua posição, iniciando, porém, o processo de flexibilização quanto ao sistema financeiro que era tratado no item 3:

208

Idem. p.73

209

Idem. p.124



*“O gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial, o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuamente, sem atender a sua função básica de financiar a atividade produtiva e o investimento. Para isso, o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização.”*<sup>210</sup>

A dívida era tratada no item 4:

*“O PT considera que a dívida externa do Brasil além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis, em grande parte, pela miséria dos povos do Brasil e do continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente contra o pagamento da dívida externa. O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação de legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para a adoção de uma estratégia comum de ação.”*<sup>211</sup>

Como já foi dito anteriormente o I Congresso Nacional do PT, representou um marco na inflexão que o partido tomaria na década de 90. No texto aprovado sobre as eleições de 1994, dilui-se a questão da suspensão do pagamento da dívida externa e no item 15 da Resolução de Conjuntura, omite-se a estatização do sistema financeiro, que é substituída por uma mera reforma financeira, formulação esta que permanecerá ao longo da década de 90. Pela primeira vez, o partido se refere apenas ao não pagamento dos serviços da dívida externa:

---

<sup>210</sup> Idem. p.412

<sup>211</sup> Idem. p.412

*“ Reforma financeira e monetária combatendo duramente a especulação e a sonegação;  
 . Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos. ”*<sup>212</sup>

No X Encontro, realizado em 1995, no documento aprovado sobre conjuntura nacional, a reforma do sistema financeiro é abordada de maneira ainda mais diluída e pela primeira vez altera-se a ênfase na questão da suspensão do pagamento da dívida externa, subordinando-a a realização de uma renegociação e a uma auditoria :

*“ Reforma do sistema financeiro que garanta a redução efetiva da taxa básica de juros cobrados em operações com títulos públicos de curto prazo processando-se um progressivo alongamento do perfil de vencimento dos títulos da dívida interna.  
 . Renegociação da dívida externa do país e auditoria da dívida sem as quais não haverá outra alternativa que não seja suspensão unilateral do pagamento da dívida externa. Devemos lutar também por uma articulação internacional de propostas que assegurem o controle público sobre a mobilidade do capital financeiro internacional, que hoje desestabiliza os países e estimula a especulação financeira em caráter global. ”*<sup>213</sup>

Constatamos que, à medida que a dívida aumentava vertiginosamente, e com ela a dependência do país, diminuía na mesma proporção a capacidade de o PT fazer frente a essa realidade com uma resposta de ruptura. No XI Encontro Nacional, o partido simplesmente não assumiu a suspensão do pagamento da dívida externa, colocando-a apenas como um debate na ordem do dia. Omitiu-se também em relação ao combate ao sistema financeiro. No ponto VII, consta apenas:

*“ Desmontar a armadilha da âncora cambial - juros altos - é nossa primeira tarefa. O país precisa reduzir suas taxas de juros e constituir*

---

<sup>212</sup> Idem. p.541

<sup>213</sup> Idem. p.620-621

*novos mecanismos de financiamento da produção. Isto só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, mesmo porque a manutenção desta política cambial significa expor o país a uma situação de elevado risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a própria estabilidade monetária, impondo uma profunda recessão à economia brasileira.*

*. A um novo governo caberá definir uma política de transição, que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população. Será decisivo o alongamento do perfil da dívida interna e a redução das taxas de juros, para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Será preciso reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou toda a década de 80. A manutenção desta estratégia econômica tende a conduzir o país a uma nova crise cambial, que recolocará a histórica questão da suspensão do pagamento da dívida externa.”<sup>214</sup>*

No 2º Congresso Nacional do partido, fruto da crise econômica que atingiu o país, o tema da dívida voltou a ser debatido. Duras críticas foram dirigidas à política econômica de FHC e sua relação com o sistema financeiro:

*“A dívida externa foi o principal fator de desestabilização e estagnação da economia brasileira nos anos 80, a partir da elevação unilateral dos juros de 6% para 20%. Nesse período a dívida foi estatizada.*

*...Diferentemente dos anos 80, o endividamento atual é essencialmente privado. Saltou de US\$ 43,1 bilhões, em 1993, para US\$ 126,2 bilhões, em 1999. Esse endividamento foi promovido por grandes bancos, grupos multinacionais e nacionais que disputaram as empresas privatizadas ou se beneficiaram das taxas de juros internacionais, em torno de 6%, enquanto as taxas internas nunca estiveram abaixo de 15% e o crédito ao consumidor chegava a 300% ao ano.*

---

<sup>214</sup>

Idem. p.657-658

*Diante desse novo quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país.*<sup>215</sup>

Apesar da ênfase no peso da dívida para explicar o desastre neoliberal, as saídas apontadas recuavam ainda mais, propondo uma “negociação soberana” e relegando a já tão tímida suspensão do pagamento a uma possibilidade ainda mais remota:

*“Isso supõe uma renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa, pois o atual endividamento do Estado é insustentável. A intransigência dos credores e o contexto de crise cambial poderão levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. Independentemente desse cenário, é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxaço das remessas de lucro conforme os patamares internacionais (30%) distintos dos atuais 15%, que estimulam a descapitalização do país.*

*E necessário bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa.*<sup>216</sup>

O 12º Encontro Nacional, realizado em Recife, em 2001, ocorreu em meio ao impacto de uma crise econômica que atingiu o centro do imperialismo, com a recessão nos EUA, e que trouxe fortes conseqüências para o continente latino-americano. O neoliberalismo enfrentava fortes turbulências no continente. No ano anterior o Equador tinha passado por uma grave crise que levou a queda do presidente eleito por intermédio de uma insurreição popular encabeçada pela CONAIE (Confederação Nacional dos Povo Indígenas). Na Argentina, ao nosso lado, o Governo Fernando De La Rúa enfrentava sérias dificuldades, que culminariam com sua queda, após um amplo processo de mobilizações populares.

É nesse marco que o partido se viu na necessidade de se contrapor ao neoliberalismo, porém mesmo assim o PT se recusou a retomar bandeiras

---

<sup>215</sup> [www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

<sup>216</sup> [www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

antiimperialistas mais contundentes, como podemos ver pela resolução que tratava sobre a dívida externa:

*“Com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar o acordo com o FMI para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país, estabelecer mecanismos transparentes de controle sobre a entrada e saída de capital, estimular a reinvenção do investimento direto estrangeiro através da taxaço das remessas de lucros e dividendos e bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública.”<sup>217</sup>*

Mas, mesmo posições tão tímidas eram problemáticas para o tipo de campanha eleitoral que se pretendia fazer no ano seguinte. Assim, no programa de governo de 2002, antes mesmo da “Carta ao Povo Brasileiro”, o partido já refletia a flexibilização imposta pela política de alianças, que contemplava setores importantes da burguesia, mas principalmente o financiamento da campanha, que envolveu amplos setores do capital financeiro e industrial do país, como vimos mais detidamente no capítulo 2. Pela primeira vez se falava categoricamente na manutenção da política de obtenção de superávit primário e em cumprimento dos contratos internacionais. Ao referir-se ao FMI, o programa o faz referindo-se também a outros organismos multilaterais no sentido de buscar relações bilaterais e democratizar as relações internacionais. A palavra de ordem, agora, era “honrar os compromissos”:

*“É preciso evitar que se consolide uma segunda armadilha, que estabiliza, mas impede o crescimento econômico do País. Já tivemos a armadilha cambial. Saímos dela em 1999 com muitas dores, mas sobrevivemos.*

*Agora, temos o dilema da âncora fiscal. A questão é como superá-la, sem atentar contra a estabilidade da economia. Nosso governo vai*

---

<sup>217</sup>

*preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. Mas vai trabalhar firmemente para reduzir a vulnerabilidade externa e com ela as taxas de juros que hoje asfixiam as contas públicas e o setor empresarial produtivo.*

*Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.”<sup>218</sup>*

O programa de governo de Lula refletia as preocupações do partido em mostrar, principalmente para a classe dominante, que estava maduro para ganhar as eleições e assumir o governo central do país. Mas nem todos estavam convictos disso e, como vimos pela declaração de Olavo Setúbal, no capítulo 2, ainda havia muita desconfiança em setores da burguesia sobre o verdadeiro caráter de um Governo Lula. Apesar de todas as demonstrações já dadas de adaptação do partido à lógica neoliberal, ainda havia o passado de Lula e as relações do PT com os movimentos sociais. E é no sentido de dirimir estas dúvidas que surge a famosa “*Carta ao Povo Brasileiro*”, documento no qual Lula vai reafirmar com clareza os seus compromissos de campanha na busca de um novo modelo econômico:

*“O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.*

*Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.*

218

---

[www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

*Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar.*

*Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.”<sup>219</sup>*

Vários foram os compromissos contidos na “Carta” que foram implementados pelo Governo Lula. O superávit primário foi preservado, e até ampliado, os contratos foram mantidos e pagos regiadamente. Porém o modelo não foi alterado e ao contrário foi aprofundado, através da implantação de políticas de cunho nitidamente neoliberal como foi a reforma da previdência e a reforma tributária, dentre outras.

## **DO APOIO À REFORMA AGRÁRIA À CAPITULAÇÃO AO AGRONEGÓCIO**

Um outro elemento importante a ser analisado é a política agrária defendida e implementada pelo PT. O documento de fundação no seu item 5 defendia uma “Reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores”.<sup>220</sup> Era nítido o caráter de classe que deveria ter esta reforma .

Esta foi a tônica do partido no decorrer dos anos 80. Coerente com suas resoluções o partido apoiou a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), cujo primeiro congresso se deu em 1985, e esteve presente nas lutas travadas pelos trabalhadores no campo que, a exemplo dos trabalhadores urbanos, também estavam num ascenso, realizando muitas ocupações.

Constou praticamente das resoluções de todos os Encontros a necessidade de uma campanha contra a violência no campo e a exigência de punição dos assassinos e mandantes.

Em 1989 o documento *As bases do PAG (Plano de Ação do Governo)*, que na verdade seria o Plano de Governo de uma eventual presidência de Lula, no seu item III, tratava do programa agrário. Afirmava que o Programa Agrário do PAG tinha dois grandes eixos: “o plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com

<sup>219</sup> [www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

<sup>220</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Partido dos Trabalhadores.* Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 73

*a reforma agrária, e o plano de política agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular.”<sup>221</sup>*

Nele constava que a proposta de reforma agrária deveria ser realizada sob o controle dos trabalhadores e que ela deveria ser feita em duas partes: uma que dependeria de uma revisão constitucional, que dizia respeito à legislação sobre conceito de propriedade produtiva, tamanho e função social da terra, e uma outra que independia dessa revisão, na qual destacamos alguns itens:

*“Independentemente de qualquer revisão da atual Constituição ou da legislação ordinária, o governo do PT deverá promover a reforma agrária com base nos seguintes parâmetros:*

*a- desapropriação de imóveis rurais improdutivos, como tais considerados os que não cumpram a sua função social, ou seja (com base na legislação em vigor), os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra;*

*c- arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais, adquiridas em fraude à legislação que proíbe a sua aquisição;*

*g- arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior;*

*i- comissão para levantar todos os assassinatos cometidos contra os lavradores, levantando os nomes dos mandantes, executores, situação das famílias das vítimas, agilizando os processos de apuração da violência, buscando ainda formas de reparação às famílias vitimadas.”<sup>222</sup>*

---

<sup>221</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 413*

<sup>222</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. p. 414*



No 7º Encontro, realizado em 1990, o partido fez uma discussão partindo das mudanças estruturais que estavam ocorrendo no campo, com um agudo processo de industrialização, sobre a atualidade da reforma agrária e o seu caráter. Dentre outras questões a resolução falava na perspectiva de socializar as agroindústrias, como um passo na construção do socialismo, embora o espaço para as “empresas rurais” não fosse totalmente vedado:

*“Assim, a reforma agrária continua sendo uma necessidade e uma bandeira de luta, embora tendo perdido seu antigo caráter democrático-burguês. Ela passa a ter um caráter eminentemente democrático e popular, anticapitalista, tornando-se mais um instrumento de luta rumo ao socialismo, incluindo aí a perspectiva de socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores, dirigidas por eles próprios. É preciso ter em conta que no processo de construção do socialismo poderão coexistir pequenas propriedades e produções rurais com empresas e cooperativas socializadas e, dependendo do desenvolvimento real da economia e da luta de classes, também com empresas agrícolas particulares. O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas.”<sup>223</sup>*

Já no ano seguinte, no 1º Congresso, coerentemente com a guinada que o partido daria a partir daí, no item sobre conjuntura fala-se da reforma agrária de maneira genérica: *“Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola, que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade.”* Não se fala mais sobre o controle dos trabalhadores e omite-se, também, a oposição ao modelo da agroindústria.

---

223

*Idem*, p. 476

Ao longo da década de 90, ainda que de maneira genérica a reforma agrária constou das resoluções do partido. Enquanto os trabalhadores urbanos entravam num período de refluxo de suas lutas, a luta no campo continuou, e o MST acabou se convertendo naquela década no movimento social que mais conquistas teve no enfrentamento com a política econômica do FHC.

No 2º Congresso, a reforma agrária continua sendo tratada de uma maneira genérica e não se faz uma relação entre sua implementação e a agroindústria, que já ocupava grande parte do campo brasileiro:

*“A reforma agrária e uma política de rendas serão instrumentos de radical distribuição de riqueza, viabilizando o novo modelo de desenvolvimento nacional. As circunstâncias imporão outras formas de transferência de renda dos grandes grupos econômicos para financiar as reformas necessárias.*

*A reforma agrária tem significação social e política – a emancipação de milhões de homens e mulheres e a quebra do poder de grupos agrários atrasados – e importância econômica, posto que a agricultura familiar pode ser um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico. A reforma agrária, junto a uma consistente política agrícola, tem papel central no programa de erradicação da fome e do desemprego no país. O Brasil pode combinar a tarefa de alimentar seu povo com a constituição de forte economia agrícola de exportação.”<sup>224</sup>*

Isto se repetirá no 12º Encontro Nacional, realizado em 2001, quando fala-se genericamente na reforma agrária e atribui-se a ela uma importância grande no desenvolvimento do novo modelo econômico, mas não se discute sua relação com a agroindústria, e afirma-se que ela se dará exclusivamente em base ao que legisla a Constituição Federal:

*“Em primeiro lugar, a reforma agrária deve se constituir num instrumento básico para a viabilização do novo modelo de desenvolvimento econômico do país, sendo fundamental para o*

224

[www.pt.og.br/25anos/anos90](http://www.pt.og.br/25anos/anos90)

*enfrentamento da crise social e para o fomento da agricultura familiar. A implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal. Sua aceleração permitirá, no curto prazo, elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias. A posterior expansão e integração da produção de alimentos, em paralelo à consolidação das diversas formas de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará papel relevante na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional. A maior eficácia da reforma será alcançada pela ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e pela implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para a viabilização econômica das unidades produtivas criadas. É importante registrar, por fim, que o fim da violência e da impunidade no campo é um compromisso de governo.”<sup>225</sup>*

No programa do governo de Lula para 2002, em uma extensa parte chamada “*Vida Digna no Campo*”, vai ficando claro que o compromisso do governo seria maior com o agronegócio do que com a reforma agrária. O programa estabelece que: “*As políticas para agricultura familiar devem se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial. **A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis.** A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso território; preserva tradições culturais do nosso país; mantém as pessoas em sua terra natal; pode contribuir na defesa de nosso meio-ambiente.”<sup>226</sup>*

Mais adiante, o programa estabelecia um Plano Nacional para a Reforma Agrária, que deveria ser elaborado pela sociedade civil:

225

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

226

*Idem.*

- “1. Promover o estabelecimento de zonas reformadas, priorizando a desapropriação por interesse social como instrumento de arrecadação de terras improdutivas;*
- 2. Viabilização financeira do programa mediante a utilização das TDAs (Títulos da Dívida Agrária) de acordo com o prazo constitucional, e com medidas para obtenção de eficiência nos processos administrativo e judicial de redução dos custos das indenizações;*
- 3. Garantia dos Direitos humanos com promoção de ações específicas e permanentes de fiscalização do trabalho rural, do combate à violência no campo e com o fim da repressão institucional aos trabalhadores rurais e suas entidades de representação;*
- 4. Política de recuperação dos assentamentos já efetuados, garantindo infra-estrutura social e econômica, assistência técnica, acesso a crédito rural e à políticas de comercialização, em parcerias com estados e municípios;*
- 5. Elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos em total sintonia com os objetivos da preservação do meio ambiente. As áreas de elevado valor ambiental, onde não se desenvolveu a agricultura intensiva e que estão geralmente sujeitas à especulação imobiliária, devem ter seus recursos preservados, especialmente no que diz respeito à biodiversidade e recursos hídricos;*
- 6. Desenvolver ações específicas para comunidades indígenas e quilombolas, como a demarcação das terras das comunidades indígenas e regularização das terras dos quilombolas;*
- 7. Implantar um processo efetivo de cadastramento dos imóveis rurais, onde as terras griladas sejam retornadas ao Estado e utilizadas na Política de Reforma Agrária;*
- 8. As propriedades que pratiquem trabalho escravo serão confiscadas para fins de Reforma Agrária, conforme a lei.”<sup>227</sup>*

No item 12 do documento, o futuro governo assumia um compromisso com a reativação do Pró-álcool. Não é objetivo desta pesquisa fazer um balanço da reforma

agrária no governo Lula, mas não custa constatar que o que nós assistimos foi um processo em que as empresas capitalistas do chamado agronegócio avançaram mais sobre a agricultura, compraram mais terra, controlaram mais a produção e os bens da natureza, isso gerou um processo de maior concentração da propriedade da terra nas mãos de menos pessoas. Enquanto isto as comunidades indígenas e os quilombolas se sentem traídos pelo não cumprimento dos compromissos de campanha.

No dia 20 de março de 2007 o jornal *O Globo* publicava uma declaração de Lula onde ele dizia: “*Os usineiros estão virando heróis nacionais porque todo mundo está de olho no álcool, que agora tem uma política séria.*”<sup>228</sup>

Para termos uma noção do atual estágio da reforma agrária nada melhor que recorrer àqueles que têm sido os verdadeiros protagonistas desta luta no nosso país, os trabalhadores rurais sem terra, que em seu 5º Congresso, realizado em Brasília fizeram o seguinte balanço:

*“Da forma como o campo está estruturado hoje, não há mais lugar para o camponês. O campo se transformou em um território de produção de matéria prima para a exportação, produção essa, fundamentada no monocultivo em grande escala, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos – que expulsam mão-de-obra e agredem o meio ambiente – e, bancada pelo capital financeiro internacional. O agronegócio, como ficou conhecido esse modelo, é hoje o grande entrave à Reforma Agrária defendida por nós do MST e pelos movimentos sociais da Via Campesina.”*<sup>229</sup>

Apesar do balanço categórico sobre o papel do agronegócio no campo brasileiro, a direção do MST se encontra dividida quanto à relação com o Governo Lula. Muitos dos principais dirigentes ainda avaliam que o Governo Lula é um governo em disputa, e por ainda manter ilusões com o governo acabam fazendo acordos com ele que geram crise em suas bases.

Recentemente, em Minas Gerais, o pré-assentamento 1º de Maio, da Fazenda Vale das Aroeiras, rompeu com MST por entender que esses acordos na prática se chocam com a política de reforma agrária:

---

<sup>228</sup> Jornal *O Globo*, de 20 de março de 2007

<sup>229</sup> Resolução do 5º Congresso do MST.

*“Uma questão central que nos levou a tomar essa decisão foi o estímulo que as direções nacional, estaduais e locais do movimento têm dado aos acampamentos e assentamentos do movimento para produzirem em larga escala a produção de plantas oleaginosas para o programa de biocombustível do governo federal.*

*Acreditamos que esse projeto de produção não é sustentável para a Reforma Agrária porque obriga assentamentos e acampamentos tornarem-se mono produtores de mamona, girassol, dendê e soja para conseguirem obter um retorno financeiro mínimo, deixando de lado a soberania alimentar e a diversificação da produção, princípios que o MST sempre defendeu em seu programa.”<sup>230</sup>*

A insistência da direção do MST com a produção de mamona se explica pelos recursos financeiros que o governo federal tem concedido a diversos projetos da Via Campesina e do MST em troca de produzirem para o programa de biocombustível, o que na prática significa uma forma de capitulação da direção do MST ao próprio agronegócio, bem como uma forma de cooptação ao governo.

Como se vê, através de três exemplos – os debates sobre o socialismo, sobre o imperialismo e sobre a reforma agrária –, não há margens para dúvidas em relação às mudanças de rumo programático do PT e não deveriam causar tanta surpresa, para os que acompanharam mais atentamente tal giro de concepções e propostas, as políticas implementadas pelo governo Lula. A explicá-las, os processos de incorporação de dirigentes petistas (particularmente os oriundos do meio sindical) aos espaços de deliberação dos agentes do capital; o envolvimento cada vez maior do PT com o grande capital, visível nos processos de financiamento de campanha; e a mudança dos rumos dos movimentos sociais que formavam a principal base de sustentação do partido, conforme observamos nos capítulos anteriores.

---

<sup>230</sup> Comunicado Público sobre os conflitos envolvendo o MST na Fazenda da Prata, 22 de janeiro de 2008. Mimeo.

## CONCLUSÃO

Em meu trabalho anterior, afirmei que no Congresso de 1991 o projeto reformista, de tipo social-democrata, havia se consolidado no interior do partido. Nesta pesquisa procurei demonstrar que ao longo da década de 90 o PT deu um salto de qualidade. Transformou-se num partido de retórica social-democrata, mas de uma prática neoliberal ortodoxa, seguindo, portanto, o caminho da chamada “terceira-via” européia.

Procurei reafirmar a minha hipótese de que estas mudanças em seus pressupostos teórico-programáticos estavam subordinadas ao processo de burocratização vivenciado pelo partido principalmente a partir do êxito eleitoral de 1988, que possibilitou a burocratização de uma enorme camada de quadros dirigentes que tiveram que se incrustar no aparelho do Estado burguês, através dos cargos que o partido ocupou no legislativo e no executivo.

Esta situação se agravou nos anos 90, quando diversos dirigentes sindicais petistas assumiram postos dirigentes em organismos de gestão do capital financeiro como o Conselho de gestão do FAT, no BNDES, ou nos fundos de pensão. No caso particular dos fundos de pensão procurei demonstrar a importância que tiveram para a implementação da política de privatizações do governo FHC, bem como seu papel de formadores de capital para o mercado financeiro, contraditando o argumento falacioso de que seu objetivo principal é garantir a aposentadoria de seus participantes.

Procurei demonstrar no capítulo 1 como estes dirigentes, ao assumirem estes postos, se distanciam de sua classe de origem, passando a viver uma outra realidade, com altíssimos salários e outros privilégios, mas não chegam a conformar uma outra classe social. Ao exercerem cargos em conselhos de administração de empresas onde os

fundos de previdência tem assento por fazerem parte do capital acionário, praticam o que Hobsbawm, em seu estudo sobre a aristocracia do trabalho, chama de “co-exploração”<sup>231</sup>, na medida em que se transformam em co-empregadores de outros trabalhadores. Caracterizei-os, me apoiando em Trotsky, como parte de uma burocracia, voltada cada vez mais para a defesa de seus privilégios materiais, mas que, para assegurarem isto, necessitam de uma justificativa teórica, daí seu peso nas reelaborações teórico-programáticas.

No capítulo 2 procurei mostrar as mudanças na prática petista de financiamento de campanha. Procurei demonstrar as alterações nos critérios da política de alianças e sua relação com as mudanças teórico-programáticas. Essas mudanças propiciaram a aproximação e o envolvimento do grande capital nas campanhas do PT. Demonstrei que este envolvimento foi se dando a partir de 1994, com a campanha para o governo de São Paulo.

Em 2002 se deu um equilíbrio entre Lula e Serra no tocante ao apoio do grande capital financeiro e industrial, porém em 2006 a preferência pela candidatura Lula foi categórica, desmistificando a posição de que a burguesia estava apoiando Geraldo Alckmin. Busquei evidenciar que, a partir do envolvimento dos grandes empresários no financiamento das campanhas eleitorais, o partido viu erodir-se um de seus maiores capitais junto à classe trabalhadora e a opinião pública de uma maneira geral, que era a “ética na política”.

O escândalo do “mensalão” corroeu a imagem que o partido tinha cultivado até então, porém este fenômeno se deu principalmente nos setores de vanguarda da classe e

---

<sup>231</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Os trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. Paz e Terra, São Paulo, 2000. p. 349



nos setores mais esclarecidos da população. A reeleição de Lula demonstrou que uma outra imagem estava sendo construída, a do “presidente dos pobres”.

No capítulo 3, primeiramente analisei a mudança do perfil do sindicalismo cutista, que era classista e de confronto na década de 80, para o sindicato cidadão e conciliador dos anos 90.

Procurei demonstrar a mudança na relação do partido com os movimentos sociais. Parti da constatação de que um partido que tinha surgido dos movimentos sociais, impulsionando-os e sendo impulsionado por eles, hoje tem uma relação de enfrentamento com aqueles que questionam sua política, como por exemplo, a greve dos servidores contra a reforma da previdência.

Outro aspecto importante é a cooptação dos principais movimentos surgidos, no caso da CUT e do MST, ou reconstruídos no caso da UNE, na década de 80. Procurei demonstrar que a CUT hoje não passa de uma correia de transmissão dos interesses do governo no seio da classe trabalhadora. Apoiei-me no papel exercido pela CUT na Embraer, em São José dos Campos, e, principalmente, nas greves da categoria bancária havidas após a posse de Lula.

No caso das greves bancárias a CUT construiu um tripé para cumprir o seu papel de traição. Primeiro abandonou a luta pela reposição de perdas da categoria, que são enormes, pela política de aumento real, que chega a ser ridículo aos olhos da categoria, pois como se pode falar em ganho real de 1, 2 ou 3%, quando a categoria tem perdas acumuladas que dependendo do setor ultrapassam a 100%. Segundo blindou os bancos públicos, que constituem o setor mais mobilizado e organizado da categoria, na mesa única da FENABAN, se utilizando da dificuldade de mobilização do setor privado, para fazer acordos rebaixados e com isto preservar a política econômica do Governo Lula.

E terceiro, numa divisão de tarefas com as direções dos bancos públicos, aliás repletas de ex-sindicalistas petistas, assinou acordos que determinavam o desconto dos dias parados, numa clara intenção de enfraquecer perante a categoria o instrumento da greve.

Por fim no capítulo 4 acompanhei a evolução teórico-programática do partido ao longo da década de 80 pesquisando as mudanças nas formulações de três conceitos importantes na trajetória do partido: socialismo, que sempre foi muito debatido e pouco definido no interior do partido; a luta antiimperialista, principalmente as abordagens sobre a relação com a dívida externa; e a luta pela reforma agrária.

O socialismo petista no final dos anos 90 acabou por se resumir à “Revolução Democrática”. A luta antiimperialista foi substituída pela “inserção soberana” na economia globalizada, mas o que temos visto, segundo Gonçalves e Filgueiras, é que “*a inserção passiva do país no sistema econômico internacional tem como resultado o aumento da dependência do crescimento do PIB em relação à demanda externa. Isto se deve, principalmente, ao crescimento da participação das exportações no PIB. O país tornou-se estruturalmente mais vulnerável frente às oscilações da conjuntura internacional*”<sup>232</sup>

Já a reforma agrária está totalmente estagnada, enquanto isto o agronegócio tem total apoio do governo Lula, e à medida que vai se ampliando, acaba subordinando inclusive as ações do MST aos seus objetivos.

Fica evidente que o PT se transformou num partido de sustentação da ordem neoliberal, integrando-se totalmente ao capital. Coelho, em sua análise sobre as

---

<sup>232</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2007.

correntes que conformaram o campo majoritário do partido, nos dá uma boa medida desse papel:

*“Na verdade, o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas. Do ponto de vista das classes subalternas, a derrota histórica reduziu a intensidade e a frequência das manifestações de descontentamento. Estas, quando ocorreram, foram quase sempre organizadas e dirigidas pelo campo majoritário segundo os objetivos do seu projeto. O risco de que estas manifestações de descontentamento ultrapassassem os níveis mínimos dos anos 90 não podia, no entanto, ser desconsiderado. O sentido da atuação do campo majoritário foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe (“espírito de cisão”) e o de dirigi-lo para manifestações dentro da ordem, e não contra a ordem.”<sup>233</sup>*

Vários foram os momentos em que o PT e a CUT cumpriram esse nefasto papel. Quando os militantes do MST ocuparam, como forma de protesto, a fazenda de FHC, os meios de comunicação como de costume desfecharam uma saraivada de ataques a esta iniciativa, classificando-a de baderna, invasão de propriedade privada, etc. A novidade foi o PT, através de seus principais dirigentes, se somar a estes ataques, com a justificativa de que a atitude dos integrantes do MST prejudicava a campanha de Lula à presidência.

No decorrer de 2002, os movimentos sociais se organizaram em torno a uma campanha contra a implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Dentre as principais atividades estava a realização de um plebiscito que colheu mais de dez milhões de votos. Esta campanha se desenvolveu paralelamente à campanha eleitoral. Tinha um conteúdo claramente antiimperialista, questão que outrora havia feito parte do ideário petista. Com grande surpresa para uma parcela significativa da militância da

---

<sup>233</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*.

campanha contra a ALCA, o PT aprovou em suas instâncias a não-participação no plebiscito, e como se não bastasse, Lula, o principal candidato da esquerda, deu declarações à imprensa dizendo que o plebiscito era uma “brincadeira” e que o PT estava se preparando para ser governo e não podia brincar de fazer política.

Não podia antes de concluir deixar de mencionar a tentativa do Governo Lula de “disciplinar” o direito de greve de uma maneira geral e dos servidores em particular. É uma ironia ver Lula tentando cercear o direito de greve, pois se ele não tivesse tido o papel que teve na retomada das greves no nosso país, inclusive se insubordinando contra a lei de greve de então, com certeza não passaria de mais um retirante nordestino que veio tentar a sorte em São Paulo.

Iniciativas como o cerceamento do direito de greve, a transformação de usineiros em “heróis”, além de outras questões mencionadas ao longo do trabalho dão ênfase as palavras de Frei Cappio em sua luta contra a transposição das águas do Rio São Francisco: *“Lula morreu. Estamos no governo Inácio da Silva.”*<sup>234</sup>

Quero concluir afirmando minha hipótese de que o PT se conformou num partido de retórica social-democrata, mas de uma prática neoliberal ortodoxa. Com certeza ainda terá vida longa enquanto aparato eleitoral, mas enquanto instrumento de luta dos trabalhadores já não existe mais.

Está colocado um grande desafio para os movimentos sociais autônomos e independentes, neste sentido recorro a Arcary: *“Com a eleição de Lula e as terríveis decepções que torturam a geração que viveu os anos oitenta, abriu-se uma nova etapa ou ciclo na história do movimento operário brasileiro. Esse processo não poderia ocorrer de forma indolor, e sem uma enorme confusão, com diferenças de ritmos e experiências, mas é inexorável. Aquilo que ficou velho e degenerado, o PT e a CUT, precisam sucumbir e o novo precisa se afirmar.”*<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> Folha de São Paulo, 23 de dezembro de 2007.

<sup>235</sup> [www.arcary.cjb.net](http://www.arcary.cjb.net)

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS E ARTIGOS:

- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991.
- ARCARY, Valério. *Ir ou não ir além da CUT? Uma polêmica em perspectiva histórica*. Publicado em [www.arcary.cjb.net](http://www.arcary.cjb.net)
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela ParTida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.
- BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (coord.). *Da Caixa Montepio à PREVI: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina*, Memória Brasil, 2004.
- BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGA, Ruy. *Velhas ideologias para a “Nova esquerda”: Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo*. In: Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n 2, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Vol. II. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT; a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2002.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *VERSO, REVERSO, TRANSVERSO. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. *Mimeo*, 1995.
- COELHO, Eurelino. *UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COMIM, Alexandre. *De volta para o futuro. Política e Reestruturação Industrial do Complexo Automobilístico nos anos 90*. Anablume-Fapesp, São Paulo, 1998.
- COMIN, Álvaro Augusto. *A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil*. In. *O mundo do trabalho; Crise e mudança no final do século*. Scritta, São Paulo, 1996.
- DEMIER, Felipe (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003.
- DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* *O Outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.

- FILGUEIRAS, Luis. *Reestruturação Produtiva e Emprego Bancário*. In: GOMES, Alvaro (org.). *O Trabalho no Século XXI*. Anita Garibaldi, São Paulo – Sindicato dos Bancários da Bahia, Salvador, 2001.
- FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.
- FONTES, Virgínia. *A política e a arte da desqualificação*. Mimeo.
- GADOTTI, Moacir & Pereira, Otaviano. *Pra que PT: origem e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.
- GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre, Dacasa Editora/Unicruz, 1999.
- GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Mimeo, 2000.
- GENRO Fº, Adelmo. *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre, Tchê!, 1987.
- GIANINI, Adhemar (e outros). *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989.
- HARNECKER, Marta. *El sueño era posible: Los orígenes del Partido de los Trabajadores de Brasil narrado por sus protagonistas*. La Habana, Editorial Cultura Popular, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe-O PT entre a negação e o consentimento*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006.

- KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997.
- LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEAL, Paulo Roberto F. *Os debates petistas no final dos anos 90*. Rio de Janeiro, Sotese, 2004, p.55
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *A unidade na diversidade: concepções sobre representação política e práticas organizativas dos mandatos dos deputados federais do PT (legislatura 1999-2003)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. *Mimeo*, 2003.
- Lênin capítulo VI - Os Revolucionários Devem Atuar nos Sindicatos Reacionários, Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo.
- MACIEL, David e FARIA, Paulo. *Crise do capital, dominação burguesa e alternativa dos trabalhadores*. In: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Sindicato dos Eletricitários de Brasília, Brasília, 1996.
- MAGALHÃES, Ines; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (organizadores). *Governo e cidadania: balanço e reflexão sobre o modo petista de governar*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1999.
- MARX, Karl. *Carta de Marx a Bolte. Londres, 29/11/1871, in Marx-Engels, Correspondência*. E. da Cultura Popular, México, p. 405 Apud. ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991. p. 25
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. In: *Obras Escolhidas*. Alfa Omega, São Paulo.
- MARX, Karl. *Sindicalismo*. Ched, São Paulo, 1980.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Vício de Leitura, Rio de Janeiro, 1988.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MORA, Eliane Arenas. *Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos*. In: *Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n 6, 2002..
- NOVAES, Carlos A Marques. *PT: dilemas da burocratização. Novos Estudos CEBRAP, n°35, 1993*.

- OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT?* In.: SADER, Emir (e outros) *E agora PT? Caráter e Identidade*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política. A origem do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo, Ched Editorial, 1981.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, n 3, Rio de Janeiro, 1989.
- POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo, Brasil Urgente, 1990.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1991.
- RODRIGUES Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e Democracia. A Trajetória da CUT*. Scritta, São Paulo, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In BOITO Jr, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
- ROLIM, Marcos. *Teses para uma esquerda humanista e outros textos*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*. São Paulo, Atual, 1990.
- SADER, Emir. *O PODER, CADÊ O PODER? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param. Greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. Ática, São Pulo, 1994.
- SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Fortium, Brasília, 2005.



STACCONE, Giuseppe. *GRAMSCI - 100 ANOS: Revolução e Política*. Petrópolis, Vozes, 1993.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Lisboa, Antídoto, 1976.

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicatos*. Editora Kairós, São Paulo, 1978.

WEFFORT, Francisco. A Segunda Revolução Democrática. *Folha de São Paulo*, 04/10/94, caderno especial, p. A 2.

WELMOVICK, José. *O movimento operário da década de 80: Construção da Cidadania ou Afirmação de Classe*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1999.

WITKOSKI, Antonio Carlos. *Diversidade intelectual e cultura política: abordagem gramsciana da pedagogia petista*. São Paulo, Annablume Editora, 2000.

## FONTES

### PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

Boletim Nacional do PT

Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, nº 51, de abril de 1998.

Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 43 . de maio de 1997.

Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, nº 51, de abril de 1998.

Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Edição Especial.

Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB. Especial eleições, abril de 2000.

*Caderno de Resoluções do III CONCURTO*, 1988

Caderno de Teses – 10º Encontro Nacional. De 18 a 20 de agosto de 1995, Guarapari-ES.

Caderno de Teses – IX Congresso Nacional dos Funcionários do BB.

*Caderno de Teses preparatórias ao IV CONCURTO*.

Caderno de Teses. 15º Encontro Estadual do PT-RJ. Julho de 1995

Caderno de teses. VIII Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil, 7,8 e 9 de agosto/97.

Caderno de teses. XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB, São Paulo, de 28 a 30 de julho de 2000.

*Comunicado Público sobre os conflitos envolvendo o MST na Fazenda da Prata*, 22 de janeiro de 2008. Mimeo.

Decreto 24.615 de 9 de julho de 1934, art. 29

DIEESE, *Balanço Anual, Greves*. Setembro de 1980.

Disgravação de debate preparatório ao 1º Congresso do PT, 1991. CSBH. Mimeo.

*I Conclat CUT*. Tempo e Presença Editora, São Paulo, 1984.

*Informativo Bancário*, nº 689 de 14 a 18 de julho de 2003. Órgão informativo do Sindicato dos Bancários de Santos-SP.

NEEP/Unicamp. *Brasil 1986 – Relatório sobre a situação social do país*

Nota da Diretoria da UNAMIBB.

Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo - Pesquisa de Delegados PT, 1999.

Pesquisa Delegados PT - Gestão Venturi, 1997.

Relatório Anual da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, 1990, p.2.

*Relatório Anual do Banco do Brasil, 1967*, p. 118. Arquivo Histórico do Banco do Brasil, CCBB, Rio de Janeiro.

Relatório e Resumo das Discussões. *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 55.

Relatório final do X Congresso Nacional ds Funcionários do BB, São Paulo, 30 de julho de 1999.

*Resolução do 5 ° Congresso do MST*.

Resolução sobre Política de Alianças do Diretório Nacional-2002. Mimeo

Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Resoluções do IX Congresso dos Funcionários do BB. São Paulo, 14 de agosto de 1998.

Revista Previ, nº 119, novembro de 2006.

Texto do *Plano de Lutas* do I Congresso Nacional da CUT, 1983

## IMPrensa SINDICAL

Bancário. Especial para os funcionários do Banco do Brasil, de 09 de julho de 1997.

Bancário. Especial para os funcionários do Banco do Brasil, edição de 20 de julho de 1999.

*Informe CNB-CUT*, 08 de setembro de 2004.

Jornal *Bancário*, nº 3.594 de 13/10/2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.597, de 17 a 20 de outubro de 2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.600 de 23, 24 e 27 de outubro de 2003. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.693, de 27 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.694, de 28 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.695, de 29 de setembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Jornal *Bancário*, nº 3.702, de 8 de outubro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

*Manifesto em defesa dos trabalhadores da Embraer*. Novembro de 1999. Mimeo.

*Nota da Executiva Nacional de Bancários* de 19 de outubro de 2004. CUT Notícias.

O Espelho, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 121, de julho de 1993.

O Espelho, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 87, de 14 de dezembro de 1990.

O Espelho, Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 63, de 10 de julho de 1989.

O Espelho. Informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 167, de setembro/97.

O Espelho. Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil, nº 150, de julho de 1996.

Panfleto *Democracia e Luta*, julho de 2004. Órgão dos bancários militantes do PSTU.

Panfleto *Democracia e Luta*. Edição especial BB e CEF – Campanha Salarial 2003.

Panfleto *Democracia e Luta*. Edição especial, Campanha Salarial 2004.

Panfleto *Democracia e Luta: construindo a CONLUTAS*. Edição Especial, setembro/04. Campanha Salarial de 2004.

Panfleto *Democracia e Luta: construindo a CONLUTAS*. Edição Especial, setembro/04. Campanha Salarial de 2004.

*Revista dos Bancários*, nº 101 de dezembro de 2004. Órgão do Sindicato dos Bancários de São Paulo-SP.

## JORNAIS E REVISTAS

*Correio Braziliense*, de 22 de outubro de 2004.

*Folha de São Paulo* de 06/06/05; 12/06/05 e 13/08/05.

*Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 2006.

*Folha de São Paulo*, 15 de outubro de 1995

*Folha de São Paulo*, 23 de dezembro de 2007.

*Folha de São Paulo*, 24 de dezembro de 1994

*Globo On Line*, de 28 de setembro de 2004.

*Globo Online*. 15 de agosto de 2005.

*Jornal New York Times*, de 29 de outubro de 2002.

*Jornal O Estado de São Paulo*, de 27 de outubro de 2002.

*Jornal O Globo*, de 22 de junho de 2002.

*Jornal Opinião Socialista*, nº 158 de 04 a 17 de setembro de 2003.

*Jornal Vale Paraibano*, de 14 de julho de 2005.

*Jornal Washington Post*, de 29 de outubro de 2002.

*Revista Época*, de 28 de outubro de 2002.

*Valor Econômico*, edição de 01/12/06.

*Valor Econômico*. Edição de 29/11/2006.

*Veja* de 02/07/05 e 10/08/05.

*Veja*, edição 1860, de 30/06/04.

## ENDEREÇOS ELETRONICOS NA INTERNET

[www.pt.org.br/pt25anos/anos90](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90)

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)